

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	7

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	8
3.2 - Medições não contábeis	9
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	10
3.4 - Política de destinação dos resultados	11
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	12
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	13
3.7 - Nível de endividamento	14
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	15
3.9 - Outras informações relevantes	16

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	17
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	23
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	24
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	37
4.5 - Processos sigilosos relevantes	38
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	39
4.7 - Outras contingências relevantes	40
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	41

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	42
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	44
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	46
5.4 - Outras informações relevantes	47
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	48
6.3 - Breve histórico	49
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	50
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	51
6.7 - Outras informações relevantes	52
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	53
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	54
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	56
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	63
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	65
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	66
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	67
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	68
7.9 - Outras informações relevantes	69
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	70
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	72
8.3 - Operações de reestruturação	73
8.4 - Outras informações relevantes	75
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	76
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	81

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	82
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	88
9.2 - Outras informações relevantes	91
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	94
10.2 - Resultado operacional e financeiro	104
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	107
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	108
10.5 - Políticas contábeis críticas	109
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	111
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	112
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	113
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	114
10.10 - Plano de negócios	115
10.11 - Outros fatores com influência relevante	116
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	117
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	118
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	119
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	121
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	123
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	124
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	125
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	126
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	129
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	130

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	132
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	151
12.12 - Outras informações relevantes	152

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	153
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	155
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	158
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	159
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	160
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	161
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	162
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	163
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	164
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	165
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	166
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	169
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	170
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	171
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	172
13.16 - Outras informações relevantes	173

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	174
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	178
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	179

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	180
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	181
15.3 - Distribuição de capital	185
15.4 - Organograma dos acionistas	186
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	187
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	188
15.7 - Outras informações relevantes	189
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	190
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	191
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	200
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	201
17.2 - Aumentos do capital social	202
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	203
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	204
17.5 - Outras informações relevantes	205
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	206
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	208
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	209
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	210
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	212
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	213

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	214
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	215
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	216
18.10 - Outras informações relevantes	217
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	218
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	219
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	220
19.4 - Outras informações relevantes	221
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	222
20.2 - Outras informações relevantes	223
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	224
21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas	225
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	226
21.4 - Outras informações relevantes	227
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	228
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	229
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	230
22.4 - Outras informações relevantes	231

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

RUBEM ROBERTO RIBEIRO

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	210-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG AUDITORES ASSOCIADOS
CPF/CNPJ	52.803.244/0001-06
Período de prestação de serviço	04/04/2011 a 02/12/2011
Descrição do serviço contratado	<p>Execução de serviços de auditoria, com a finalidade de emitir relatórios de auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria contemplando o balanço patrimonial e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos resultados abrangentes, dos fluxos de caixa e do valor adicionado da WLM Indústria e Comércio S.A. e a sua adequação com as posições patrimonial e financeira em 31 d dezembro de 2011, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido, os resultados abrangentes e os fluxos de caixa do exercício a encerrar-se naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) para as demonstrações financeiras individuais e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) para as demonstrações financeiras consolidadas.</p> <p>Exame das demonstrações financeiras individuais da WLM Indústria e Comércio S.A. referentes ao exercício a findar-se em 31 dezembro de 2011, com valores expressos em reais (R\$), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as demonstrações financeiras consolidadas da WLM Indústria e Comércio S.A. e suas controladas, preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).</p> <p>Controladas:</p> <p>Auditoria para efeito de equivalência e consolidação das seguintes controladas:</p> <p>Fatura Agropecuária S.A. Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.</p> <p>Revisão (sem emissão de relatório) para efeito de equivalência e consolidação das seguintes controladas:</p> <p>Equipo Máquinas e Equipamentos Ltda. Itaipu Norte Máquinas e Veículos Ltda. Superágua Empresa de Águas Minerais S.A. (descontinuada) Itapura Agropecuária Ltda. Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda. e Sumasa Industria e Comércio de Madeiras Ltda. (descontinuada)</p>

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, os honorários dos auditores independentes totalizaram R\$ 270,6 mil (duzentos e setenta mil e seiscentos reais), referentes aos serviços de auditoria das demonstrações contábeis da Companhia (controladas e consolidado) e a revisão especial das informações trimestrais – ITR de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro.

Para o exercício de 2011, os honorários dos auditores independentes estão contratados por R\$ 290 mil (duzentos e noventa mil reais), referentes aos serviços de auditoria das demonstrações contábeis da Companhia (controladas e consolidado) e a revisão especial das informações trimestrais – ITR de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro.

Justificativa da substituição

Alteração da razão social. Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes (CNPJ 52.803.244/0001-06), entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Não se aplica

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
JOSÉ LUIZ DE SOUZA GURGEL	04/04/2011 a 02/12/2011	918.587.207-53	RUA SETE DE SETEMBRO Nº 71, 15º ANDAR, CENTRO, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20050-005, Telefone (21) 35347500, Fax (21) 22211935, e-mail: jgurgel@kpmg.com.br

Possui auditor?

SIM

Código CVM

210-0

Tipo auditor

Nacional

Nome/Razão social

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

CPF/CNPJ

57.755.217/0001-29

Período de prestação de serviço

03/12/2011 a 26/04/2012

Descrição do serviço contratado

Execução de serviços de auditoria, com a finalidade de emitir relatórios de auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria contemplando o balanço patrimonial e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos resultados abrangentes, dos fluxos de caixa e do valor adicionado da WLM Indústria e Comércio S.A. e a sua adequação com as posições patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2011, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido, os resultados abrangentes e os fluxos de caixa do exercício a encerrar-se naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) para as demonstrações financeiras individuais e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) para as demonstrações financeiras consolidadas.

Exame das demonstrações financeiras individuais da WLM Indústria e Comércio S.A. referentes ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2011, com valores expressos em reais (R\$), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as demonstrações financeiras consolidadas da WLM Indústria e Comércio S.A. e suas controladas, preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Controladas:

Auditoria para efeito de equivalência e consolidação das seguintes controladas:

Fatura Agropecuária S.A.
Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.

Revisão (sem emissão de relatório) para efeito de equivalência e consolidação das seguintes controladas:

Equipo Máquinas e Equipamentos Ltda.
Itaipu Norte Máquinas e Veículos Ltda.
Superágua Empresa de Águas Minerais S.A. (descontinuada)
Itapura Agropecuária Ltda.
Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda. e
Sumasa Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. (descontinuada)

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, os honorários dos auditores independentes totalizaram R\$ 270,6 mil (duzentos e setenta mil e seiscentos reais), referentes aos serviços de auditoria das demonstrações contábeis da Companhia (controladas e consolidado) e a revisão especial das informações trimestrais – ITR de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro.

Para o exercício de 2011, os honorários dos auditores independentes estão contratados por R\$ 290 mil (duzentos e noventa mil reais), referentes aos serviços de auditoria das demonstrações contábeis da Companhia (controladas e consolidado) e a revisão especial das informações trimestrais – ITR de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro.

Justificativa da substituição

Incorporação da KPMG Auditores Associados (atual denominação da BDO Auditores Independentes) pela KPMG AUDITORES INDEPENDENTES - CNPJ nº 57.755.217/0001-29, que passou a figurar como a prestadora de serviços de auditoria eventualmente em curso.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Não se aplica

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
JOSÉ LUIZ DE SOUZA GURGEL	03/12/2011 a 26/04/2012	918.587.207-53	Av. Almirante Barroso, nº 52, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20031-000, Telefone (21) 35347500, Fax (21) 22211935, e-mail: jgurgel@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1032-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES - Sociedade Simples
CPF/CNPJ	54.276.936/0001-79
Período de prestação de serviço	27/04/2012
Descrição do serviço contratado	<p>Execução de serviços de auditoria das informações contábeis individuais e consolidadas do exercício a findar em 31 de dezembro de 2013 e revisão especial, de acordo com a NBC TR 2400, das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2013, 30 de junho de 2013 e 30 de setembro de 2013, além dos serviços de auditoria para as seguintes empresas controladas:</p> <p>Para efeito de equivalência e consolidação, com a emissão de relatórios:</p> <p>.Fatura Agropecuária S.A. .Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. .Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.</p> <p>Revisão de acordo com a NBC TR 2410 para efeito de equivalência e consolidação, sem emissão de relatórios:</p> <p>.Equipo Máquinas e Equipamentos Ltda. .Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda. .Itapura Agropecuária Ltda. .Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda. .Superágua Empresa de Águas Minerais S.A. (descontinuada) .Sumasa Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. (descontinuada).</p>
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 235.000,00 (Duzentos e trinta e cinco mil reais).
Justificativa da substituição	Atendimento às disposições da Instrução CVM nº 308/99, de 14.05.99 (Art. 31) e Deliberação nº 549/08, de 10.09.08 (Inciso I).
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
JULIAN CLEMENTE	27/04/2012	085.922.988-22	Rua São José nº 46, 12º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20010-020, Telefone (21) 22105166, Fax (21) 22105166, e-mail: julian.clemente@bdobrazil.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes a serem apresentadas em relação à auditoria externa da Companhia.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2012)	Exercício social (31/12/2011)	Exercício social (31/12/2010)
Patrimônio Líquido	492.514.843,26	464.510.095,22	435.714.223,45
Ativo Total	658.138.153,71	561.605.653,25	568.110.055,78
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	812.480.871,54	939.162.082,28	982.785.529,66
Resultado Bruto	127.349.710,70	144.705.332,27	138.313.852,75
Resultado Líquido	34.611.730,40	38.153.522,67	55.121.570,15
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	7.282.934	7.282.934	7.282.934
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	67,625883	63,780627	59,826743
Resultado Líquido por Ação	4,752443	5,238757	7,568594

3.2 - Medições não contábeis

a) Informar o valor das medições não contábeis

Ebitda ou Lajida - lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização:

2010 - R\$ 73.028 mil

2011 - R\$ 45.861 mil

2012 - R\$ 56.007 mil

Disponibilidades – caixa + bancos + aplicações financeiras:

2010 - R\$ 183.278 mil

2011 - R\$ 180.155 mil

2012 - R\$ 151.383 mil

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

DESCRIÇÃO	R\$ MIL			VAR. % 2012 X 2011
	IFRS			
	2012	2011	2010	
Lucro Líquido	34.612	38.154	55.122	(9,3)
IR/CS	28.453	20.359	21.862	39,8
Resultado Financeiro Líquido	(9.204)	(14.270)	(5.530)	(35,5)
Depreciação e Amortização	2.146	1.618	1.574	32,6
Ebitda	56.007	45.861	73.028	22,1
Margem Ebitda	6,9	3,9	7,4	

c) Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

O Ebitda, sigla em inglês para *earnings before interest, taxes, depreciation and amortization* (em português: resultado antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) é utilizado pela WLM como indicador de seu desempenho operacional. A Companhia entende que este indicador é o mais apropriado para comparações, uma vez que apresenta os resultados relacionados apenas às suas atividades operacionais, isentos de impactos de operações financeiras, pagamento de impostos e ajustes contábeis, como a depreciação e a amortização.

Em termos financeiros, ao final dos exercícios de 2012 e 2011 a Companhia não tinha qualquer dívida registrada a título de empréstimos e financiamentos. A avaliação de endividamento líquido e grau de alavancagem financeira não se aplicam, pois a WLM mantém caixa líquido, já que não tem dívida e tem posições financeiras com disponibilidade imediata.

O conceito de dívida líquida (endividamento de curto prazo e de longo prazo – caixa) não se aplica, portanto.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não aplicável, pois não ocorreu nenhum evento subsequente relevante.

3.4 - Política de destinação dos resultados

a) Regras sobre a retenção de lucros

A Companhia adota os princípios estabelecidos pela Lei 6.404/76 e suas alterações (Lei das Sociedades Anônimas), de acordo com as práticas contábeis em vigor. Dessa forma, 5% do lucro líquido do exercício é retido a título de constituição de reserva legal.

b) Regras sobre a distribuição de dividendos

De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia destina anualmente pelo menos 25% do lucro líquido ajustado (lucro líquido após a retenção mínima obrigatória e eventuais retenções adicionais aprovadas em Assembleia) para a distribuição de remuneração aos acionistas na forma de dividendos.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

A Companhia adota a prática de distribuir dividendos aos acionistas anualmente, após a divulgação dos resultados do exercício. No entanto, não há uma política formal que defina tal periodicidade, existindo, portanto, a possibilidade de o Conselho de Administração vir a deliberar pagamento de dividendos intermediários a título de antecipação do resultado anual.

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404/76, prevê que 5% do lucro líquido sejam, anualmente, destinados à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2012	Exercício social 31/12/2011	Exercício social 31/12/2010
Lucro líquido ajustado	6.102.422,85	39.719.206,10	57.032.378,77
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	25,000114	39,057181	23,750000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	7,027551	8,824291	3,100000
Dividendo distribuído total	14.999.972,71	15.513.202,06	13.545.635,32
Lucro líquido retido	34.758.263,05	22.220.043,73	43.486.743,45
Data da aprovação da retenção	30/04/2013	27/04/2012	29/04/2011

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	658.374,57	20/05/2013	4.071.217,33	12/03/2012	5.845.663,04	12/05/2011
Preferencial	867.238,13	20/05/2013	5.362.652,68	12/03/2012	7.699.972,28	12/05/2011
Outros						
Ordinária	5.814.907,38	20/05/2013	2.623.555,55	12/03/2012		
Preferencial	7.659.452,63	20/05/2013	3.455.776,50	12/03/2012		

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

No exercício de 2013, a Companhia declarou como dividendo adicional o montante de R\$ 14.000 mil utilizando a conta de reserva "garantia para pagamento de dividendos" (2012 – R\$ 13.374). No exercício de 2011 a Companhia não declarou dividendo a título de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios anteriores.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2012	165.623.310,45	Índice de Endividamento	33,62808507	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2012)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Quirografárias	115.667.081,79	49.956.228,66	0,00	0,00	165.623.310,45
Total	115.667.081,79	49.956.228,66	0,00	0,00	165.623.310,45
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

Não há outra informação relevante com relação à situação financeira da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O planejamento de novos investimentos da WLM está sempre associado à perspectiva de crescimento econômico e à manutenção de programas voltados para manutenção da infraestrutura necessária ao desenvolvimento do País.

As condições políticas e econômicas no Brasil exercem impacto direto sobre os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais e as perspectivas da Companhia. A inflação e certas medidas tomadas pelo Governo Federal para controlá-la poderão provocar efeitos adversos sobre o nível de atividade econômica no Brasil, os mercados brasileiros de capitais, os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais e as perspectivas da Companhia. O aumento das receitas da WLM e o aumento de seu lucro operacional dependem do crescimento da demanda por produtos que oferecemos, qual sejam, principalmente, veículos pesados (ônibus e caminhões).

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e que atualmente acredita serem os mais prováveis a afetar o seu desempenho:

(a) à Companhia

Possibilidade de não conseguir estabelecer totalmente a estratégia de negócios.

A habilidade para estabelecer as principais iniciativas de crescimento que fazem parte da estratégia de atuação da WLM depende de uma série de fatores, dentre os quais sua capacidade de:

- atingir taxas sustentáveis de crescimento e rentabilidade em seus mercados atuais;
- identificar com êxito novas oportunidades de negócios;
- expandir sua rede de concessionárias no Brasil;
- investir na eficiência operacional a partir da plataforma de infraestrutura já instalada;
- continuar a expansão da base de clientes.

Não é possível assegurar que quaisquer destes objetivos serão realizados com êxito e por completo. Um elemento crítico para o êxito da estratégia é a habilidade de identificar com sucesso as demandas do mercado. Se qualquer um dos produtos comercializados e/ou serviços prestados pela Companhia tiver problemas de qualidade, a WLM pode ter dificuldades em atender as necessidades de seus consumidores finais.

Dependência da rede própria de concessionárias para a venda dos produtos comercializados aos clientes localizados em suas respectivas regiões.

A rede de concessionárias Scania da WLM atende regiões específicas na área onde estão localizadas. Caso alguma delas venha a sofrer danos significativos, ou caso as atividades da Companhia de revenda e prestação de serviços venham a ser reduzidas ou interrompidas devido a greves (na Companhia ou em qualquer importante fabricante de produtos), atrasos na liberação ou entrega dos produtos, problemas de infraestrutura ou quaisquer outros eventos similares, seria necessário alocar recursos de outra concessionária para atender aos clientes pertencentes à região afetada. Tal evento poderia ter um efeito adverso sobre a Companhia.

Interrupções ou falhas nos sistemas poderão afetar adversamente as operações.

O sucesso na adoção do plano de negócios depende, em grande parte, do desempenho dos sistemas automatizados da WLM e de serviços de telecomunicações. A Companhia depende de tais sistemas para realizar seus negócios e para obter, processar rapidamente, analisar e administrar os dados, de forma a facilitar a compra e a distribuição de veículos pesados e itens de estoque – como peças de reposição; receber, processar e enviar os pedidos a tempo; administrar o faturamento e realizar a cobrança de clientes, bem como processar os pagamentos aos fornecedores.

A Companhia pode ser adversamente afetada caso esses sistemas sejam interrompidos, danificados por eventos imprevisíveis ou apresentem falhas durante um longo período, inclusive em razão da ação de terceiros. Qualquer interrupção em seus sistemas pode resultar na perda de informações importantes e aumentar os custos, afetando negativamente a imagem da WLM e a sua capacidade de oferecer produtos e serviços de qualidade e confiáveis. Dessa forma, o desempenho satisfatório, a confiabilidade e a

4.1 - Descrição dos fatores de risco

disponibilidade dos sistemas são importantes para garantir a capacidade da Companhia de atrair e manter clientes, bem como prestar serviços adequados aos mesmos.

Apólices de seguro podem ser insuficientes para garantir proteção integral contra perdas substanciais.

Os negócios da WLM estão sujeitos a riscos envolvendo ações trabalhistas e civis, além do transporte dos produtos comercializados e fenômenos da natureza. A Companhia mantém apólices de seguro com cobertura de certos riscos em potencial, tais como incêndio, queda de raio, explosão, vendaval, responsabilidade civil garagem, roubo ou furto qualificado de bens e valores no interior do estabelecimento ou em trânsito. Todavia, não é possível garantir que a cobertura estará sempre disponível ou será sempre suficiente para cobrir eventuais danos decorrentes de tais sinistros. Além disso, existem determinados tipos de riscos que podem não estar cobertos pelas apólices, tais como caso fortuito, força maior ou interrupção de certas atividades. Adicionalmente, a Companhia não tem como garantir que, quando do vencimento das atuais apólices de seguro, conseguirá renová-las ou ainda renová-las em termos suficientes e favoráveis.

Dependência de transportadoras do principal fornecedor e de terceirizadas. Problemas no relacionamento com essas empresas ou na qualidade dos serviços prestados poderiam afetar adversamente a Companhia.

A Companhia não possui frota suficiente ou tampouco opera os veículos utilizados para transportar os veículos pesados (caminhões e ônibus) que comercializa. Dessa forma, depende de transportadoras dos fabricantes e de terceirizados para entregar esses produtos em suas concessionárias, como é o padrão no segmento de comercialização de veículos pesados. A eventual incapacidade de criar ou manter relacionamentos satisfatórios com as empresas responsáveis pela entrega dos veículos, bem como a falha de tais transportadoras de prestar os serviços de transporte de acordo com as necessidades, poderia afetar adversamente a Companhia.

Muitos dos clientes utilizam financiamentos do BNDES para a aquisição dos produtos comercializados pela Companhia, estando sujeitos a mudanças institucionais e/ou nas linhas de crédito neste banco.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) possui diversas linhas de financiamento que são utilizadas por grande número de clientes da WLM. Por ser um banco de fomento vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o BNDES está sujeito a maior ingerência política e pode sofrer mudanças que afetem as regras de concessão de crédito, reduzam a disponibilidade ou os benefícios das condições de tais financiamentos. A não efetivação, a suspensão, a interrupção ou a mudança significativa nestes financiamentos poderá afetar a estimativa de crescimento dos negócios da Companhia. A disponibilidade de recursos com condições semelhantes às do BNDES é restrita, o que poderia causar efeito adverso nos resultados da WLM.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para a Companhia.

A Companhia é e poderá ser no futuro, ré ou, conforme o caso, autora em processos judiciais ou administrativos, em diversas esferas. Não é possível garantir que os resultados destes processos serão sempre plenamente favoráveis, ou, ainda, que será mantido provisionamento, parcial ou total suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Decisões contrárias aos interesses da Companhia que impeçam a realização dos negócios como inicialmente planejados, ou eventualmente alcancem valores substanciais e não tenham provisionamento adequado, podem causar efeito adverso nos negócios e na situação financeira da Companhia.

Atuação em segmentos de grande concorrência, o que poderá, em algum momento, vir a causar efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

O segmento de mercado em que a Companhia atua é competitivo. A WLM enfrenta a concorrência de outros produtos e marcas sólidas, com presença tanto nos mercados nacional quanto internacional, tais como os produtos das montadoras Mercedes Benz, Man e Volvo, dentre outras. Ademais, estas empresas oferecem grande variedade de produtos nos segmentos em que a Companhia atua, que competem com

4.1 - Descrição dos fatores de risco

as linhas de produtos comercializados. A WLM enfrenta ainda, na revenda de peças, concorrência de pequenos fornecedores locais que possuem boa aceitação em certos mercados, sendo que alguns deles operam com peças não genuínas. Desta forma, podem oferecer preços mais baixos, o que poderia resultar na diminuição do volume de vendas e/ou fazer com que a Companhia tenha que reduzir seus preços, o que implicaria em margens menores. Ainda, novos concorrentes poderão entrar nesses mercados. Qualquer um destes fatores poderá causar efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais. Adicionalmente, as atuais e futuras marcas concorrentes dos produtos comercializados podem ser bem sucedidas em determinadas linhas de produtos ou regiões, bem como ter mais recursos financeiros e campanhas de marketing mais efetivas, de forma que a competição com tais concorrentes nos mercados de atuação da WLM pode resultar em perda de participação de mercado.

A identidade das marcas da WLM é um fator importante para o sucesso do negócio. Se não for possível utilizar de forma eficaz ou proteger qualquer uma de marcas, as atividades, situação financeira e resultados operacionais poderão ser afetados material e adversamente.

A Companhia entende que suas marcas – relacionadas no item 9 deste Formulário - têm valor significativo e desempenham papel importante na manutenção e melhoria de sua posição competitiva. Nos últimos anos, foram feitos investimentos para melhorar a identidade e reconhecimento dessas marcas, incluindo aquisições de novas concessionárias.

Atualmente, a Companhia tem 39 marcas, estando a maior parte delas registradas no INPI. No entanto, não é possível garantir que essas marcas não serão violadas, ou, então, que os registros já concedidos não serão objeto de pedido de nulidade por parte de terceiros. Ainda, caso a titularidade de qualquer das marcas seja questionada judicialmente e na hipótese de sentença judicial desfavorável ao seu uso ou validade, a Companhia pode ser proibida de continuar a explorá-la. A ocorrência de qualquer um destes fatores poderá diminuir o valor do conjunto de marcas da Companhia e causar efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

(b) ao controlador, direto ou indireto, da Companhia, ou ao grupo de controle

A WLM é controlada pela família Lemos de Moraes, por intermédio da Sajuthá-Rio Participações S.A., que tem poderes para controlar a Companhia e suas controladas.

O acionista controlador tem poderes para:

- I. eleger a maioria dos conselheiros e nomear os diretores executivos;
- II. definir a política da administração e exercer o controle geral sobre a administração e das subsidiárias; vender ou transferir sua participação acionária na Companhia; e
- III. determinar o resultado de qualquer ação que exija a aprovação dos acionistas, incluindo transações com partes relacionadas, reorganização societária, aquisição e alienação de ativos, bem como a oportunidade e o pagamento de dividendos futuros.

(c) aos seus acionistas *Pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio*

De acordo com o disposto no Estatuto Social da WLM, a Companhia deve pagar aos seus acionistas 25% do seu lucro líquido anual a título de dividendo obrigatório. Caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que o pagamento de proventos é incompatível com a situação econômica da Companhia, poderá não haver qualquer tipo de pagamento, já que o resultado de determinado exercício pode ser utilizado para, por exemplo, compensar prejuízos acumulados.

Negociações com ações de emissão da Companhia podem afetar o valor de mercado das mesmas.

Os acionistas da Companhia têm a capacidade de, observada a legislação aplicável, negociar ações da WLM. Não é possível prever o efeito, se houver, desses negócios sobre o valor de mercado das ações de emissão da WLM. Vendas de volumes substanciais de ações de emissão da Companhia, ou a percepção de que tais vendas possam ocorrer, teriam possível efeito adverso sobre o valor de mercado dessas ações.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(d) às suas controladas e coligadas

As empresas controladas e coligadas não trazem riscos adicionais àqueles já relacionados para a Companhia, no item (a) acima. Os fatores de risco a que estão sujeitas as controladas e coligadas são basicamente os mesmos relacionados à Companhia.

(e) aos seus fornecedores

Os negócios da WLM dependem de sua capacidade de desenvolver e manter relações com os fabricantes dos produtos que comercializa. A incapacidade de desenvolver ou manter essas relações poderá afetar adversamente os negócios.

A WLM depende dos fabricantes para produzir e vender caminhões, chassis de ônibus, lubrificantes e peças de reposição, que serão colocadas à venda ao consumidor final em sua rede de concessionárias.

Busca-se manter um controle eficiente das encomendas de veículos pesados e também níveis adequados de estoque de peças. Dessa forma, a Companhia conta com a venda imediata de produtos por parte desses fabricantes e com sua capacidade de atender aos pedidos dos clientes a tempo. Não é possível garantir que os fabricantes continuarão a vender seus produtos para a WLM em condições favoráveis ou que a Companhia será capaz de estabelecer novos relacionamentos com os fabricantes, ou mesmo prolongar os existentes, de forma a assegurar o acesso aos produtos periodicamente e em termos comerciais favoráveis. Caso ocorra alguma dessas situações, os negócios e planos de crescimento poderão ser afetados.

(f) aos seus clientes

Os níveis de inadimplência por parte dos clientes podem atingir patamares mais elevados e poderão afetar adversamente a Companhia.

O recebimento dos pagamentos devidos pelos clientes depende da capacidade de crédito dos mesmos e da capacidade da Companhia em cobrá-los. Com base em sua receita bruta, o nível de inadimplência dos clientes, calculado a partir do 30º dia do vencimento da fatura, foi de aproximadamente 3,6%, 3,4% e 3,3% nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012, respectivamente. Esses índices podem atingir patamares mais altos em decorrência de motivos diversos, fora do controle da Companhia.

Caso isso ocorra, a WLM poderá vir a não recuperar determinados créditos relativos a dívidas de clientes inadimplentes. Caso não recupere parcela significativa desses créditos, seu fluxo de caixa e resultados financeiros serão adversamente afetados.

O segmento de veículos pesados é influenciado pela disponibilidade de crédito, em especial para caminhões – principal produto comercializado pela Companhia.

Como comentado no item 4.a, muitos dos clientes da WLM utilizam financiamentos do BNDES para a aquisição dos produtos comercializados pela Companhia, além de recorrer a outras fontes de financiamento. Em torno de 95% do volume de caminhões vendidos é financiado de alguma forma. Conseqüentemente, a quase totalidade dos clientes depende de empréstimos bancários para financiar a aquisição de veículos pesados. Tais financiamentos poderão não estar disponíveis para potenciais clientes, assim como, mesmo se disponíveis, os termos destes financiamentos poderão não ser atrativos. Desse modo, a escassez de financiamento no mercado, o aumento nas taxas de juros, a redução de prazo do financiamento, a redução do valor financiado por veículo, a redução nas desonerações fiscais oferecidas e/ou a alteração de outras condições de financiamento podem vir a afetar negativamente o desempenho do segmento e a geração de caixa da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(g) aos setores da economia nos quais a Companhia atua

Os resultados das operações e o valor das ações da WLM podem ser afetados negativamente por condições da economia e do mercado automotivo, especialmente do segmento de veículos pesados.

O segmento de comercialização de caminhões e ônibus é significativamente influenciado por mudanças nas condições econômicas gerais e locais, tais como:

- nível geral de atividade da economia;
- crescimento do transporte rodoviário de cargas e de passageiros;
- confiança do empresariado para realizar investimentos;
- estabilidade das taxas de juros; e
- disponibilidade de empréstimos e financiamentos para aquisição de veículos pesados.

O cenário externo continuou demonstrando várias incertezas no decorrer de 2012, principalmente no primeiro semestre do ano, tendo em vista a crise europeia, a lenta recuperação norte-americana e a redução do ritmo do crescimento econômico chinês. No cenário interno, a economia brasileira frustrou as expectativas do mercado financeiro ao apresentar fraco desempenho ao longo do ano, face às projeções iniciais do governo de crescimento entre 3% e 4%. No segundo semestre, as apostas de melhora vieram da tentativa de recuperação pelos esforços fiscais e monetários introduzidos pelo Governo Federal, aliado à renúncia fiscal temporária, por meio de subsídios, o aumento dos gastos públicos e a contínua redução da taxa básica de juros. Ainda assim, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB brasileiro de 2012 cresceu apenas 0,9% em relação ao ano anterior.

Por outro lado, a taxa de desemprego na média dos 12 meses de 2012, ficou em 5,5%, menor média anual da série histórica, também de acordo com o IBGE. Em 2011, a taxa média foi de 6,0%. O rendimento médio real habitual dos trabalhadores ocupados chegou a R\$ 1.805, com alta de 3,2% na comparação anual.

O ano de 2012 apresentou fraco desempenho na produção total de veículos no Brasil. De acordo com os dados publicados pela ANFAVEA, o setor registrou queda de 1,9% na produção total de unidades em 2012, passando de 3,4 milhões de unidades produzidas em 2011 para 3,3 milhões de unidades ao final de 2012 (considerando os segmentos de veículos leves, caminhões e ônibus). O incremento ocorreu para a produção de veículos leves, em 1,2%, totalizando ao final de 2012 cerca de 3,2 milhões de unidades. No mesmo período, o segmento de caminhões e ônibus registrou queda de 40,5% e 25,4%, totalizando 132,8 mil unidades e 36,8 mil unidades ao final de 2012, respectivamente. A forte queda sentida no segmento de caminhões ocorreu em todas as linhas de produção, o que envolve caminhões semileves, leves, médios, semipesados e pesados.

Em termos de participação sobre a produção total, o número de unidades de caminhões produzidos foi de 4,0% sobre o total do ano de 2012, 2,6 p.p. abaixo da participação registrada em 2011. Nessa mesma base de comparação, o segmento de ônibus registrou leve queda de 0,3 p.p., passando a representar 1,1% do total de unidades produzidas no período. O segmento de veículos leves continua com a maior representatividade do total de unidades produzidas, cerca de 94,9%, ou seja, incremento de 2,9 p.p. sobre a participação que possuía em 2011.

No ano, a Companhia sentiu o reflexo da conjuntura do setor, registrando total de vendas de 2,3 mil unidades, volume 25,8% inferior frente as 3,1 mil unidades vendidas em 2011. O maior impacto ocorreu no número de unidades do segmento de ônibus, com redução de 64,6%, sendo comercializadas 248 unidades em 2012. No mesmo período, o segmento de caminhões registrou queda nas vendas de 14,7%, passando de 2,4 mil unidades em 2011 para 2,0 mil unidades ao final de 2012. Em termos de participação na receita, ao final do exercício, o segmento de caminhões detinha 70,3% do total, 2,5 p.p. acima da participação que possuía em 2011.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Caso haja escassez de recursos para obtenção de financiamento no mercado e/ou aumento da taxa de juros, a demanda por veículos pesados pode ser reduzida, o que pode afetar negativamente os resultados.

A falta de disponibilidade de recursos no mercado para obtenção de financiamento e/ou o aumento da taxa de juros e de outros custos indiretos de financiamento podem prejudicar a capacidade ou a disposição de compradores em potencial para financiar suas aquisições, particularmente no que se refere a caminhões novos. Especialmente, caso o BNDES restrinja o limite de disponibilidade de fundos destinados a financiar a compra de caminhões novos ou caso haja aumento da taxa de juros, poderá vir a ocorrer redução da demanda pelos produtos comercializados pela Companhia, afetando adversamente seus resultados.

A alteração das condições de mercado, especialmente um acirramento da concorrência, poderá prejudicar a venda de produtos pelos preços previstos, o que poderá reduzir as margens de lucro.

Normalmente, a Companhia atua em mercados fortemente competitivos. A crescente concorrência nos segmentos de mercados nos quais opera, quer por meio de novos fabricantes entrando no Brasil ou por meio de concessionárias concorrentes expandindo suas operações, poderá afetar adversamente sua participação no mercado e os preços de venda dos produtos que comercializa, reduzindo suas margens de lucro, diminuindo a variedade de produtos disponíveis para a Companhia ou afetando-a adversamente.

(h) à regulação dos setores em que a Companhia atua

Até o momento, não há exigências regulatórias para o setor de atuação da WLM. Apesar da inexistência de riscos regulatórios, alterações na legislação tributária podem aumentar a carga tributária e, conseqüentemente, afetar negativamente a rentabilidade da Companhia. O Governo Federal regularmente introduz alterações nos regimes fiscais que podem aumentar a carga tributária da Companhia e de seus clientes, como por exemplo, modificações na alíquota dos tributos e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários.

(i) aos países estrangeiros onde a Companhia atue

Não aplicável. A Companhia atua somente em território nacional.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

Atualmente, a WLM não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados no item 4.1 acima. Mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades são constantemente monitoradas por meio do acompanhamento dos principais indicadores de desempenho.

A Companhia mantém sólido e satisfatório relacionamento com seu principal fornecedor, a montadora Scania, o que atenua qualquer tipo de efeito adverso em suas atividades. Caso a administração venha a julgar oportuno, a rede de concessionárias e infraestrutura poderá ser utilizada para vender produtos de outros fabricantes. Tampouco observa-se a curto prazo qualquer tendência de mudança significativa para as linhas de financiamento aos produtos comercializados.

O acesso e condições das linhas de crédito oferecidas ao mercado constituem um fator exógeno e não gerenciável pela Companhia. Paralelamente, a WLM adota como política uma rígida disciplina financeira e uma gestão de caixa conservadora, além de manter como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Nos processos abaixo relacionados, informamos que, quanto à relevância, foram adotados os mesmos critérios utilizados para fins de informações que vem sendo prestadas à Auditoria Externa e Controladoria, a qual, com base nessas informações, delibera a respeito de provisionamento.

WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. – ADMINISTRATIVO	
Processo nº	15374.720.013/2007-11
a. juízo	DRJ/RJ
b. instância	2ª Instância Administrativa
c. data de instauração	17/10/2008
d. partes no processo	
i. Autor:	DRJ/RJ
ii. Réu:	WLM Indústria e Comércio S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 110.659,27 (histórico)
f. principais fatos	Em 17/10/2008 a empresa recebeu Despacho Decisório homologando parcialmente a compensação (DCOMP) de valor relativo a crédito decorrente de saldo negativo de IRPJ (ano calendário 2005) apurado na DIPJ, com prestações vincendas de outros tributos. Em 17/11/2008 foi protocolizada Manifestação de Inconformidade. Em sessão de julgamento realizada em 11/02/2009 foi indeferida a Manifestação de Inconformidade. Em 08/06/2009 foi apresentado Recurso Voluntário. Em 19/09/2009, autos remetidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – MF – DF. Em 21/09/2009, autos remetidos ao órgão Serviço Controle Julgamento – DRJ – RJO – I – RJ. Em 12/12/2010, autos recepcionados na 2ª Turma da 4ª Câmara – Recurso 510.311. Em 13/06/2012, o recurso voluntário apresentado pela Empresa foi integralmente provido, cancelando a exigência fiscal e, conseqüentemente, reconhecendo, na íntegra, a homologação tácita da compensação (DCOMP – Declaração de Compensação) de valor relativo a crédito decorrente de saldo negativo de IRPJ (ano calendário 2005) apurado na DIPJ, com prestações vincendas de outros tributos..
g. se a chance de perda é:	
i. provável	Prejudicado
ii. possível	Prejudicado
iii. remota	Prejudicado
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Prejudicado
i. Valor provisionado, se houver provisão	Prejudicado

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. - JUDICIAL / FAZENDA PÚBLICA	
Processo nº	2004100001377-3
a. juízo	11ª Vara da Fazenda Pública / RJ
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	28.04.2004 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Exequente:	Estado do Rio de Janeiro
ii. Executada:	Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.443.698,80 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de execução fiscal originada por auto de infração lavrado em razão de suposto débito referente ao ICMS (substituição tributária). Foram indicados bens à penhora, com manifestação da exequente, em 10.05.2005, no sentido de não aceitar os bens oferecidos à penhora. Proferida decisão, em 07.07.2005, determinando a penhora de 5% do faturamento mensal da empresa. Mandado não cumprido (negativo). Despacho, em 30.08.2012, determinando manifestação do Estado. Após o pronunciamento do Estado, despacho, em 08/04/2013 determinando a comprovação da qualidade de responsáveis tributários dos sócios assinalados. Em 11/04/2013 remetidos os autos para a Procuradoria.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. – ADMINISTRATIVO	
Processo nº	E 0409550702
a. juízo	Junta de Revisão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro
b. instância	2ª Instância Administrativa
c. data de instauração	11.09.2002
d. partes no processo i. Autuante: ii. Autuada:	Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.051.142,83 (histórico)
f. principais fatos	Refere-se a auto de infração (ICMS) por suposta utilização de tabelas que não correspondem aos preços cobrados pelo mercado na remessa de mercadorias de produção da empresa, que ocasionaria perda significativa na arrecadação do imposto devido. Apresentada impugnação em 11.10.2002. Em 13.04.2004 decisão pela procedência parcial da impugnação, reduzindo a multa aplicada. Em 28.05.2004, autos no Conselho dos Contribuintes com recurso de ofício. Dado provimento ao recurso de ofício em 14.08.2007, com publicação da decisão em 26.10.2007. Decisão novamente publicada em 10.06.2008. Em 14.01.2009 autos remetidos à Superintendência de Arrecadação. Em 12/07/2010, protocolado Recurso Voluntário. Em 02/12/2010, foi negado provimento ao Recurso Voluntário, à unanimidade de votos. Em 29.08.2011, protocolado Recurso ao Pleno. Em 27/12/2012, os autos foram distribuídos ao Conselheiro Relator para análise do Recurso interposto. Em 30.01.2013, publicado D.O. a inclusão em Pauta para Julgamento em 13.03.2013, às 14:30 horas. Em 13.03.2013, retirado de pauta por determinação do Relator.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão.

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. – ADMINISTRATIVO	
Processo nº	DNPM 3.114/47
a. juízo	Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) – BH
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	19/11/2003
d. partes no processo i. Autuante: ii. Autuada:	DNPM Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 911,00 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de suposto débito pelo não pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. Recebida Notificação em 19.11.2003. Apresentada Defesa em 17.12.2003. Aguardando julgamento.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. – ADMINISTRATIVO	
Processo nº	DNPM 135/51
a. juízo	Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) - BH
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	19.11.2003
d. partes no processo	
i. Autuante:	DNPM
ii. Autuada:	Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 426.000,00 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de suposto débito pelo não pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. Recebida Notificação em 19.11.2003. Apresentada Defesa em 17.12.2003. Aguardando julgamento.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. – ADMINISTRATIVO	
Processo nº	DNPM 836/65
a. juízo	Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) - BH
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	19.11.2003
d. partes no processo	
i. Autuante:	DNPM
ii. Autuada:	Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 512.000,00 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de suposto débito pelo não pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. Recebida Notificação em 19.11.2003. Apresentada Defesa em 17.12.2003. Aguardando julgamento.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. – ADMINISTRATIVO	
Processo nº	DNPM 2857/35
a. juízo	Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) - BH
b. instância	2ª Instância Administrativa
c. data de instauração	30.01.2002
d. partes no processo	
i. Autuante:	DNPM
ii. Autuada:	Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.800.862,43 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de suposto débito pelo não pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. Recebida Notificação em 30.01.2002. Apresentada Defesa em 26.02.2002. Mantida cobrança. Apresentado Recurso em 24.07.2002. Aguardando julgamento.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

SUPERÁGUA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA.- ADMINISTRATIVO (Incorporada pela WLM Indústria e Comércio S.A. em 28/04/2006)	
Processo nº	E 0409551002
a. juízo	Junta de Revisão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro
b. instância	2ª Instância Administrativa
c. data de instauração	11.09.2002
d. partes no processo	
i. Autuante:	Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
ii. Autuada:	Superágua Distribuidora de Bebidas Ltda. (Incorporada pela WLM Indústria e Comércio S.A. em 28/04/2006)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.403.602,42 (histórico)
f. principais fatos	Auto de infração (ICMS) – “Aquisição em operações de <i>transferências</i> disfarçadas de <i>compras</i> , de mercadoria de produção do estabelecimento industrial interdependente localizado em Caxambu / MG, com a aplicação de tabelas que não correspondem aos preços cobrados pelo mercado, sendo o valor omitido correspondente a percentuais relevantes, ocasionado perdas na arrecadação”. Em 11.10.2002, protocolada impugnação ao auto de infração. Em 21.01.2004, autos aguardando julgamento na Junta de Revisão Fiscal. Em 05.02.2004, autos remetidos para Inspetoria. Em 26.07.2004, autos retornaram para a Junta de Revisão Fiscal para aguardar julgamento da Impugnação. Autos remetidos para a Secretaria Adjunta de Fiscalização em 26/08/2004. Em 30.08.2006, autos remetidos à Inspetoria DRE 04.01. (Barra Mansa). Em 13.11.2007 foi dado provimento parcial à impugnação, julgando procedente em parte o auto de infração. Em 27.12.2007 autos remetidos ao Conselho dos Contribuintes, em face da interposição de recurso de ofício. Em 16.12.2008, após adiamentos, julgamento, à unanimidade de votos, convertido em diligência. Em 16.02.2009 publicado acórdão negando provimento ao recurso de ofício. Com relação à outra parte (a impugnação fora provida parcialmente), foi protocolizado recurso voluntário em 03/04/2009. Aguardando julgamento. Em 06.12.2011 a empresa foi notificada da decisão proferida pela Segunda Câmara do Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro, negando provimento ao Recurso Voluntário, pelo voto de qualidade. Apresentado Recurso ao Pleno. Aguardando inclusão em pauta para julgamento desde 27/12/2012.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. - JUDICIAL / FAZENDA PÚBLICA / TRIBUTÁRIO	
Processo nº	079.03.105.825-2
a. juízo	Vara de Fazenda Pública de Contagem / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	18/02/2004 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Exequente:	Estado de Minas Gerais
ii. Executada:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.233.599,60 (atualizado)
	PTA01000139888-14 - R\$ 585.632,00
	PTA01000139885-71 - R\$ 965.625,00
	PTA01000139886-52 - R\$ 156.183,00
	PTA01000139883-26 - R\$ 330.801,28
	PTA 01000139887-33 - R\$ 69.770,34
	R\$ 2.108.011,62 (histórico)
f. principais fatos	Os créditos tributários (PTA's) acima elencados tiveram por objeto a exigência de recolhimento do ICMS na venda de veículos diretamente ao consumidor e originaram a execução fiscal. Foi oferecida Carta de Fiança para garantia do Juízo e apresentados Embargos à Execução, acarretando na suspensão da execução. Foi apresentado Memorial de Razões Finais. Aguardando julgamento. Em 09.08.2011, apresentado recurso de apelação contra decisão que julgou improcedentes os embargos oferecidos pela empresa. Negado provimento ao recurso de apelação, foram oferecidos embargos de declaração em 27.04.2012. Negado provimento aos Embargos de Declaração. Em 21/06/2012, apresentados Embargos de Declaração e Recursos Especial e Extraordinário, que também foram negados. Em 05/10/2012, foram apresentados agravos nos próprios autos. Negado seguimento ao Agravo, foi interposto Agravo Regimental em 26/04/2013.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA - JUDICIAL / FAZENDA PÚBLICA / TRIBUTÁRIO	
Processo nº	079.02.033307-0
a. juízo	4ª Vara Cível da Comarca de Contagem - MG
b. instância	3ª Instância Judicial
c. data de instauração	14/01/2003
d. partes no processo	
i. Exequente:	Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais
ii. Executada:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 119.449,78 (histórico)
f. Principais fatos	Trata-se de execução fiscal ajuizada em 14.01.2003, tendo por objeto o pagamento de ICMS sobre venda direta da montadora para consumidor. Oferecidos bens à penhora para garantia do Juízo, foram apresentados Embargos à Execução (processo nº 0079.03.109237-6) em 12.11.2003. Em 29.09.2005 foi publicada sentença julgando procedentes os Embargos à Execução. Interposto recurso pela Fazenda Pública Estadual, foram apresentadas razões de recorrido em 22.11.2005. Autos distribuídos, em 2ª Instância, para a 4ª Câmara Cível do TJMG. Em julgamento realizado em 16.03.2006 foi negado provimento ao recurso. Em 12.07.2006 foi interposto Recurso Especial pela Fazenda. Em 20.10.2006 publicado despacho negando seguimento ao recurso, contra o qual foi interposto Agravo de Instrumento em 27.10.2006. Em 03.05.2007 publicada decisão que deu provimento ao agravo de instrumento. Autos apensados, em 19.07.2007 ao Recurso Especial, que foi provido, em 19.06.2009 para determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem para exame da questão relativa à condenação em honorários advocatícios. Processo baixado e recebido no Tribunal de origem em 11.09.2009. Em 14.10.2009 publicado acórdão pela manutenção do "quantum" arbitrado a título de honorários. Em 17/06/2010, foi distribuído Agravo de Instrumento interposto contra decisão que inadmitiu o Recurso Especial do Estado de Minas Gerais. Negado seguimento ao Agravo de Instrumento, foi interposto Agravo Regimental em 29/06/2010. Reconsiderada a decisão que negara seguimento ao Agravo de Instrumento, foi determinada a distribuição do feito em 10/08/2010. Em 08/11/2010 foi dado provimento ao Agravo de Instrumento. Aguarda-se distribuição do Recurso Especial do Estado de Minas Gerais desde 01/12/2010. Em 16/12/2011, recurso distribuído por prevenção (processo 2010/0093655-7) ao Min. Campbell Marques, registrado sob o número 1.281.226.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	01397-2009-131-03-00-3
a. juízo	5ª Vara do Trabalho de Contagem - MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	07/08/2009
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Newton Samuel Gonçalves
ii. Reclamada	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 120.000,00 (atribuído à causa)
f. principais fatos	O pleito do reclamante consiste em pedido de reintegração e emissão da CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho, além de horas extras, adicional noturno e reflexos; multa artigo 477 da CLT; dano moral; indenização pela redução da capacidade laborativa e por danos físicos e estéticos; horas "in itinere" e restituição dos valores descontados indevidamente. Em 28/09/2009 foi realizada audiência inicial, ocasião em que foi apresentada contestação e determinada a produção de prova pericial médica. Designada audiência de instrução para o dia 23/02/2010. Em 05/10/2009 a reclamada apresentou quesitos e assistente técnico para a perícia. Aguardando julgamento. Julgamento convertido em diligência para prosseguimento da perícia com novos esclarecimentos. Diante dos esclarecimentos prestados, foi determinada, em 30/08/2010, realização de nova perícia médica. Em 25/08/2011, realizada Audiência de Instrução e Julgamento. Proferida sentença. Julgada parcialmente procedente condenando a empresa ao pagamento de horas "in itinere" e multa prevista no art. 477, CLT. Improcedentes os demais pedidos. Iniciada a execução. Em 11/04/2012 a empresa apresenta cálculos de liquidação, no montante de R\$ 3.651,85. Em 11/06/2012, foi firmado acordo, em audiência, com o Reclamante, para o pagamento de R\$ 3.335,00 até o dia 15/06/12, mediante depósito judicial. Custas no valor de R\$100,00. Acordo cumprido. Processo arquivado em 11.10.2012.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	Prejudicado
ii. possível	Prejudicado
iii. remota	Prejudicado
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Prejudicado
i. Valor provisionado, se houver provisão	Prejudicado

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	00239-2010-032-03-00-8
a. juízo	4ª Vara do Trabalho de Contagem - MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	17/02/2010
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Darlan Schettini Dias
ii. Reclamada	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 500.000,00 (atribuído à causa)
f. principais fatos	O pleito do Reclamante consiste em pagamento das diferenças salariais, comissões e reflexos nos demais haveres trabalhistas. Apresentada Contestação em 16/03/2010. Deferida produção de prova pericial. Quesitos formulados e indicado assistente técnico. Adiado <i>sine die</i> . Em 01/06/2011, foram julgados procedentes em parte os pedidos do Reclamante, tendo sido a Reclamada condenada a: 1) pagar a diferença salarial decorrente da correta apuração da média variável dos últimos 12 meses e seus reflexos; 2) pagar o adicional de periculosidade de 30% sobre a garantia mínima de R\$ 7.000,00 paga nos meses de fevereiro a abril de 2007; 3) pagar a multa do §8º do art. 477, da CLT, no valor de um salário básico; 4) e demais reflexos. Em julgamento do Recurso Ordinário apresentado pelo Reclamante, o TRT da 3ª Região (MG) manteve a decisão proferida pela 4ª Vara do Trabalho de Contagem. Em 02/02/2012, a empresa foi intimada da decisão que homologou os cálculos por ela apresentados, totalizando a importância de R\$ 27.593,29. Efetuado o depósito em 06/02/2012. Aguardando pronunciamento do Juízo para possível baixa. Processo arquivado sob o número 00266/13.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	Prejudicado
ii. possível	Prejudicado
iii. remota	Prejudicado
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Prejudicado
i. Valor provisionado, se houver provisão	Prejudicado

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	00572.2011.010.03.00.0
a. juízo	10ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte - MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	05.04.2011
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Lúcio Magno dos Reis
ii. Reclamada	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 50.000,00 (atribuído à causa)
f. principais fatos	<p>O pleito do Reclamante, funcionário da empresa Qualy Serviços Gerais Ltda. (1ª Reclamada), consiste nos pedidos de: pagamento do adicional de insalubridade em grau médio, pagamento das horas extras, realização de perícia médica para avaliação das condições físicas do Reclamante e das sequelas oriundas do acidente de trabalho, condenação ao pagamento de indenização por danos físicos e morais e, ainda, condenação ao pagamento de pensão mensal e vitalícia, a contar do acidente em 18.03.2009, para o custeio das despesas do tratamento médico, incluindo os gastos com medicamentos. O valor indicado foi atribuído à causa para efeitos meramente fiscais, ao passo que seu efetivo pedido contempla valores que excedem ao por ele atribuído, totalizando cerca de R\$ 250.000,00, o qual, na hipótese de procedência do pedido, deverá ser suportado pela também demandada Qualy Serviços Gerais Ltda., efetiva empregadora do reclamante. Em 14.04.2011, realizada audiência. Partes inconciliáveis. Deferida produção de prova pericial para apuração de insalubridade/periculosidade, a requerimento do autor. Acordo realizado em 14/03/2012: a Primeira Reclamada (Qualy Serviços Gerais Ltda.) pagou ao Reclamante a importância líquida de R\$7.000,00 (sete mil reais). Processo Arquivado sob o número 01678/12.</p>
g. se a chance de perda é:	
i. provável	Prejudicado
ii. possível	Prejudicado
iii. remota	Prejudicado
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Prejudicado
i. Valor provisionado, se houver provisão	Prejudicado

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – CÍVEL	
Processo nº	036207086471-9
a. juízo	1ª Vara Cível da Comarca de João Monlevade /MG
b. instância	2ª Instância Judicial
c. data de instauração	16.09.2002
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Ubirajara Marcio Fonseca Lage
ii. Reclamada:	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 50.000,00 (valor atribuído à causa)
f. principais fatos	<p>Trata-se de ação ordinária de reparação de danos, na qual a autor alegou ter adquirido veículo da empresa, que lhe foi entregue, e que foi surpreendido pela apreensão do veículo por autoridade do trânsito, no Estado de São Paulo, sob a alegação de que se tratava de veículo roubado. Foi atribuído à causa o valor de R\$50.000,00. A ação foi contestada. Foram produzidas provas. Sentença proferida para julgar procedente a ação, condenando a empresa ao pagamento da importância de R\$49.000,00 a título de restituição, lucros cessantes no valor de R\$ 3.600,00 mensais, dano moral correspondente a 30 vezes este valor, correção monetária, juros, verba honorária de 15% do valor apurado e custas processuais. Foi interposta Apelação pela empresa, parcialmente provida, por maioria, para excluir da condenação os lucros cessantes e o dano moral. Foram interpostos embargos infringentes, que restaram acolhidos por três (03) votos contra dois (02). Foram opostos embargos de declaração, que restaram rejeitados. Foi interposto recurso especial que, inadmitido, ensejou a interposição de agravo de instrumento. Foi protocolizado, pela empresa, Agravo Regimental perante o Superior Tribunal de Justiça em razão da decisão monocrática proferida pelo relator, publicada sem constar os nomes dos patronos da empresa. Oficiado o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que encaminhou outro ofício ao Juízo de Origem que determinou o desentranhamento dos autos de Agravo de Instrumento para sua remessa ao TJMG de onde seguirá para o STJ. O autor da ação deu início à execução para cumprimento da decisão. No curso da execução, ainda provisória diante da pendência de recurso no STJ, foi oferecida à penhora carta de fiança bancária para garantia do Juízo e apresentada impugnação à execução. Aguardando julgamento. Foi determinado pelo Juízo, por considerar parcela incontroversa, o depósito da importância de R\$ 606.914,79. Em 02/02/2011, os autos foram remetidos ao STJ em razão da interposição de Recurso.</p> <p>Negado provimento ao recurso, os autos retornaram ao Juízo de origem para execução do julgado, de forma definitiva, resultando na homologação do valor ainda devido ao autor no montante de R\$ 732.179,94.</p> <p>Ajuizada Ação Rescisória perante o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (processo nº 07622125-09.2012.8.13.0000), distribuída em 15.06.2012, objetivando a modificação da decisão transitada em julgado, com pedido de liminar para suspensão da execução.</p> <p>Em 03/07/2012, publicada decisão concedendo liminar e deferindo pedido de antecipação de tutela, determinando a suspensão do curso da execução da ação. O Juízo da Execução foi cientificado da execução.</p> <p>Diante da revogação da liminar, através de despacho proferido em 01/02/2013, em 08/02/2013 foi apresentado pedido de reconsideração, deferido na mesma data.</p> <p>Cientificado da decisão que restabeleceu a liminar, o Juízo da Execução, em 11/03/2013, determinou a suspensão do curso da execução, até o trânsito em julgado da ação rescisória ou comunicação de revogação da ordem judicial."</p>
g. se a chance de perda é:	
i. provável	Provável
ii. possível	-
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro
i. Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 1.460.912,80

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – CÍVEL	
Processo nº	0024082300476
a. juízo	6ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte / MG
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	03/03/2009 (data da citação)
d. partes no processo i. Autor: ii. Réu:	Golden Bus Ltda. Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. e Outra
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 150.000,00 (histórico)
f. principais fatos	Trata-se de Ação Ordinária com pleito de rescisão de contratual, ressarcimento de supostos prejuízos e indenização por danos morais. A empresa foi citada em 03/03/2009 e apresentou contestação em 29.04.2009. Em 07.08.2009 juntada impugnação à contestação. Em 26.08.2009 realizada audiência de conciliação. Partes inconciliáveis. Em 15.09.2009 especificadas provas. Aguardando julgamento. Em 22/06/2011, julgamento convertido em diligência para produção de provas periciais necessárias ao convencimento do Juízo. Realizada perícia nos ônibus (chassis) adquiridos pela GOLDEN BUS, em 17/07/2012. Apresentados laudos periciais, ainda não homologados.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – CÍVEL	
Processo nº	203/2008
a. juízo	1ª Vara Cível de Guariba / SP
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	06/02/2008
d. partes no processo i. Autor: ii. Ré:	Waldomiro Moreira dos Santos Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda. e Outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 203.000,00 (valor atribuído à causa)
f. principais fatos	Trata-se de Ação Indenizatória por perdas e danos morais e materiais. O pleito do autor é consubstanciado em supostos prejuízos materiais e morais, em razão do seu caminhão Scania ter sido bloqueado junto ao CIRETRAN. Em resposta ao pedido a empresa alegou, preliminarmente, sua ilegitimidade pelo fato de não ter vendido ou participado de forma indireta da venda do veículo. As partes especificaram as provas, em atendimento ao despacho judicial. Aguarda-se designação de audiência.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	-
iii. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. - JUDICIAL / TRIBUTÁRIO	
Processo nº	950047967-2
a. juízo	2ª Vara Federal de Execução Fiscal / RJ
b. instância	2ª Instância Judicial
c. data de instauração	22.09.1995 (data da citação)
d. partes no processo	
i. Exequente:	Fazenda Nacional
ii. Executada:	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.235.096,61 (histórico)
f. principais fatos	Execução Fiscal decorrente de auto de infração, através do qual se exige diferença de IRPJ e acréscimos legais, da seguinte forma: a) nos exercícios financeiros de 1983,1984 e 1985: glosa da despesa de correção monetária incidente sobre parcela de aumento de capital social deliberado em AGE de 30.09.1980, supostamente não integralizada; b) no exercício financeiro de 2003 (ano-base de 01.05.1981 a 30.04.1982): acréscimo ao lucro real do valor da reavaliação de bens do ativo permanente efetuada com base no laudo de avaliação que não atenderia à legislação vigente; c) no exercício de 1984 (ano-base de 01.05.1982 a 30.04.1983): glosa de perda de capital na incorporação de empresa, efetivada a preços de mercado, com fundamento em laudo que não atenderia a legislação vigente. Processo Suspenso, aguardando decisão nos Embargos à Execução (processo nº 96.0065549-9), opostos para desconstituir o débito executado. Decisão de 1ª Instância favorável à empresa. Aguarda-se decisão de 2ª Instância.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

FARTURA AGROPECUÁRIA S.A. – CÍVEL	
Processo nº	050.2009.100001217-5
a. juízo	Vara Cível da Comarca de Santana do Araguaia/PA
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	01/04/2010
d. partes no processo	
i. Autor:	Wilson Araújo Coelho e Agropecuária Monte Cristo Ltda.
ii. Ré:	Fartura Agropecuária S.A. e Outra (São Sebastião do Araguaia Ltda.)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 6.000.000,00 (valor atribuído à causa)
f. principais fatos	Trata-se de ação indenizatória por rompimento contratual. Em 12/05/2010, foi apresentada contestação. Ressalte-se que a expectativa quanto ao resultado da demanda, adiante destacada (chance de perda possível), foi estimada levando em consideração apenas o mérito da causa, não se referindo ao valor a ela atribuído, que reputamos abusivo e irreal. Em 16/03/2012, realizada audiência de instrução e julgamento. Concedido às partes o prazo de 10 dias, sucessivos, para apresentação de memórias. Memoriais apresentados no prazo.
g. se a chance de perda é:	
i. provável	-
ii. possível	Possível
iii. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. - JUDICIAL / FAZENDA PÚBLICA -	
Processo nº	0173830-82.2012.8.19.0001
a. juízo	11ª Vara da Fazenda Pública / RJ
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	03.05.2012
d. partes no processo	
i. Exequente:	Estado do Rio de Janeiro
ii. Executada:	Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 7.402.586,76
f. principais fatos	<p>Ajuizada Execução Fiscal pelo Estado do Rio de Janeiro, objetivando a cobrança de débitos de ICMS, oriundo do Auto de Infração nº 03.026703-3 e consubstanciado na CDA 2012/014.122-9.</p> <p>Em 03/07/12, foi apresentada Exceção de Pré-Executividade pela Superágua, objetivando a extinção da Execução Fiscal, eis que o débito de ICMS objeto dos autos encontra-se com exigibilidade suspensa por força de inclusão na Anistia Estadual (Lei 6.136/2011), restando, assim, nulo o título que a embasa.</p> <p>Em 03/07/12, foi proferida decisão suspendendo a Execução Fiscal, bem como imputando à Executada o ônus do pagamento das custas e taxas judiciárias.</p> <p>Em 25/07/12, foi apresentado Agravo de Instrumento contra decisão que determinou a suspensão do feito executivo e que imputou o ônus do pagamento das custas e taxa judiciária à Executada.</p> <p>Em 03/08/12, publicada decisão indeferindo o efeito suspensivo requerido pela Superágua por ausentes os pressupostos que o autorizam.</p> <p>Em 22/10/12, foi publicada decisão negando seguimento ao Agravo de Instrumento interposto pela Superágua.</p> <p>Em 29/10/12, foi interposto agravo interno pela Superágua.</p> <p>Em 07/02/13, publicado acórdão negando provimento ao agravo interno.</p> <p>Foram apresentados Embargos de Declaração em dia 18/02/13.</p> <p>Em 30/04/13, publicada decisão rejeitando a exceção de pré-executividade.</p>
g. se a chance de perda é:	
iv. provável	-
v. possível	-
vi. remota	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

FARTURA AGROPECUÁRIA S.A. – ADMINISTRATIVO -	
Processo nº	02103/00004/2012
a. juízo	Secretaria da Receita Federal do Brasil
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	12/04/2012
d. partes no processo	
i. Autor:	Secretaria da Receita Federal do Brasil
ii. Ré:	Fartura Agropecuária S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11.764.221,68
f. principais fatos	<p>Notificação de Lançamento referente ao recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.</p> <p>Impugnação protocolada em 11/05/2012.</p> <p>No dia 11/04/2013, encaminhados autos pelo para Delegacia da Receita Federal – Julgamento – Brasília-DF.</p>
g. se a chance de perda é:	
iv. provável	-
v. possível	Possível
vi. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto tão somente financeiro
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. – TRABALHISTA	
Processo nº	0001385-10.2012.5.01.0551
a. juízo	1ª Vara do Trabalho de Barra Mansa - RJ
b. instância	1ª Instância Judicial
c. data de instauração	17.09.2012
d. partes no processo	
i. Reclamante:	Fabio de Aquino Graziel
ii. Reclamada	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 502.000,00 (atribuído à causa)
f. principais fatos	Em 31/10/2012, realizada audiência. Requerido pelo o autor prazo para emendar a inicial. Deferido o requerimento, concedido prazo de 10 dias. Audiência adiada para o dia 29/05/2013, às 10:50 horas.
g. se a chance de perda é:	
iv. provável	-
v. possível	Possível
vi. remota	-
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há, em curso, qualquer processo em que o emissor ou suas controladas são parte e cujas partes contrárias são administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não há, em curso, qualquer processo com as características enunciadas neste item.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Não há, em curso, qualquer processo com as características enunciadas neste item.

4.7 - Outras contingências relevantes

Não há qualquer outra contingência relevante a destacar.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, pois a sede da Companhia é no território nacional, assim como sua atuação e negociação de valores mobiliários.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Os riscos de mercado aos quais a WLM está exposta referem-se basicamente àqueles do curso normal de seus negócios. Os contratos firmados pela Companhia são, em geral, indexados à taxa CDI. Riscos cambiais e condições internacionais do mercado afetam a Companhia apenas indiretamente, uma vez que a WLM não mantém negócios no exterior, tampouco exporta seus produtos ou importa insumos e matérias primas.

O saldo de contas a receber da Companhia é de R\$ 129.068 mil e não é afetado por indexadores. Para as contas a receber por venda peças e serviços prazo médio de recebimento em 2012 foi de 28 dias, quanto que para a venda de caminhões e ônibus, que é financiado via Finame o prazo médio foi de 45 dias. Na posição passiva, a Companhia não tinha qualquer dívida registrada ao final do exercício de 2012.

A Companhia também está exposta a riscos relacionados à variação nos preços dos veículos e peças da marca Scania que comercializa e aos riscos relativos à volatilidade e a liquidez limitada do mercado de capitais brasileiro, o que pode afetar negativamente a liquidez e o valor de mercado de suas ações.

Abaixo encontram-se melhor detalhados os principais fatores de risco:

O Governo Federal exerceu e continua exercendo influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, poderiam afetar adversamente as atividades e o preço de mercado de das ações da WLM.

O Governo Federal brasileiro tem histórico de intervir com certa frequência na economia do País e, ocasionalmente, faz mudanças relevantes nas políticas, normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas do Governo Federal para controlar a inflação e outras políticas muitas vezes envolvem aumentos nas taxas de juros, mudanças nas políticas fiscais, controles de preço, desvalorizações de moeda, controles de capital, dentre outras medidas. A Companhia não tem como prevê-las. Seus negócios, situação financeira e resultados operacionais, bem como o preço de mercado de suas ações, podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas ou regulamentações que envolvem ou afetam certos fatores, tais como:

- estabilidade econômica e social;
- expansão ou contração da economia brasileira, de acordo com as taxas de crescimento do PIB;
- inflação;
- política fiscal, monetária e alterações da legislação tributária;
- taxas de juros;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- interpretação de leis trabalhistas e previdenciárias; e
- outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à introdução de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários. Tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão prejudicar as atividades e resultados da WLM, podendo inclusive afetar adversamente a negociação e cotação das ações da Companhia.

A inflação e os esforços do Governo Federal de combate à inflação podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e, com isso, prejudicar as atividades e a negociação das ações.

As medidas do Governo Federal para controle da inflação frequentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e o potencial de crescimento econômico. Como consequência, as taxas de juros no País têm se mantido entre as mais altas do mundo e vêm flutuando de maneira significativa. Por exemplo, ao final de 2010, 2011 e 2012, a taxa Selic foi de 10,75%, 11,00% e 8,48%, respectivamente, conforme estabelecido pelo Comitê de Política Monetária - Copom.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Futuras medidas do Governo Federal, inclusive redução/aumento das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear variações nas taxas de inflação. Se o Brasil experimentar inflação elevada no futuro, talvez a Companhia não seja capaz de reajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação sobre a sua estrutura de custos, o que poderá resultar em aumento de custos e redução de margem operacional líquida.

A principal receita da Companhia advém da revenda de caminhões Scania. O desempenho do mercado de caminhões, principalmente o segmento de pesados, tem forte correlação com o nível de investimentos, especialmente com os dos setores intensivos em uso de transporte rodoviário. Entre eles são destacáveis: indústria extrativa mineral, setores relacionados ao desenvolvimento de projetos de infraestrutura (inclusive construção civil), petroquímica, bens de capital, agricultura e setores da agroindústria relacionados, entre outros. Vários destes setores são considerados amplificadores do ciclo econômico, tendo expansão mais elevada quando a economia está crescendo, e taxas de retração mais acentuadas durante períodos de queda no nível de atividade econômica.

A WLM tem seu desempenho muito relacionado ao comportamento da economia doméstica. Em 2010, a Companhia ainda manteve forte desempenho de vendas, mesmo que com redução em relação aos recordes atingidos no ano de 2009. Ao longo de 2011, observou-se retração do ritmo de crescimento da atividade econômica no País, e os setores ligados ao investimento e formação bruta de capital apresentaram fraco desempenho. Isso afetou negativamente a principal atividade econômica da WLM, qual seja a venda de caminhões pesados. Ao final de 2012, a Companhia ainda acompanhou o cenário adverso visto na economia, registrando queda no montante total de vendas frente a registrada no ano passado, com o maior impacto ocorrido no número de unidades do segmento de ônibus.

Iniciativas governamentais no sentido do desenvolvimento da infraestrutura nacional, especialmente visando os grandes eventos esportivos internacionais que ocorrerão no Brasil, tendem a se refletir positivamente na demanda por caminhões de grande porte (suporte para a construção civil) e chassis de ônibus (transporte urbano e, especialmente, interurbano). Além da renúncia fiscal visando reduzir o IPI, prolongando as taxas de juros menores do PSI – Programa de Sustentação de Investimentos e do Pró-Caminhoneiro, para ônibus e caminhões, e investiu alto na compra de ônibus escolares para o Programa Caminho da Escola. Mas tais ações não foram suficientes para segurar a queda na produção de ônibus e caminhões.

Risco de taxas de juros

A Companhia não está diretamente exposta à variação das taxas de juros flutuantes em seus principais ativos (contratos) e passivos, e não possui dívidas. Eventuais variações nas taxas de juros afetam a remuneração das aplicações financeiras da Companhia, uma vez que em 31 dezembro de 2010, a quase totalidade das aplicações era atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Não há exposição passiva a outros índices. Tampouco os principais custos da Companhia têm exposição a outros índices, já que os preços pelos quais a WLM adquire caminhões, ônibus e peças - e também os preços de revenda desses produtos – são estabelecidos por intermédio da política de preços da Scania – seu principal fornecedor.

Riscos Cambiais

A Companhia não possui dívidas ou valores a receber denominados em moeda estrangeira e nenhum de seus custos relevantes é denominado em moeda estrangeira. Portanto, não está exposta a riscos cambiais.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

a) riscos para os quais se busca proteção

Conforme mencionado no item 5.1, o principal risco de mercado para a Companhia são as eventuais oscilações em índices e taxas de juros, já que a mesma não incorre em qualquer risco cambial.

Um dos fatores que influenciam a venda de caminhões é o nível da taxa de juros. Especificamente no segmento de caminhões pesados, a maior parcela deles é negociada utilizando linhas especiais de crédito do BNDES. A TJLP – taxa usada para os financiamentos de investimentos aprovados pelo BNDES - não acompanha necessariamente a taxa Selic, utilizada para controle dos índices inflacionários e monitorada pelo Banco Central. Portanto, ainda que venham a ocorrer elevações da taxa Selic estas poderão não afetar significativamente os juros para o financiamento de caminhões. Por outro lado, a tomada de decisões de investimento é diretamente influenciada pelo panorama futuro da economia vislumbrado pelo investidor. Elevações expressivas nas taxas de juros tenderiam a desestimular novos investimentos.

b) estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A WLM não realiza a contratação de hedges financeiros e não utiliza instrumentos derivativos. Por atuar exclusivamente no território nacional, não está sujeita diretamente às consequências advindas de variações cambiais abruptas e, portanto, não tem necessidade de se utilizar de instrumentos financeiros para se proteger contra tal situação. A estratégia principal de proteção patrimonial utilizada pela Companhia é atrelar os ativos aos mesmos índices dos passivos, sempre que houver passivos relevantes. Conforme descrito no item 5.1 acima, a Companhia não tinha, ao final do exercício, endividamento financeiro. Para minimizar exposições à variações do CDI que possam impactar contratos e custos, a maior parte das aplicações financeiras é corrigida por esse índice. Ademais, a WLM constantemente busca a otimização de uma estrutura organizacional multidisciplinar, na qual a diretoria avalia se as ações praticadas estão sendo feitas de maneira a mitigar qualquer risco inerente aos negócios da Companhia.

Apesar de não contratar operações de hedge no mercado financeiro, a Companhia procura dar ênfase a atividades complementares, e assim diluir em alguma medida o risco de seus negócios mais significativos. Por exemplo, quedas na receita de venda de caminhões tenderiam a ser parcialmente compensadas por crescimento na prestação de serviços e venda de peças. A certificação de todas as filiais da WLM pela Scania (*DOS – Dealer Operating Standard*) permite um padrão de excelência dos serviços prestados e, conseqüentemente, proporciona a possibilidade de incrementos no segmento de serviços prestados.

c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Não se aplica, pois a Companhia não se utiliza de instrumentos para proteção patrimonial (hedge).

d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A administração dos riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratadas pela Companhia em relação às vigentes no mercado. A Companhia busca gerir seu fluxo de caixa estabelecendo critérios de posições de caixa mínimo, além de procurar estabelecer contratos com os principais fornecedores por prazos mínimos, de tal maneira que os eventuais aumentos de preços não impactem seus custos de curto prazo.

Os riscos de crédito a que a Companhia e suas controladas estão sujeitas em seu “contas a receber” de clientes estão minimizados pela ampla base de clientes, pela criteriosa análise de crédito e pelo constante acompanhamento e cobrança desses recebíveis.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

e) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial e quais são esses objetivos

A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge), conforme já comentado. A não exposição da Companhia a passivos e ativos sujeitos à variação cambial, além da forte posição de caixa, com a manutenção de endividamento zero em 31/12/2012, embasam essa postura.

f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A área financeira, juntamente com controladoria, jurídico e tecnologia da informação, analisam os riscos periodicamente para reportar à diretoria e ao Conselho de Administração, que avaliam se as ações praticadas estão sendo feitas de maneira a seguir as políticas adotadas. A execução das atividades de controle é de responsabilidade de todos os colaboradores da Companhia, com base nas políticas corporativas e padrões - procedimentos para operacionalizar as atividades e rotinas de controle que, por sua vez, estão alinhadas com as políticas corporativas - aprovados e amplamente divulgados dentro da Companhia.

g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Por meio da estrutura organizacional multidisciplinar, a diretoria monitora e avalia a adequação das operações da Companhia às políticas estabelecidas. A efetividade da política de gerenciamento dos riscos é medida diretamente por meio dos resultados obtidos pela Companhia

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

No último exercício social, não houve qualquer alteração relevante nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, ou na política de gerenciamento de riscos.

5.4 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item 5 – riscos de mercado.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	25/10/1946
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	07/01/1971

6.3 - Breve histórico

A Companhia foi fundada em 1946, com a denominação de Companhia Nacional de Gás Esso, cujo controle era detido pela Standard Oil Company of New Jersey (USA). Esta empresa iniciou a distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP) no Brasil por meio de importação a granel e posterior engarrafamento e distribuição. Em 1952, sua denominação social foi alterada para Companhia Brasileira de Gás – Gasbras e, no ano seguinte, o Grupo Lorentzen, de capital estrangeiro, assumiu o controle acionário.

Em 1955, o GLP, até então importado, passou a ser fabricado pelas refinarias brasileiras. Neste mesmo ano foi constituída a Companhia Supergaz Engarrafadora e Distribuidora de Gaz, com sede em Campinas(São Paulo), empresa de capital 100% nacional.

Em 1968, após atingirem elevado grau de desenvolvimento, com porte patrimonial significativo e detendo expressiva participação no mercado nacional de distribuição de GLP, a Supergaz e a Gasbras decidiram por uma união, da qual resultou uma nova Companhia sob a denominação social de Supergasbras S/A Distribuidora de Gás.

Em 1971, a Supergasbras transformou-se em sociedade anônima de capital aberto, com capital 50% nacional e 50% estrangeiro. Naquela oportunidade, face à diversificação de suas atividades, foi alterada a razão social para Supergasbras Distribuidora de Gás Indústria e Comércio S/A.

Em 1972, o Sr. Wilson Lemos de Moraes, principal acionista brasileiro, adquiriu as ações do grupo Lorentzen, tornando a Supergasbras uma empresa de capital inteiramente nacional. O processo de expansão da Supergasbras, que já havia se intensificado nos anos 60, manteve acelerado crescimento na década de 70. A Companhia continuou a adquirir novas empresas, principalmente no setor de comercialização de veículos e máquinas.

Em 1975, a Supergasbras Distribuidora de Gás Indústria e Comércio S/A foi transformada em holding, com sua razão social alterada para Supergasbras Indústria e Comércio S/A.. O imobilizado relativo à atividade de distribuição de gás foi totalmente transferido para uma nova empresa denominada Supergasbras Distribuidora de Gás S/A.

Durante os anos 70, a diversificação de negócios levou a Companhia a também atuar fortemente nos setores de transporte e de comercialização de veículos pesados – caminhões e ônibus da marca Scania. A sinergia entre as diversas atividades da Companhia marcou o começo da duradoura e bem sucedida parceria com a montadora Scania, hoje o principal foco de negócios da WLM. A Companhia cresceu neste segmento, ampliou constantemente sua rede de concessionárias e fez do aperfeiçoamento de seu atendimento e de seus serviços um compromisso, uma marca. Atualmente a WLM atua no setor de comercialização de veículos pesados da marca Scania por intermédio de suas controladas Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda., Itaipu Máquinas e Veículos Ltda., Equipo Máquinas e Veículos Ltda. e Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda..

Em julho de 2004, a Companhia alienou sua controlada Supergasbras Distribuidora de Gás S/A para a SHV Gás Brasil Participações Ltda., encerrando sua participação no mercado de distribuição de GLP. Em consequência dessa alienação, foi alterada a denominação da sociedade de Supergasbras Indústria e Comércio S/A para WLM Indústria e Comércio S/A.

A WLM complementa a diversificação de suas atividades mantendo sua atuação no setor de bovinocultura de corte e cafeicultura. Atualmente essa atuação se dá por meio das controladas Fartura Agropecuária S/A, Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda. e Itapura Agropecuária Ltda.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Não houve eventos societários nos 3 últimos exercícios (2012, 2011 e 2010).

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não aplicável. Não houve pedido de falência e nem pedido de recuperação judicial ou extrajudicial.

6.7 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

A **WLM Indústria e Comércio S.A.** atua na produção e comercialização de produtos agrupados em atividades diversas dos segmentos automotivo e agropecuário, através de suas controladas localizadas em vários estados do Brasil:

Controladas do Segmento Automotivo	Local da Sede
1. Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.	Com sede em Sumaré/SP, atua no estado de São Paulo, com filiais nas cidades de Porto Ferreira, Araçatuba e Bauru.
2. Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.	Com sede em Contagem/MG, atua na capital mineira, centro-sul, norte e oeste do estado de Minas Gerais e mantém filiais em Matias Barbosa, Montes Claros, Inconfidentes (Contagem), Patos de Minas e Barão de Cocais.
3. Equipo Máquinas e Veículos Ltda.	Com sede no Rio de Janeiro/RJ e filial em Barra Mansa, possui atendimento em todo o estado do Rio de Janeiro.
4. Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.	Com sede em Marituba/PA, atua nos estados do Pará e Amapá, com filiais em Marabá, Oriximiná, Ourilândia, Paragominas e Macapá.

Através das controladas do Segmento Agropecuário, com fazendas situadas em diversos municípios dos estados do Pará, Mato Grosso, São Paulo e Minas Gerais, a WLM atua nas seguintes atividades do agronegócio:

Controladas do Segmento Agropecuário	Local da Sede
1. Fatura Agropecuária S.A.	Com sede no Rio de Janeiro/RJ e fazenda em Santana do Araguaia/PA.
2. Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	Com sede em Santa Terezinha/MT e fazenda na mesma região.
3. Itapura Agropecuária Ltda.	Com sede no Rio de Janeiro/RJ e fazendas em Campinas/SP e São Sebastião do Paraíso/MG.

As empresas **Fatura - Fazenda São João** (sul do estado do Pará) e **São Sebastião do Araguaia - Fazenda São Sebastião** (norte do estado de Mato Grosso), são dedicadas à bovinocultura de corte. Em conjunto, possuem uma área contígua de 100 mil hectares com cerca de 80% da área total de reserva florestal, com registro no RGI de cada região, rebanho de aproximadamente 25 mil cabeças e pecuária de corte, por meio da criação de bezerros para cruzamento industrial. Mantém ainda um projeto de manejo florestal sustentável, aprovado pelo IBAMA.

Recentemente, a Fatura destinou investimentos para a produção de milho e soja em área de aproximadamente 600 ha.

A **Itapura - Fazenda São João do Atibaia** (entre Campinas e Jaguariúna/SP), tem como principal atividade a pecuária leiteira, que atualmente conta com um rebanho em torno de 250 cabeças de gado e produção de cerca de 1200 litros de leite/dia.

Através da **Fazenda São Judas Thadeu** (São Sebastião do Paraíso/MG), a **Itapura** dedica-se à atividade cafeeira numa área de 677 hectares, onde produz em torno de 3.500 sacas de café/ano. Complementarmente, são também desenvolvidas atividades ligadas à pecuária de corte, com aproximadamente 750 cabeças de gado.

Todas as atividades produtivas nas empresas do segmento agropecuário da WLM são realizadas simultaneamente às práticas de conservação da fauna e da flora.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a) produtos e serviços comercializados

A WLM atua em dois segmentos operacionais: Automotivo e Agropecuário.

As receitas da Companhia, nos três últimos exercícios sociais, decorreram principalmente do segmento automotivo, através das quatro controladas Concessionárias Scania, que comercializam caminhões pesados, caminhões extra pesados, chassis de ônibus urbanos, chassis de ônibus rodoviários, peças, lubrificantes, e prestação de serviços de manutenção por meio de contratos manutenção preventiva programada e manutenção corretiva, como já comentado no item 7.1 deste Formulário.

Durante este mesmo período, as receitas da Companhia decorreram, em menor proporção, do segmento agropecuário que, por intermédio das três controladas, produz e comercializa gado de corte, café e leite.

b) receitas provenientes dos segmentos e sua participação na receita líquida da Companhia

Receita por segmento			
Exercícios encerrados em 31 de dezembro	R\$		
	2012	2011	2010
Comercialização de veículos, peças e lubrificante	848.564	993.488	1.056.438
Prestação de serviços de manutenção	49.233	46.825	35.094
Sub total Segmento Automotivo	897.797	1.040.313	1.091.532
Segmento Agropecuário	7.154	6.917	7.006
Total Receita Bruta	904.951	1.047.230	1.098.538
Deduções Rec. Bruta – Segmento Automotivo	91.928	107.570	115.227
Deduções Rec.Bruta – Segmento Agropecuário	542	498	525
(-) Total Deduções Receita Bruta	92.470	108.068	115.752
Receita Operacional Líquida – Segmento Automotivo	805.869	932.743	976.305
Receita Operacional Líquida – Segmento Agropecuário	6.612	6.419	6.481
Total Receita operacional Líquida	812.481	939.162	982.786

Participação da receita líquida por segmento em relação à receita líquida total (em %)			
Exercícios encerrados em 31 de dezembro	2012	2011	2010
Segmento Automotivo			
Concessionárias Scania	99,19%	99,32%	99,30%
Segmento Agropecuário			
Fazendas	0,81%	0,68%	0,70%

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

As informações abaixo são geradas internamente na Companhia e são derivadas dos registros contábeis societários, sem segregação de despesas operacionais, ativos totais e depreciação.

Segmento	Lucro / (Prejuízo) – R\$ mil			% no Lucro Líquido da Companhia		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Automotivo ⁽¹⁾	29.956	46.606	48.186	86,55	122,15	87,42
Agropecuário ⁽²⁾	(6.746)	(796)	4.322	(19,50)	(2,09)	7,84
Administração ⁽³⁾	16.675	(7.396)	2.982	48,18	(19,38)	5,41
Descontinuadas	(5.273)	(260)	(368)	(15,23)	(0,68)	(0,67)
Total	34.612	38.154	55.122	100,00	100,00	100,00

(1) Inclui todas as controladas: Equipo, Quinta Roda, Itaipu e Itaipu Norte

(2) Inclui todas as controladas: Fartura, São Sebastião do Araguaia e Itapura

(3) Controladora

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a) características do processo de produção

O processo de produção não se aplica ao segmento automotivo de Concessionárias Scania, pois a Companhia atua no segmento comercial, como revendedora de veículos, peças e lubrificantes de produtos da marca Scania.

Bovinocultura de corte

Atividade realizada por três empresas do grupo, sendo duas na “Amazônia Legal” e outra em Minas Gerais com características um pouco distintas.

Nas fazendas da “Amazônia Legal”, uma no sul do Pará e outra no Norte do Mato-Grosso formando, em área contínua, uma fazenda com cerca de 100 mil hectares, sendo cerca de 20 mil hectares de pastagens e o restante de reserva florestal, o sistema de produção se caracteriza por forte dependência das pastagens, fonte de toda a alimentação do gado, que recebe, como complemento, suplementação mineral. O regime de chuvas na região se reflete na oferta e qualidade do alimento (pastagens), de forma que o gado é manejado estrategicamente de forma a diminuir as conseqüências da variação da disponibilidade nutritiva (qualitativa e quantitativa). Em alguns casos faz-se suplementação com proteína em lotes mais sensíveis a esta variação. As atividades de produção de gado de corte nestas fazendas são a cria e recria e, nos últimos anos, principalmente devido às características comerciais da região, a engorda de machos.

A atividade de cria consiste na produção de bezerros e bezerras. As matrizes são enxertadas por meio de monta natural com touros da Fazenda. Com o rebanho atual, são produzidos cerca de 3.800 bezerros e 3.800 bezerras por ano. As crias resultantes são desmamadas com cerca de sete meses. Cerca de 20% das matrizes (1.800 a 2.000, no rebanho atual) e touros são descartados anualmente utilizando critérios de idade, fertilidade e características produtivas. Das bezerras produzidas, parte fica na fazenda para recria e reposição das matrizes (cerca de 1.800 a 2.000 por ano) e o restante é vendido para criadores da região. Dos bezerros, atualmente estão sendo mantidos na fazenda 800 cabeças por ano, para a atividade de recria e engorda com venda para abate em torno de 30 meses. O restante dos machos (cerca de 3.000 cabeças/ano) é vendido para criadores da região.

Neste ano está sendo implementado um projeto para confinamento de cerca de 1.000 cabeças, visando reduzir o tempo para terminação dos animais, possibilitando maior capacidade de suporte a pastagens e, conseqüentemente, maior aproveitamento das áreas.

Paralelamente, para melhoria do rebanho, são mantidas cerca de 700 vacas nelore registradas com principal objetivo de produzir animais com qualidade genética. Este rebanho registrado na ABCZ – Associação Brasileira de Criadores de Zebu tem manejo diferenciado, utilizando-se inseminação artificial com sêmen de touros provados de grandes centrais de inseminação, suplementação de alimento na seca, maior pressão de seleção nas vacas e manejo mais tecnificado, visando constante aprimoramento das características produtivas dos touros e, conseqüentemente, contínuo melhoramento genético de todo o rebanho. O excedente dos touros produzidos é comercializado entre produtores da região.

Esta preocupação com a qualidade das características produtivas, bem como com a sanidade e nutrição do rebanho, resulta em produtos de qualidade bastante acima da média na região, despertando grande procura dos produtores e frigoríficos, com preços diferenciados.

A atividade de corte na fazenda São Judas Thadeu, em Minas Gerais, é bem menor em escala, seguindo modelo parecido com o das outras fazendas, porém mais tecnificado, principalmente com relação à nutrição e manejo reprodutivo do gado. Mantém apenas a atividade de cria, sendo todo o produto (bezerros e bezerras) vendido para produtores da região. Apenas as bezerras necessárias para reposição de matrizes descartadas são mantidas. O tamanho do rebanho permite melhor avaliação de novas tecnologias que depois podem ser estendidas para as outras fazendas.

Bovinocultura de leite: O sistema de produção de leite na fazenda São João do Atibaia, localizada entre Campinas e Jaguariúna(SP), busca equilibrar a utilização racional das pastagens disponíveis com a suplementação de cocho com forragem de corte produzida na fazenda e alimentos concentrados adquiridos de terceiros. Além da alimentação, a fazenda investe em genética, outro grande fator responsável pela produção de leite, com a utilização de touros provados com boa aptidão leiteira na inseminação artificial, visando o constante melhoramento do rebanho.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Outras preocupações são a sanidade e o conforto dos animais, bem como a higiene na ordenha. O gado jovem (bezerras e novilhas) é criado exclusivamente em pasto, enquanto as vacas, além da pastagem, são alimentadas em cocho diariamente com uma mistura da forrageira produzida na fazenda e concentrados comprados. São ordenhadas diariamente, sendo utilizado o sistema de ordenha mecânica duas vezes ao dia. O leite, sem contato manual, é armazenado em geladeiras de onde é coletado pelo comprador em caminhão-tanque refrigerado. Ocorre o descarte (venda) de vacas por idade ou reprodução repostas pelas bezerras nascidas na propriedade. A receita principal com a venda de leite é complementada com a venda dos bezerros machos recém-nascidos, vacas descartadas e eventual venda de novilhas excedentes para produtores.

Atividades Agrícolas

. Cultura Cafeeira

A produção de café tipo Arábica, na Fazenda São Judas Thadeu, em São Sebastião do Paraíso (MG), utiliza modernos modelos tecnológicos, que visam maior produtividade e qualidade do café. Busca-se aumentar a produção, sobretudo, por meio do aumento efetivo da produtividade. Para tanto é dada atenção especial à adubação e correção do solo, ao controle de pragas e doenças e à utilização eficaz dos insumos, de forma a atenuar os efeitos de variações climáticas. As características climáticas, a fertilidade do solo e a altitude, aliados a outros fatores, permitem a produção de café arábica de muito boa qualidade, particularidade da região, grande produtora de café.

A adubação realizada anualmente seguindo recomendação agrônômica através de análise do solo e das folhas do cafeeiro é o principal fator de produção da cultura, porém outros tratamentos culturais como o combate às ervas daninhas por meio de utilização de herbicida e capina, manual e/ou mecânica, o combate a pragas e doenças, a desbrota, etc..., são elementos importantes na qualidade e quantidade do café produzido.

A colheita do café constitui uma das principais atividades do processo produtivo por ser um dos itens que mais pesam nos custos de produção. É realizada entre os meses de maio e setembro utilizando, principalmente, o sistema manual, embora já tenha sido utilizada a colheita mecânica em algumas áreas.

Após ser colhido, o café é seco e beneficiado na propriedade; limpo da casca e de impurezas; acondicionado em sacas de juta de 60 Kg e vendido ou enviado para armazenamento.

. Milho e soja

Acompanhando a tendência da região, onde essa atividade vem se introduzindo em escala cada vez maior, a Fatura deu início a um projeto para o cultivo de milho e soja. Primeiramente, foram plantados 80 ha de milho, destinados aos animais em confinamento da própria fazenda. O projeto para a safra 2013/2014 prevê o plantio de 600 ha destinados à cultura da soja e, posteriormente, à cultura do milho, com previsão de colheita de cerca de 18.000 sacas de soja e 25.000 sacas de milho para venda, além de 2.400 toneladas de silagem destinadas aos animais em confinamento.

A execução deste projeto requer investimento em maquinário e serviços apropriados, visando a otimização das áreas de plantio e adequação do manejo, desde a correção dos solos até a colheita.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

b) características do processo de distribuição

Segmento Automotivo

A venda de caminhões e ônibus é feita por todas as Controladas Concessionárias Scania. Suas equipes de vendas realizam diariamente um roteiro de visitas às instalações do cliente. As peças são comercializadas nos 18 pontos de presença, contando com equipes de vendas específicas.

. Caminhões

Após as tratativas comerciais e definições das especificações do veículo, a concessionária formula o pedido do veículo com todos os opcionais desejados e o envia à Scania, que programa a sua produção. Após sua fabricação, pode ser faturado diretamente para o cliente ou para a concessionária, hipótese em que é posteriormente refaturado para o cliente. A entrega do veículo é realizada por transportadoras credenciadas pela Scania até a concessionária, quando então é efetuada a entrega ao cliente. Durante todo o processo, o veículo tem a cobertura de seguro. Todos os custos com fretes e seguros já são embutidos no preço do veículo.

. Ônibus

O processo é semelhante à venda de caminhões. Neste caso, a Scania sempre fatura para a concessionária. O chassi inicialmente é enviado para a colocação da carroceria em empresa indicada pelo comprador, retornando posteriormente para a concessionária, que efetua a entrega para o cliente.

. Peças

O estoque de peças é mantido por meio de compras programadas diárias ou solicitações em emergência.

Segmento Agropecuário

A venda de bovinos de corte ou leiteiros, sacas de café e leite é feita nas fazendas das empresas controladas e o transporte dos produtos é realizado pelos próprios compradores.

c) características dos mercados de atuação:

i. *participação em cada um dos mercados por renda*

Segmento Automotivo

Não aplicável, tendo em vista que mais de 95% das vendas são destinadas a pessoas jurídicas, conforme tabela abaixo:

% de receita para pessoa jurídica			
Concessionária Scania	2012	2011	2010
Equipo	99,10%	96,20%	95,50%
Itaipu	96,10%	95,60%	94,10%
Itaipu Norte	98,50%	99,10%	96,30%
Quinta Roda	97,40%	96,30%	96,00%

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Segmento Agropecuário

Não aplicável, tendo em vista que os produtos são comercializados diretamente para indústrias e revendedores.

ii. participação em cada um dos mercados por localização

A (Companhia) por meio de suas controladas, apresenta grande diversificação geográfica, atuando em 98,50 mais de 1.051 cidades em diversos estados do Brasil na produção e comercialização de produtos agrupados em atividades diversas, tais como:

Segmento Automotivo

As controladas da Companhia mantêm concessionárias em 17 cidades, localizadas em cinco estados brasileiros (RJ, SP, MG, PA e AP).

Concessionárias Scania	Área de Atuação / Estado	Abrangência
Equipo	Rio de Janeiro	92 municípios
Quinta Roda	São Paulo e Minas Gerais	231 municípios
Itaipu	Minas Gerais	404 municípios
Itaipu Norte	Pará e Amapá	159 municípios

A participação no mercado por área de atuação está assim representada:

MARKET SHARE - CAMINHÕES PESADOS			
Concessionárias Scania	2012	2011	2010
Equipo	N/D	N/D	21,60%
Itaipu	N/D	N/D	26,10%
Itaipu Norte	N/D	N/D	17,80%
Quinta Roda	N/D	N/D	26,10%
WLM	N/D	N/D	24,80%

MARKET SHARE - ÔNIBUS RODOVIÁRIOS			
Concessionárias Scania	2012	2011	2010
Equipo	N/D	N/D	46,20%
Itaipu	N/D	N/D	30,20%
Itaipu Norte	N/D	N/D	76%
Quinta Roda	N/D	N/D	25,50%
WLM	N/D	N/D	34,70%

N/D - A partir de 2011 os fabricantes de veículos pararam de disponibilizar suas informações de vendas. Isso impossibilita o cálculo do Market-Share.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Segmento Agropecuário

- Bovinocultura de corte - Fartura Agropecuária S.A., Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda. e Itapura Agropecuária Ltda. e
- Cafeicultura - Itapura Agropecuária Ltda.

Não existem dados consolidados, seja a nível nacional ou regional, que permitam estabelecer a participação de mercado em cada uma das atividades agropecuárias em que a Companhia atua.

Controladas Agropecuárias	Área de Atuação / Estado
FATURA	Sul do estado do Pará e Norte do Mato Grosso
SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA	Norte do estado do Mato Grosso e Sul do Pará
ITAPURA	Sul do estado de Minas Gerais e região de Campinas/SP

O rebanho bovino da Fartura Agropecuária S.A. e da Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda. são comercializados para frigoríficos ou produtores da região do sul do estado do Pará e Norte do Mato Grosso.

Tanto o rebanho como a produção de leite da Itapura Agropecuária Ltda. – filial Campinas/SP - são vendidos na própria região.

O rebanho e a produção de café da Itapura Agropecuária Ltda. - filial São Sebastião do Paraíso/MG - são vendidos na região do sul de Minas.

iii. *participação e condições de competição nos mercados*

Segmento Automotivo

As controladas concessionárias Scania têm áreas de atuação geograficamente delimitadas, ou seja, cada concessionária Scania é única na sua área de atuação. Assim sendo, a competição é representada basicamente pelas concessionárias de outras marcas que trabalham com veículos pesados: Man, Mercedes, Volvo, Ford e Iveco, sendo que estas duas últimas não têm participação no mercado de ônibus rodoviários. A Scania trabalha com uma linha de produtos “Premium” e tem como diferenciais competitivos: alta tecnologia, baixo consumo de combustível, alta disponibilidade e equipe técnica especializada e em constante treinamento.

Segmento Agropecuário

O mercado agropecuário no Brasil é altamente fragmentado e competitivo. As principais vantagens competitivas incluem preço, qualidade e capacidade de distribuição. Dada esta fragmentação, não existem informações quantitativas consolidadas em nível nacional acerca dos segmentos de atuação da Companhia e suas controladas para análise de participação de mercado e competição. Cabe comentar que a qualidade dos produtos, bem como das instalações e benfeitorias para carga e embarque de bovinos, é refletida nos preços alcançados - acima da média de preços praticados nas respectivas praças.

Todas as empresas agropecuárias da WLM, em cada região, são conhecidas pela qualidade dos produtos, bem como das instalações e benfeitorias para embarque e desembarque de animais, alcançando diferencial considerável acima da média de preços da praça.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

d) eventual sazonalidade

Segmento Automotivo

Não se aplica. As vendas são influenciadas pelo nível de atividade econômica no País.

Segmento agropecuário

O rebanho bovino sofre os efeitos das variações climáticas, uma vez que estas influenciam a produção de pastagem o que, por consequência, afeta o ganho de peso e a reprodução dos animais. Desta forma, o manejo da produção do gado é baseado na oferta de alimento.

O nascimento dos animais ocorre no segundo semestre do ano e a desmama e venda nos meses de maio a julho.

Os animais destinados à engorda são vendidos nos meses de abril a junho.

A produção pecuária deve ser vendida no prazo adequado pois, a partir de um dado momento, sua manutenção na propriedade torna-se anti-econômica já que continua gerando custo sem ganho produtivo.

O leite, por sua característica perecível, também deve ser vendido imediatamente após a coleta.

A produção cafeeira também é afetada pela sazonalidade climática, tendo em vista que se reflete no próprio ciclo de produção da planta, com maturação e colheita entre os meses de maio a setembro e venda imediatamente após a colheita. A produção também poderá ser beneficiada sem a perda da qualidade para venda estratégica.

e) principais insumos e matérias primas:

- i. **descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável**

Segmento Automotivo

O relacionamento da WLM com seu principal fornecedor – a Scania Brasil - se refere à aquisição de produtos da marca Scania (caminhões, chassis de ônibus, peças e lubrificantes) que são comercializados por meio da rede de concessionárias das quatro controladas (Equipo, Quinta Roda, Itaipu e Itaipu Norte) da Companhia. Todas as concessionárias são autorizadas da marca Scania, com exclusividade em suas áreas de atuação. O trabalho conjunto e o relacionamento de longo prazo entre a WLM e a Scania possibilitam que a comercialização de caminhões e ônibus seja feita por meio de programações realizadas previamente e com clientes - em grande parte das vezes - já definidos, o que possibilita baixo custo de estocagem. Por conta desta sistemática, nos últimos anos o índice de atrasos na entrega de veículos encomendados foi mínimo.

Não há processo produtivo e, portanto, não são realizadas aquisições de insumos e matérias primas. Os estoques de peças, lubrificantes e outros insumos necessários à prestação de serviços de manutenção são controlados por sistemas de alta precisão. Esses sistemas proporcionam alto giro destes itens e elevado índice de atendimento às demandas dos clientes. A velocidade na reposição por parte do principal fornecedor reduz ao máximo a imobilização dos veículos e equipamentos.

Não há controle ou regulamentação governamental para o segmento de revenda de veículos e peças.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Segmento agropecuário

Os principais insumos e matérias primas para as atividades do segmento agropecuário incluem terras e águas existentes nas fazendas da Companhia, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas. A Companhia mantém relacionamento de longo prazo com seus fornecedores. Periodicamente, os fornecedores são avaliados por meio de cotações e análise de custo/benefício dos produtos. Não há controle ou regulamentação governamental para o segmento.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Segmento Automotivo

A Companhia adquire caminhões e chassis de ônibus de um único fornecedor - a Scania - em um segmento que não realiza venda direta ao consumidor e coloca seus produtos no mercado basicamente por meio de revendedores autorizados. Ou seja, o modelo de distribuição em que a WLM atua é o padrão de comercialização existente no segmento revenda de veículos pesados. Adicionalmente, mais de 90% do volume de peças de reposição também são adquiridos da Scania, uma vez que as peças originais da marca representam garantia de qualidade tanto para os serviços de manutenção prestados como para os veículos comercializados. Eventualmente, e sem expressividade no negócio, a Companhia adquire peças de outros fornecedores, desde que estejam em conformidade com os padrões Scania.

Segmento agropecuário

Não há dependência ou vulnerabilidade em relação a qualquer fornecedor uma vez que as controladas da Companhia atuam com vários fornecedores de insumos agropecuários. Em geral, os fornecedores são selecionados com base em propostas gerais, com o objetivo de identificar aquele que ofereça os melhores termos e condições. Além do preço, a seleção leva em conta a qualidade, que deve atender a requisitos mínimos necessários para cada destinação.

iii. eventual volatilidade em seus preços

Segmento Automotivo

A Companhia não adquire matérias primas e/ou insumos, pois não mantém processo produtivo. Como atua na revenda de produtos, sua rentabilidade provém de uma margem de comercialização cuja possibilidade de variação é bastante estreita, dado as características do segmento de atuação. Eventuais variações de preços, que podem ocorrer no setor de veículos pesados, são repassadas diretamente aos clientes, o que pode ocasionar efeitos relevantes sobre as vendas, dado a alta elasticidade da grande maioria dos produtos comercializados.

Segmento Agropecuário

Os preços de venda dos produtos – bovinos, café e leite - estão diretamente relacionados aos preços praticados no mercado de *commodities* agropecuárias. A produção das fazendas da Companhia é de pequena magnitude, portanto não tem volume suficiente para obter condições de negociação e preços diferenciados.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

a) montante total de receitas provenientes do cliente:

Segmento Agropecuário

Não aplicável, tendo em vista que o percentual da receita líquida do segmento representa menos de 1% da receita líquida total.

Segmento Automotivo

As tabelas abaixo trazem as informações relativas aos clientes relevantes por controlada:

Controlada EQUIPO			
Exercício	Cliente	Receita / R\$ Mil	% Participação no Total
2012	Transporte Excelsior Ltda.	17.353	13,20%
2011	Translitorânea Turística Ltda.	19.502	10,50%
2010	Transporte Excelsior Ltda.	17.223	11,30%

Controlada QUINTA RODA			
Exercício	Cliente	Receita / R\$ Mil	% Participação no Total
2012	Transportadora Batista Duarte Ltda.	25.970	12,00%

Controlada ITAIPU			
Exercício	Cliente	Receita / R\$ Mil	% Participação no Total
2012	Vale S.A.	88.237	22,50%
2011	Vale S.A.	152.298	30,70%
2010	Vale S.A.	105.073	19,40%

Controlada ITAIPU NORTE			
Exercício	Cliente	Receita / R\$ Mil	% Participação no Total
2012	Não houve	-	-
2011	Vale S.A.	8.346	15,70%
2010	Nordal Norte Modal Transportes Ltda.	5.450	10,00%

No caso da controlada Quinta Roda não existiu nenhum cliente que concentrou mais de 10% da receita líquida nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010. A área de atuação geográfica da empresa - Estado de São Paulo - proporcionou um mercado consumidor pulverizado.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente****Segmento Automotivo**

Controlada EQUIPO	
Exercício	Produtos/Serviços Afetados
2012	Ônibus, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção
2011	Ônibus, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção
2010	Ônibus, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção

Controlada ITAIPU	
Exercício	Produtos/Serviços Afetados
2012	Ônibus, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção
2011	Ônibus, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção
2010	Ônibus, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção

Controlada ITAIPU NORTE	
Exercício	Produtos/Serviços Afetados
2012	Ônibus, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção
2011	Ônibus, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção
2010	Ônibus, peças de reposição e prestação de serviços de manutenção

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A atividade de comercialização de veículos pesados e de peças de reposição da marca Scania, assim como a prestação de serviços de manutenção para os produtos comercializados, não demandam a obtenção de autorizações governamentais para o seu exercício.

Da mesma forma, as atividades do segmento agropecuário da WLM – bovinocultura de corte, produção e comercialização de leite e cafeicultura – não demandam a obtenção de autorizações governamentais para o seu exercício.

a) **política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.**

A WLM está sujeita a leis e regulamentos locais, estaduais e federais relativos à proteção do meio ambiente, através das atividades das seguintes empresas controladas:

- As empresas do segmento automotivo possuem coleta seletiva de lixo, estação de tratamento de esgoto sanitário e industrial, captação água fluvial e estação de tratamento de afluentes com reaproveitamento da água.
- Empresas do segmento agropecuário possuem coleta seletiva de lixo, processos nas secretarias de meio ambiente dos estados do Pará e Mato Grosso, cadastro ambiental rural e licença ambiental provisória e a definitiva em fase de liberação.

b) **dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

Inexistentes quaisquer dependências relacionadas a patentes, marcas, licenças, franquias ou royalties.

No que concerne às relações traduzidas na concessão comercial existente entre as empresas concessionárias controladas e o fabricante Scania, embora originariamente derivadas de contratos há décadas formalizados, hoje são regidas pela legislação específica vigente, bem assim pelas Convenções de Marcas também em vigor.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

Não existem receitas relevantes na Companhia provenientes de outros países que não o Brasil, pois suas atividades estão restritas ao território nacional.

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não há.

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não há.

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não há.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não se aplica, uma vez que não há receitas relevantes na Companhia provenientes de outros países que não o Brasil, pois suas atividades estão restritas ao território nacional.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

Não há relações de longo prazo relevantes para a Companhia, seja em termos operacionais ou financeiros, bem como não existe emissão de dívida de longo prazo.

A WLM divulga todas as informações de suas atividades nos relatórios de informações trimestrais, relatório da administração das demonstrações financeiras e no formulário de referência disponibilizados na **CVM** <http://www.cvm.gov.br> - **BM&F BOVESPA** <http://www.bmfbovespa.com.br> e **website** www.wlm.com.br.

Não publicou o Relatório de Sustentabilidade ou documento similar recomendado no *Comunicado Externo da BM&F Bovespa CE nº 017/2011, de 23/12/11*, apesar de adotar práticas de sustentabilidade ambiental e social, quando aplicável, em todas as áreas de atuação, por entender que não há, até a apresentação deste formulário, fatos ou informações adicionais suficientes para a sua elaboração e divulgação.

7.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

a) Controladores diretos e indiretos

Em 30 de abril de 2013, da totalidade das ações representativas do capital social da WLM, 81,7% eram detidas pela Sajuthá-Rio Participações S.A., sendo 93,8% em ações ordinárias e 71,6% em ações preferenciais.

O capital social da Sajuthá-Rio Participações S.A. é detido exclusivamente pela família Lemos de Moraes, com a composição conforme quadro a seguir:

QUADRO DE COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL						
POSIÇÃO EM 30.04.2013						
Razão Social: SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S.A.					CAPITAL SOCIAL: R\$ 147.000.000,00	
CNPJ	30.458.020/0001-71				Ações Ordinárias:	2.000.000.000
NIRE	33.3.0000065-8				Ações Preferenciais:	-
Sede:	Praia do Flamengo nº 200 - 19º andar - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ				Total de Ações:	2.000.000.000
Data Último Aumento de Capital:	30.04.2013				Valor Nominal:	Sem Valor Nominal
Data Última AGO:	30.04.2013					
Data Última AGE:	30.04.2013					
A C I O N I S T A S	QUANTIDADE DE AÇÕES					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Wilson Lemos de Moraes	1.999.999.976	99,99999880	-		1.999.999.976	99,99999880
Maria de Lourdes Teixeira de Moraes	6	0,00000030	-		6	0,00000030
Wilson Lemos de Moraes Junior	6	0,00000030	-		6	0,00000030
João Flavio Teixeira Lemos de Moraes	6	0,00000030	-		6	0,00000030
Maria Isbela Lemos de Moraes	6	0,00000030	-		6	0,00000030
Total	2.000.000.000	100,00000000	-	0,00	2.000.000.000	100,00000000

b) Controladas e coligadas

Empresas / Denominação Social	% Participação direta	Tipo e Classificação
Segmento Automotivo		
Equipo Máquinas e Veículos Ltda.	100,00	Empresa fechada - Controlada
Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.	100,00	Empresa fechada - Controlada
Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.	100,00	Empresa fechada - Controlada
Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.	100,00	Empresa fechada - Controlada
Segmento Agropecuário		
Fartura Agropecuária S.A.	94,00	Empresa fechada - Controlada
Itapura Agropecuária Ltda.	86,01	Empresa fechada - Controlada
Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	67,81	Empresa fechada - Controlada
Empresas com operações descontinuadas		
Sumasa Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.	100,00	Empresa fechada - Controlada
Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.	100,00	Empresa fechada - Controlada
Metalúrgica Plus S.A.	33,33	Empresa fechada - Coligada
Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	33,33	Empresa fechada - Coligada

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

c) Participações da Companhia em sociedades Controladas

% de participação no capital da investida			
Empresas / Denominação Social	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Segmento Automotivo	%	%	%
Equipo Máquinas e Veículos Ltda.	100,00	100,00	100,00
Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.	100,00	100,00	100,00
Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.	100,00	100,00	100,00
Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.	100,00	100,00	100,00
Segmento Agropecuário			
Fatura Agropecuária S.A.	99,16	99,16	99,02
Itapura Agropecuária Ltda.	100,00	100,00	100,00
Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	100,00	100,00	100,00
Descontinuadas			
Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.	100,00	100,00	100,00
Sumasa Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.	100,00	100,00	100,00

d) Participações de sociedades Controladas na Companhia:

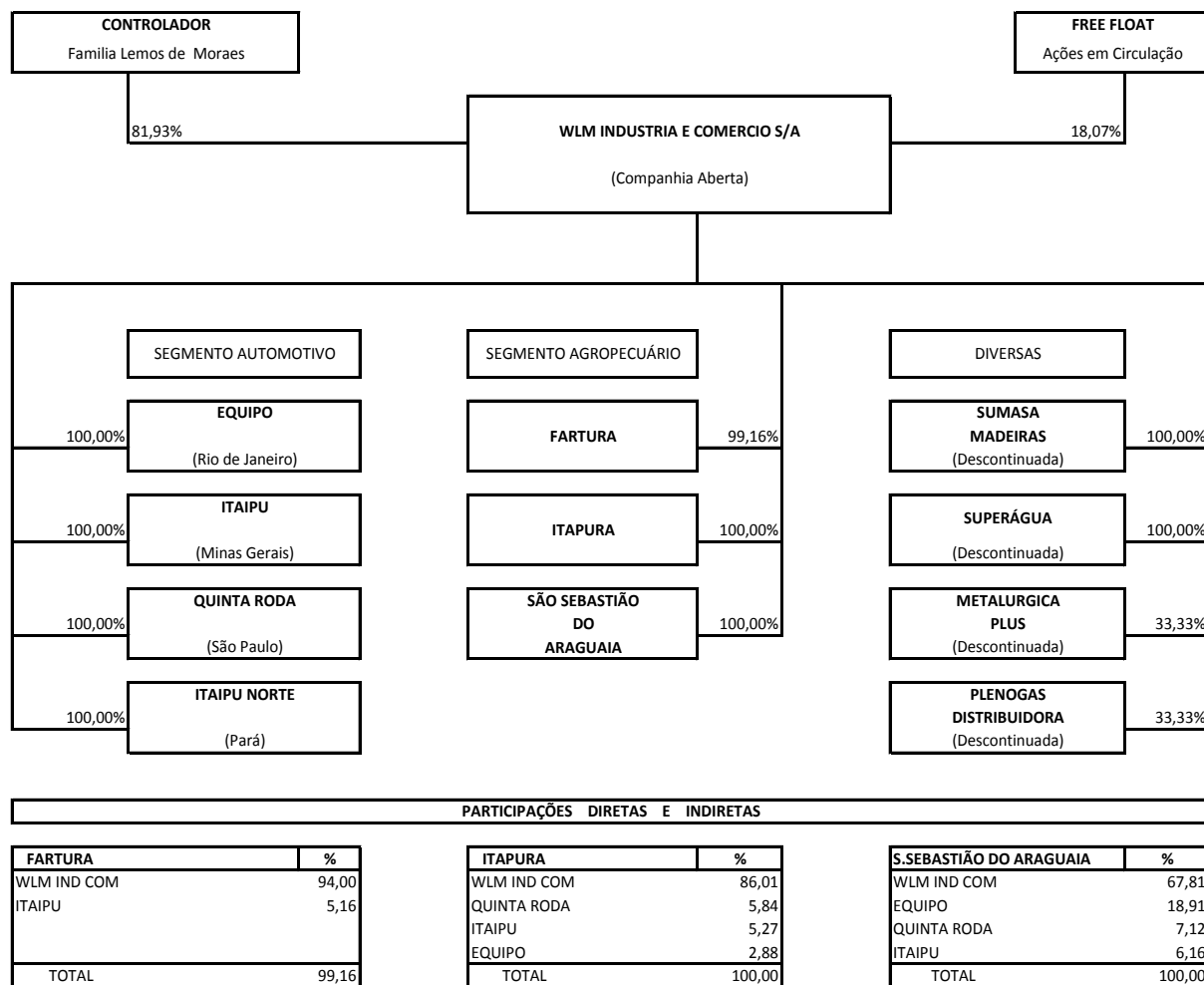
Não há participações de sociedades controladas na WLM.

e) Sociedades sob controle comum:

Não há sociedades sob controle comum.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

Organograma do grupo econômico:



8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	31/12/2012
Evento societário	Alienação e aquisição de controle societário
Descrição da operação	Não houve eventos societários nos 3 últimos exercícios (2012, 2011 e 2010).
Data da operação	31/12/2012
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	Não houve eventos societários nos 3 últimos exercícios (2012, 2011 e 2010).
Data da operação	31/12/2012
Evento societário	Cisão
Descrição da operação	Não houve eventos societários nos 3 últimos exercícios (2012, 2011 e 2010).
Data da operação	31/12/2012
Evento societário	Fusão
Descrição da operação	Não houve eventos societários nos 3 últimos exercícios (2012, 2011 e 2010).
Data da operação	31/12/2012
Evento societário	Incorporação
Descrição da operação	Não houve eventos societários nos 3 últimos exercícios (2012, 2011 e 2010).
Data da operação	31/12/2012
Evento societário	Incorporação de ações
Descrição da operação	Não houve eventos societários nos 3 últimos exercícios (2012, 2011 e 2010).
Data da operação	31/12/2012
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Outro
Descrição da operação	Não houve eventos societários nos 3 últimos exercícios (2012, 2011 e 2010).
Data da operação	31/12/2011
Evento societário	Alienação e aquisição de controle societário
Descrição da operação	Não houve eventos societários nos 3 últimos exercícios (2012, 2011 e 2010).
Data da operação	31/12/2011
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	Não houve eventos societários nos 3 últimos exercícios (2012, 2011 e 2010).
Data da operação	31/12/2011
Evento societário	Cisão
Descrição da operação	Não houve eventos societários nos 3 últimos exercícios (2012, 2011 e 2010).
Data da operação	31/12/2011
Evento societário	Fusão
Descrição da operação	Não houve eventos societários nos 3 últimos exercícios (2012, 2011 e 2010).
Data da operação	31/12/2011

8.3 - Operações de reestruturação

Evento societário	Incorporação
Descrição da operação	Não houve eventos societários nos 3 últimos exercícios (2012, 2011 e 2010).
Data da operação	31/12/2011
Evento societário	Incorporação de ações
Descrição da operação	Não houve eventos societários nos 3 últimos exercícios (2012, 2011 e 2010).
Data da operação	31/12/2011
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Outro
Descrição da operação	Não houve eventos societários nos 3 últimos exercícios (2012, 2011 e 2010).

8.4 - Outras informações relevantes

O Item 6.5 deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes aos eventos societários envolvendo a Companhia e suas controladas.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1.a - Ativos imobilizados

A Companhia possui os seguintes ativos imobilizados e propriedades para investimento de valor relevante:

a.1) Ativos imobilizados

WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Santa Terezinha (MT)

Área de terras designada por Gleba Edwin, localizada no Estado do Mato Grosso, Município de Santa Terezinha, Comarca de São Félix do Araguaia, com 2.053,6297ha, conforme Título Definitivo nº 01698-4TD emitido em 10 de fevereiro de 2012 pelo Instituto de Terras de Mato Grosso – INTERMAT, processo 196087/2007.

Três Rios (RJ)

Área de terras designada como Área nº 1, desmembrada da gleba de 202.000,00m², área esta com a superfície de 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados), conforme projeto de Sítios Recreio, denominado Sítio Santa Fé, devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Três Rios/ RJ, na matrícula nº 2.939 do livro 2-K.

Área de terras designada como Área nº 2, desmembrada da gleba de 202.000,00m², área esta com a superfície de 5.100,00m² (cinco mil e cem metros quadrados), conforme projeto de Sítios Recreio, denominado Sítio Santa Fé, devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Três Rios/ RJ, na matrícula nº 2.940 do livro 2-K.

Área de terras designada como Área nº 3, desmembrada da gleba de 202.000,00m², área esta com a superfície de 7.100,00m² (sete mil e cem metros quadrados), conforme projeto de Sítios Recreio, denominado Sítio Santa Fé, devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Três Rios/ RJ, na matrícula nº 2.941 do livro 2-K.

Área de terras designada como Área nº 4, desmembrada da gleba de 202.000,00m², área esta com a superfície de 5.100,00m² (cinco mil e cem metros quadrados), conforme projeto de Sítios Recreio, denominado Sítio Santa Fé, devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Três Rios/ RJ, na matrícula nº 2.942 do livro 2-K.

Área de terras designada como Área nº 5, desmembrada da gleba de 202.000,00m², área esta com a superfície de 5.250,00m² (cinco mil duzentos e cinquenta metros quadrados), conforme projeto de Sítios Recreio, denominado Sítio Santa Fé, devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Três Rios/ RJ, na matrícula nº 2.943 do livro 2-K.

Área de terras designada como Área nº 6, desmembrada da gleba de 202.000,00m², área esta com a superfície de 5.200,00m² (cinco mil e duzentos metros quadrados), conforme projeto de Sítios Recreio, denominado Sítio Santa Fé, devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Três Rios/ RJ, na matrícula nº 2.944 do livro 2-K.

Área de terras designada como Área nº 7, desmembrada da gleba de 202.000,00m², área esta com a superfície de 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados), conforme projeto de Sítios Recreio, denominado Sítio Santa Fé, devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Três Rios/ RJ, na matrícula nº 2.945 do livro 2-K.

Pirajú (SP)

Lotes de terrenos no Condomínio Fazenda Santo Antônio, situado no município e comarca de Pirajú (SP), com área total de 42.995,00 m², registrados no Cartório do Registro de Imóveis de Pirajú (SP), sob as matrículas nºs 5103, 5104, 5105, 5106, 5107, 5108 e 5109 - Rua das Tulipas; 5110, 5111, 5112, 5113, 5114, 5115 e 5116 - Avenida dos Flamboyants; 5125 - Rua Girassol; 5117, 5118, 5119 e 5120 - Rua das Acácias e 5121, 5122, 5123 e 5124 - Rua Amor Perfeito.

Itanhaém (SP)

Lote de terreno nº 47, quadra "E" – Vila Parque Fluvial, situado no município e comarca de Itanhaém (SP), com área de 2.925,00 m², registrado sob a matrícula nº 3.584, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itanhaém (SP).

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA.

Rio de Janeiro (RJ)

Imóvel localizado no Estado do Rio de Janeiro, Cidade do Rio de Janeiro, à Rodovia Presidente Dutra nº 2.351 – Km 2, Pavuna e, respectivo terreno, lote nº 1, de 2ª categoria, do PA: 42,280, medindo: 159,80m x 149,80m, devidamente registrado no 8º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro – RJ, sob o nº 123.579, no livro 2-DJ-9, às fls. 18.

Barra Mansa (RJ)

Imóvel localizado no Estado do Rio de Janeiro, Município de Barra Mansa(RJ), à Rodovia Presidente Dutra, Km 102, designado por lote B, com área de 19.200m2, devidamente registrado no 4º Ofício do Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Barra Mansa – RJ, sob o nº 9.474, no livro nº 2 – AG, às fls. 210.

Carapebus (RJ)

Área de terras contando 25.000,00 m2, desmembrada de maior porção do imóvel rural denominado Andorinha, situado no Município de Carapebus, Estado do Rio de Janeiro, adquirida através de escritura pública de compra e venda lavrada em 13.02.2012, no Cartório do 10º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, no livro 6694, fls. 167/169, ora em fase de registro perante o Cartório do Ofício Único de Carapebus/RJ.

ITAIPIU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA.

Contagem (MG)

Imóvel localizado no Estado de Minas Gerais, Município de Contagem, à Rodovia Fernão Dias nº 4000 – BR 381, com área de 29.000m2, denominada “E”, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Contagem – MG, sob o nº 4.538, no livro nº 3-D, às fls. 175.

Betim (MG)

Área de terras com aproximadamente 45.651,00m2, composta de 22 (vinte e dois) lotes com dimensões variadas, localizadas no Bairro Cidade Verde, zona urbana do Município de Betim, Estado de Minas Gerais, adquiridas através de escritura pública de compra e venda com pacto adjeto de hipoteca, lavrada em 17.08.2011 no Tabelionato do 1º Ofício de Notas de Betim, no livro 0230, fls. 058/061, devidamente descritas e caracterizadas nas matrículas nºs 33.677, 51.110, 51.111, 51.112, 51.113, 51.114, 51.115, 51.116, 51.117, 51.118, 51.119, 51.120, 51.121, 51.122, 51.123, 51.124, 55.900, 55.901, 55.902, 55.903, 55.904 e 48.375, do Cartório de Registro de Imóveis de Betim/MG.

Montes Claros (MG)

Uma parte de terras, com área de 2,0063 ha, integrante da gleba nº 05 (cinco), situada na propriedade rural denominada “Melancias e Lages”, integrante da primitiva Fazenda Montes Claros, localizada no Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, devidamente registrado no Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Montes Claros/MG, no 2.2.CG, fls.136, sob o nº 1, na matrícula 42.756.

QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA.

Sumaré (SP)

Área situada no Estado de São Paulo, Comarca de Sumaré, distrito de Nova Veneza, Bairro São Francisco, à Rodovia Anhanguera s/nº - Km 114,5, com área total de 79.294m2, devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Sumaré, sob o nº 5805, livro 2, fls.1-2.

Bauru (SP)

Imóvel localizado no município de Bauru, Estado de São Paulo, à Rua Inácio Conceição Vieira nº 55, devidamente registrado no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Bauru, sob o nº 22.421, livro 2, fls.1-3.

Araçatuba (SP)

Imóvel localizado na Cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, à Rua Marcos Toquetão nº 50, com 14.100m2, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Araçatuba, sob o nº 42.040, livro 2, fichas 1-2.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA.

Marabá (PA)

Imóvel localizado no Estado do Pará, Município de Marabá, à Rodovia PA, 150, Km 8,5, com área de 10.000m², devidamente registrado no Registro Geral da Comarca de Marabá, sob o nº 13.430, às fls. 001, do Livro Ficha 2.

Marituba (PA)

Imóvel localizado no Estado do Pará, Município de Marituba, que faz frente para a Rodovia BR-316, Km 11, nº 2.807, Bairro São João, Setor IV, devidamente registrado no Cartório do 2º Ofício do Registro Geral de Imóveis de Marituba/PA, sob o nº 1.196, do Livro nº 2, Ficha nº 01 F.

ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA.

Fazenda São João do Atibaia - Imóveis rurais com área total de 143,13 hectares, adiante descritos e caracterizados, conforme as respectivas matrículas no Registro de Imóveis das comarcas de Pedreira e Jaguariúna (SP):

Fazenda São João do Atibaia

Imóvel rural denominado Fazenda São João do Atibaia, localizado parte no município de Jaguariúna, na Comarca de Pedreira e, parte inclusive as benfeitorias e sede, no município e comarca de Campinas(SP), com área de 104,41ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, sob o nº 80.001, da Comarca de Campinas(SP).

Sítio Recreio

Imóvel rural denominado Sítio Recreio, no município de Jaguariúna, comarca de Pedreira(SP), com área de 38.72,00ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Pedreira, sob o nº R-2-M-3.409, Livro nº 276, fls. 17-18.

Fazenda São Judas Thadeu - Imóveis rurais com área total de 677,54 hectares, adiante descritos e caracterizados, conforme as respectivas matrículas no Registro de Imóveis da Comarca de São Sebastião do Paraíso(MG):

Fazenda São Judas Thadeu

Imóvel rural denominado Fazenda São Judas Thadeu, localizado no município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais, com área de 484,00ha, de terras de várias sortes, com benfeitorias, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de São Sebastião do Paraíso(MG), sob o nº 27.694, do livro 3-U, às fls. 352.

Gleba Taquaral

Área de terras, denominada Taquaral, localizada no município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais, com área de 10,89ha, devidamente registrado no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São João do Paraíso(MG), sob o nº 9.041, do livro nº 2, ficha nº 1.

Gleba Taquaral ou Usina

Área de terras, denominada Taquaral ou Usina, localizada no município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais, com área de 158.63.71ha, devidamente registrado no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São João do Paraíso(MG), sob o nº R3-M-15.934, do livro nº 67, às fls.007.

Córrego das Contas

Imóvel agrícola, denominado Córrego das Contas, localizado no município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais, com área de 24.02.75ha, devidamente registrado no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São João do Paraíso(MG), sob o nº 20.289, do livro nº 2, ficha nº 1.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

FARTURA AGROPECUÁRIA S.A.

Imóveis rurais com área total de 53.087,17 hectares, adiante descritos e caracterizados, conforme as respectivas matrículas no Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA)

Fazenda São João (Lotes 32 a 35)

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras, denominada Fazenda São João, localizada no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com área de 4.356,0ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.451, livro 2M.

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras, denominada Fazenda São João, localizada no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com área de 4.356,0ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.452, livro 2M.

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras, denominada Fazenda São João, localizada no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com área de 4.356,0ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.453, livro 2M.

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras, denominada Fazenda São João, localizada no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com área de 4.356,0ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.454, livro 2M.

Santa Fé – Lotes 44 e 49

Terreno rural, constituído por parte dos lotes 44 e 49, Região do Rio Campo Alegre, município e comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com área de 535,27,39ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 440, livro 2, fl. 01.

Núcleo Barra das Princesas

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras denominada Fazenda Barra das Princesas, localizado no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com 4.586,40ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.456, livro 2M.

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras denominada Fazenda Barra das Princesas, localizado no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com 4.389,00ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.457, livro 2M.

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras denominada Fazenda Barra das Princesas, localizado no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com 4.356,00ha devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.455, livro 2M.

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras denominada Fazenda Barra das Princesas, localizado no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com 4.504,50ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.459, livro 2M.

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras denominada Fazenda Barra das Princesas, localizado no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com 4.389,00ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 2.458, livro 2M.

Terreno rural, constituído por uma gleba de terras denominada Fazenda Barra das Princesas, localizado no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com 4.356,00ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 3.013,00, livro 2P.

Núcleo Santana Rios

Terreno rural constituído pelo lote nº 38, da Região do Rio Campo Alegre, situado no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com área de 3.778,50ha devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 901, livro 2D, fl. 001.

Terreno rural constituído pelo lote nº 39, da Região do Rio Campo Alegre, situado no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com área de 4.768,50ha, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia(PA), sob o nº 902, livro 2D, fl. 001.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

AGROPECUÁRIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA.

Imóveis rurais com área total de 46.632,90 hectares, adiante descritos e caracterizados, conforme as respectivas matrículas no Registro de Imóveis da Comarca de Vila Rica(MT).

Fazenda Belagro

Gleba de terras, denominada Gleba Belagro, situada no município de Santa Terezinha, na Comarca de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, com área total de 20.761,10 ha, devidamente registrada no Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Vila Rica – MT, sob o nº 4.119, livro 2.

Fazenda Gaiola de Ouro

Lote de terras, denominado Fazenda Gaiola de Ouro, situado no município de Santa Terezinha, na Comarca de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, com área 6.764,6ha, devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Vila Rica – MT, sob o nº 3.655, livro 2.

Gleba Araguaia

Lote de terras, denominado Araguaia, situado no município de Santa Terezinha, na Comarca de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, com área 3.582,60ha, devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Vila Rica(MT), sob o nº 3.652, livro 2.

Lote de terras, denominado Araguaia, situado no município de Santa Terezinha, na Comarca de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, com área 706,20ha, devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Vila Rica(MT), sob o nº 3.653, livro 2.

Lote de terras, denominado Araguaia, situado no município de Santa Terezinha, na Comarca de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, com área 3.928,90ha, devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Vila Rica(MT), sob o nº 3.651, livro 2.

Lote de terras, denominado Araguaia, situado no município de Santa Terezinha, na Comarca de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, com área 4.778,50ha, devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Vila Rica(MT), sob o nº 3.654, livro 2.

Gleba Santo Antônio

Lote de terras, denominado Santo Antônio, situado no município de Santa Terezinha, na Comarca de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, com área de 6.103,60ha, devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Vila Rica(MT), sob o nº 4.120, livro 2.

a.2) Propriedades para Investimento

WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Jaguariúna (SP)

Imóvel rural, localizado na Estrada Municipal JGR 365, município de Jaguariúna, na Comarca de Pedreira, Estado de São Paulo, com área de 1.366.813,000 m2(136,68ha), devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, sob o nº 19.307, da Comarca de Pedreira – SP.

Santana do Araguaia (PA)

Imóvel rural com área total de 7.471,5400 ha, conforme abaixo:

Área de 4.413.3676 ha, designada como Lote 41, da Região do Rio Campo Alegre, situada no município e Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, objeto da matrícula 904, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Santana do Araguaia (PA).

Área de 1.440,1180 ha, constituída de parte desmembrada do Lote 42, da Região do Rio Campo Alegre, situada no município e Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, objeto da matrícula 4336, com o título aquisitivo em fase de registro perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia (PA).

Área de 1.618,0544 ha, constituída de parte desmembrada do lote 43, da Região do Rio Campo Alegre, situada no município e Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, objeto da matrícula 4337, com o título aquisitivo em fase de registro perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia (PA).

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
--	----------------------------	--------------------------	---------------------------------	----------------------------

Os bens da Companhia e de suas Controladas estão descritos no quadro 9.1

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca EQUIPO tipo nominativa, registro 007.008.287, classe 37:42-43	Brasil	25/10/2009	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca EQUIPO, tipo nominativa, registro 740.093.487, classe 40:15-20	Brasil	12/07/2013	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca EQUIPO tipo Nominativa, registro 819.969.672, classe 07:55-60	Brasil	Aguardando atualização no INPI	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca EQUIPO tipo nominativa, registro 819.969.702, classe 07:10-25-30	Brasil	Aguardando atualização no INPI	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca SUPERÁGUA tipo mista, registro 810.532.123 classe 35:10	Brasil	23/07/2015	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca SUPERÁGUA tipo mista, registro 812.139.240 classe NCL(8)32	Brasil	03/11/2012	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca SUPERÁGUA tipo mista, registro 810.532.131 classe 38:50	Brasil	20/09/2018	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca SUPERÁGUA tipo mista, registro 810.532.115 classe 40:15	Brasil	23/07/2015	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca EQUIPO tipo mista, registro 819.994.375, classe 40:15-20	Brasil	22/08/2016	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca EQUIPO tipo mista, registro 819.994.421, classe 07:10-25-35	Brasil	Aguardando atualização no INPI	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca EQUIPO tipo mista, registro 819.994.430, classe NCL(8)37	Brasil	25/02/2014	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca EQUIPO tipo mista, registro 819.994.448, classe 07:55-60	Brasil	Aguardando atualização no INPI	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca EQUIPO tipo mista, registro 820.001.031, classe 40:15-20	Brasil	Aguardando atualização no INPI	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca EQUIPO tipo mista, registro 820.001.040, classe 37:42-43	Brasil	Aguardando atualização no INPI	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca EQUIPO tipo mista, registro 820.001.058, classe 07:55-60	Brasil	Aguardando atualização no INPI	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca EQUIPO tipo mista, registro 820.001.066, classe 07:10-25-35	Brasil	Aguardando atualização no INPI	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca FARTURA tipo mista, registro 790.384.957 classe NCL(8)31	Brasil	19/12/2010	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca FARTURA tipo mista, registro 816.037.507 classe 37:42	Brasil	03/11/2012	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca FARTURA tipo mista, registro 816.037.515 classe 19:60	Brasil	25/08/2012	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca ITAIM tipo nominativa, registro 815.879.156 classe 40:15	Brasil	22/11/2016	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca ITAIPÚ tipo nominativa, registro 740.036.424 classe 37:43	Brasil	09/11/2013	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca BRASINHA PNEUS tipo mista, registro 817.874.640 classe 07:60	Brasil	Aguardando atualização no INPI	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca WLM tipo figurativa, registro 827.910.002, classe NCL (8) 36	Brasil	03/02/2019	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca WLM tipo normativa, registro 827.541.953, classe NCL(8)36	Brasil	Aguardando registro no INPI	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca EQUIPO tipo figurativa , registro 816.036.195, classe 40:15	Brasil	03/11/2012	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca EQUIPO tipo figurativa, registro 816.036.209, classe 37:43	Brasil	03/11/2012	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca EQUIPO tipo figurativa, registro 816.036.225, classe 07:25-55-60	Brasil	25/08/2012	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca ITAIPÚ tipo nominativa, registro 815.875.215 classe 40:15	Brasil	01/09/2012	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca ITAPURA tipo nominativa, registro 740.037.692 classe 31:10-20	Brasil	05/03/2015	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca ITAPURA tipo nominativa, registro 740.037.523 classe 30:10	Brasil	01/12/2012	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca ITAPURA tipo nominativa, registro 740.037.531 classe 22:10	Brasil	01/12/2012	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca QUINTA RODA tipo figurativa, registro 006.323.154 classe 37:43	Brasil	25/05/2016	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca QUINTA RODA tipo nominativa, registro 740.036.416 classe NCL(8) 37	Brasil	27/10/2011	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca QUINTA RODA tipo nominativa, registro 815.875.223 classe 07:25-55-60	Brasil	21/07/2012	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca QUINTA RODA tipo nominativa, registro 815.875.231 classe 40:15	Brasil	28/11/2015	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA tipo nominativa, registro 815.884.133 classe 22:10	Brasil	13/10/2012	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca SUMASA tipo nominativa, registro 816.635.471 classe 19:60	Brasil	Aguardando atualização no INPI	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2
Marcas	Marca CAXAM tipo nominativa, registro 812.139.240 classe NCL(8)32	Brasil	03/11/2012	Informações detalhadas no quadro 9.2	Informações detalhadas no quadro 9.2

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
AGROPECUARIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA	15.947.450/0001-63	-	Controlada	Brasil	MT	Santa Terezinha	A Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda., é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede no Município de Santa Terezinha - MT, onde explora a atividade de bovinocultura.	67,810000
				Valor mercado				
31/12/2012	-1,313916	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	36.755.683,63		
31/12/2011	3,034594	0,000000	0,00					
31/12/2010	5,148432	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Companhia mantém este investimento por acreditar no potencial desta atividade.								
EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA	30.937.874/0001-30	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A Equipo Máquinas e Veículos Ltda., é uma Sociedade Limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro e filial em Barra Mansa - RJ, com área de atuação abrangendo todo o Estado do Rio de Janeiro, e tem como atividade principal a comercialização de veículos e máquinas da marca Scania, vendas de peças e assistência técnica.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2012	5,445730	0,000000	1.050.000,00	Valor contábil	31/12/2012	34.985.261,56		
31/12/2011	4,875877	0,000000	3.810.000,00					
31/12/2010	-0,007701	0,000000	4.000.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Há mais de 30 anos, a WLM mantém a sua participação nesta controlada que atua no Setor Automotivo, hoje o principal negócio da Companhia.								
FARTURA AGROPECUARIA S.A	05.427.471/0001-02	51284-2	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A Fartura Agropecuária S.A., é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, tendo como filial a Fazenda São João - localizada no Município de Santana do Araguaia - PA, onde explora a atividade pecuária de bovinocultura de corte.	94,000000
				Valor mercado				
31/12/2012	-5,186830	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	61.751.944,95		

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2011	-1,060484	0,000000	0,00					
31/12/2010	18,274456	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Há mais de 40 anos, a Companhia mantém este investimento por acreditar no potencial desta atividade.

ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA	16.638.413/0001-36	-	Controlada	Brasil	MG	Contagem	A Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. é uma sociedade limitada, concessionária de produtos da marca SCANIA, que atua na venda de ônibus, caminhões, peças e assistência técnica, com sede na cidade de Contagem e filiais nos municípios de Matias Barbosa, Montes Claros, Patos de Minas, Nova Lima e Mariana, todos localizados no Estado de Minas Gerais. Localizada junto ao maior pólo de minerações do País, a Itaipu possui unidades de vendas e de serviços para atendimento exclusivo às empresas mineradoras, de forma a garantir o fornecimento de peças para reposição e serviços de manutenção preventiva e corretiva nos mais diversos locais de exploração de minério.	100,000000
---------------------------------	--------------------	---	------------	--------	----	----------	--	------------

Valor mercado

31/12/2012	1,470253	0,000000	13.230.000,00	Valor contábil	31/12/2012	72.401.881,73		
31/12/2011	24,656014	0,000000	8.450.000,00					
31/12/2010	35,209660	0,000000	7.000.000,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A WLM mantém participação nesta controlada que atua no Setor Automotivo, hoje o principal negócio da Companhia.

ITAIPU NORTE COMERCIO DE MAQUINAS E VEICULOS LTDA	07.959.236/0001-07	-	Controlada	Brasil	PA	Marituba	A Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda., é uma Sociedade Limitada, com sede na cidade de Marituba e filiais nos municípios de Paragominas e Nova Marabá, todos localizados no Estado do Pará, e tem como atividade principal a comercialização de veículos e máquinas da marca Scania, vendas de peças e assistência técnica.	100,000000
---	--------------------	---	------------	--------	----	----------	--	------------

Valor mercado

31/12/2012	10,726099	0,000000	1.590.000,00	Valor contábil	31/12/2012	31.127.505,80		
------------	-----------	----------	--------------	----------------	------------	---------------	--	--

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2011	23,717249	0,000000	1.320.000,00					
31/12/2010	9,985015	0,000000	1.040.000,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A WLM mantém a participação nesta controlada que atua no Setor Automotivo, hoje o principal negócio da Companhia.

ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA	44.624.179/0001-23	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A Itapura Agropecuária Ltda., é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro-RJ e filiais em Campinas -SP (Fazenda São João do Atibaia) e São Sebastião do Paraíso – MG (Fazenda São Judas Thadeu), que tem como atividade principal a Bovinocultura e a Agricultura.	86,010000
---------------------------	--------------------	---	------------	--------	----	----------------	--	-----------

Valor mercado

31/12/2012	0,589173	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	27.194.706,42
31/12/2011	-2,747875	0,000000	0,00			
31/12/2010	2,696922	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Companhia mantém este investimento por acreditar no potencial desta atividade.

QUINTA RODA MAQUINAS E VEICULOS LTDA	44.620.375/0001-20	-	Controlada	Brasil	SP	Sumaré	A Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda., é uma Sociedade Limitada, com sede na cidade de Sumaré e filiais nos municípios de Porto Ferreira, Bauru e Araçatuba, todos localizados no interior do Estado de São Paulo, e tem como atividade principal a comercialização de veículos e máquinas da marca Scania, vendas de peças e assistência técnica.	100,000000
--------------------------------------	--------------------	---	------------	--------	----	--------	--	------------

Valor mercado

31/12/2012	1,209981	0,000000	8.920.000,00	Valor contábil	31/12/2012	49.706.764,18
31/12/2011	9,331552	0,000000	7.790.000,00			
31/12/2010	25,461401	0,000000	5.000.000,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A WLM continua mantendo participação nesta controlada que atua no Setor Automotivo, hoje o principal negócio da Companhia.

b) patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia**Tabela A** - Registros e pedidos de registro de marcas no Brasil, em nome da Companhia ou de suas Controladas, além de marcas de seu interesse:

Marca	Tipo	Registro nº	Classe	Data do Depósito	Vigência	Território atingido	Titularidade
WLM	Figurativa	827.910.002	NCL(8)36	31/10/05	03/02/19	Brasil	WLM Indústria e Comércio S.A.
WLM	Nominativa	827.541.953	NCL(8)36	03/06/05	Aguardando concessão de registro do INPI	Brasil	WLM Indústria e Comércio S.A.
EQUIPO	Figurativa	816.036.195	40:15	05/02/91	03/11/12	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Figurativa	816.036.209	37:43	05/12/91	03/11/12	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Figurativa	816.036.225	07:25-55-60	05/02/91	25/08/12	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Nominativa	007.008.287	37:42-43	18/04/74	25/10/09 - Aguardando atualização do INPI	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Nominativa	740.093.487	40:15-20	23/05/74	12/07/13	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Nominativa	819.969.672	07:55-60	14/07/97	05/10/09 - Aguardando atualização do INPI	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Nominativa	819.969.702	07:10-25-30	14/07/97	05/10/09 - Aguardando atualização do INPI	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Mista	819.994.375	40:15-20	30/07/97	22/08/16	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Mista	819.994.421	07:10-25-35	30/07/97	21/09/09 - Aguardando atualização do INPI	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Mista	819.994.430	NCL(8)37	30/07/97	25/02/14	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Mista	819.994.448	07:55-60	30/07/97	21/09/09 - Aguardando atualização do INPI	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Mista	820.001.031	40:15-20	06/08/97	05/10/09 - Aguardando atualização do INPI	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Mista	820.001.040	37:42-43	06/08/97	05/10/09 - Aguardando atualização do INPI	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Mista	820.001.058	07:55-60	06/08/97	05/10/09 - Aguardando atualização do INPI	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
EQUIPO	Mista	820.001.066	07:10-25-35	06/08/97	05/10/09 - Aguardando atualização do INPI	Brasil	Equipo Máquinas e Veículos Ltda.
FATURA	Mista	790.384.957	NCL(8)31	28/12/79	19/12/10	Brasil	Fatura Agropecuária S.A.
FATURA	Mista	816.037.507	37:42	07/12/91	03/11/12	Brasil	Fatura Agropecuária S.A.
FATURA	Mista	816.037.515	19:60	07/02/91	25/08/12	Brasil	Fatura Agropecuária S.A.

9.2 - Outras informações relevantes

Marca	Tipo	Registro nº	Classe	Data do Depósito	Vigência	Território atingido	Titularidade
ITAIM	Nominativa	815.879.156	40:15	12/11/90	22/11/16	Brasil	Itaim Máquinas e Veículos Ltda.
ITAIPÚ	Nominativa	740.036.424	37:43	09/11/74	09/11/13	Brasil	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
ITAIPÚ	Nominativa	815.875.215	40:15	07/11/90	01/09/12	Brasil	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.
ITAPURA	Nominativa	740.037.692	31:10-20	08/03/74	05/03/15	Brasil	Itapura Agropecuária S.A.
ITAPURA	Nominativa	816.037.523	30:10	07/02/91	01/12/12	Brasil	Itapura Agropecuária S.A.
ITAPURA	Nominativa	816.037.531	22:10	07/02/91	01/12/12	Brasil	Itapura Agropecuária S.A.
QUINTA RODA	Figurativa	006.323.154	37:43	06/03/74	25/05/16	Brasil	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.
QUINTA RODA	Nominativa	740.036.416	NCL(8) 37	06/03/74	27/10/11	Brasil	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.
QUINTA RODA	Nominativa	815.875.223	07:25-55-60	07/11/90	21/07//12	Brasil	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.
QUINTA RODA	Nominativa	815.875.231	40:15	07/11/90	28/11/15	Brasil	Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.
SAJUTHÁ	Nominativa	006.651.534	40:15	18/01/68	10/03/18	Brasil	Sajuthá-Rio Participações S.A.
SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA	Nominativa	815.884.133	22:10	19/11/90	13/10/12	Brasil	Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.
SUMASA	Nominativa	816.635.471	19:60	26/02/92	-	Brasil	Sumasa Indústria e Comércio Ltda.
CAXAM	Nominativa	812.139.240	NCL(8)32	20/08/85	03/11/12	Brasil	Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
SUPERÁGUA	Mista	810.532.123	35:10	12/06/81	23/07/15	Brasil	Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
SUPERÁGUA	Mista	812.139.240	NCL(8)32	20/08/85	03/11/12	Brasil	Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
SUPERÁGUA	Mista	810.532.131	38:50	12/06/81	20/09/18	Brasil	Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.
SUPERÁGUA	Mista	810.532.115	40:15	12/06/81	23/07/15	Brasil	WLM Indústria e Comércio S.A.
BRASINHA PNEUS	Mista	817.874.640	07:60	12/05/94	29/4/2007 - Aguardando atualização do INPI	Brasil	Brasinha Rodas e Pneus Ltda.

Tabela B – Principais domínios da WLM e controladas na rede mundial de computadores (Internet):

Domínio	Vencimento
<i>wlm.com.br</i>	28/06/2020
<i>equiporj.com.br</i>	28/09/2020
<i>itaipumg.com.br</i>	28/09/2020
<i>itaipunorte.com.br</i>	24/03/2020
<i>quintaroda.com.br</i>	06/09/2020
<i>lemosdemoraes.com.br</i>	28/06/2020
<i>novapousada.com.br</i>	26/04/2021
<i>fazendanovapousada.com.br</i>	26/04/2021
<i>itaipuweb.com.br</i>	29/05/2020

9.2 - Outras informações relevantes

i. Duração

Conforme tabelas “A” e “B” acima.

ii. Território Atingido

No Brasil, o registro de marca tem vigência de dez anos contados da data de concessão, sempre podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos. As datas de concessão e validade dos registros encontram-se citadas na Tabela “A” (marcas no Brasil), assim como a descrição dos pedidos de registro de marca sob análise do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.

iii. Eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos

No âmbito administrativo junto ao INPI, os pedidos de registro de marca que estão sob análise do Instituto podem ser negados (indeferidos), sendo possível a apresentação prévia de Oposição por terceiros interessados, dentro do prazo legal pertinente. Ademais, mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros (ou o próprio INPI) não tentem contestar nossos registros, como por exemplo por meio de processos administrativos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade. Os requerimentos podem ser parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada, durante 5 anos consecutivos, tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, também não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a WLM está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória, ou que requeiram judicialmente a anulação de ato oficial do INPI, por exemplo, em ação de nulidade de registro de marca.

A manutenção dos registros de marcas é realizada por intermédio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.

iv. Possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia

A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal (ou até perder o direito de utilização da própria marca em razão de terceiro, tendo em vista que no Brasil a marca é protegida com base na data de prioridade do registro vigente e não pelo uso). Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Não há como identificar o impacto além do descrito.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Condições financeiras e patrimoniais gerais

As demonstrações financeiras de 2012 da WLM foram elaboradas seguindo os princípios estabelecidos pelo IFRS – International Financial Reporting Standards, assim como as demonstrações financeiras de 2011 e 2010, que serão aqui utilizadas para comparar a evolução do desempenho.

Como nos dois anos anteriores, a WLM chegou ao encerramento do exercício de 2012 com situação financeira e patrimonial confortáveis. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantinha sua posição de não alavancagem financeira, registrando, portanto, endividamento zero, ambos no curto e no longo prazo. O mesmo se dava no encerramento do exercício de 2011. Assim, em termos financeiros, a Companhia vem mantendo nos últimos anos alto nível de liquidez, de acordo com a política adotada de não realização de alavancagem financeira.

O resultado das operações se traduziu em crescimento dos ativos totais entre 31/12/2011 e 31/12/2012, quando passaram de R\$ 561,6 milhões para R\$ 658,1 milhões, incremento de 17,2%. Ao mesmo tempo, as exigibilidades representadas pelo Passivo Total aumentaram, atingindo R\$ 165,6 milhões no encerramento de 2012, levando ao contínuo crescimento do Patrimônio Líquido, que atingiu R\$ 492,5 milhões ao final de 2012, com alta de 5,9% no decorrer do último exercício, e 12,9% quando comparado com a posição registrada em 31/12/2010.

Após resultado excepcional no exercício de 2010, os períodos seguintes registraram lucro de R\$ 38,2 milhões em 2011 e R\$ 34,6 milhões em 2012. Ainda que represente recuo ante o lucro recorde do exercício anterior, o desempenho ainda indica aumento de 39,1% comparado àquele registrado em 2009.

a. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. Hipóteses de resgate

O Patrimônio Líquido da WLM cresceu nos dois últimos exercícios, tendo encerrado o ano de 2012 em R\$ 492,5 milhões, ante R\$ 465,1 milhões em 2011 e R\$ 436,3 milhões em 2010. A situação de endividamento zero contribui para manter a sólida estrutura de capital:

2012: 74,8% capital próprio e 25,2% capital de terceiros

2011: 82,8% capital próprio e 17,2% capital de terceiros

2010: 76,8% capital próprio e 23,2% capital de terceiros

Composição do capital de terceiros e indicador dívida líquida / Ebitda	R\$ / Mil		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Disponibilidades	151.383	180.155	183.278
Dívida de curto prazo	0	0	0
Dívida de longo prazo	0	0	0
Dívida líquida (caixa líquido)	(151.383)	(180.155)	(183.278)
Ebitda	56.007	45.860	73.028

Com disponibilidades superiores ao valor total da dívida, a WLM possuía caixa líquido, e não dívida líquida, no encerramento dos três períodos analisados e, portanto, não tinha alavancagem financeira, sendo o indicador Dívida líquida / Ebitda não aplicável.

Não há possibilidade de resgate das ações da WLM, exceto aquelas previstas em lei.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

b. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Ao final dos três últimos exercícios, 2012, 2011 e 2010, a Companhia não tinha qualquer dívida financeira registrada, seja de curto ou longo prazo. Nos três exercícios também apresentou saldo financeiro positivo. A geração de caixa proveniente das atividades operacionais e a posição de larga liquidez da Companhia nos permitem afirmar que, na WLM, temos plena capacidade de honrar nossos compromissos financeiros nos próximos anos.

	2012	2011	2010
Ciclo de caixa (número de dias médio em dezembro)	30	30	30
Ebitda / Dívida líquida (vezes)	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
Ebitda / Despesa financeira líquida (vezes)	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
Dívida de longo prazo (% da dívida bruta, em 31 de dezembro)	0%	0%	0%

(*) Os itens considerados “não aplicáveis” justificam-se pelo fato da Companhia ter expressivo caixa líquido: o volume de disponibilidades financeiras foi superior ao das dívidas com instituições financeiras. Adicionalmente, a Companhia registrou, nos três períodos em questão, receita financeira superior à despesa financeira, com saldo de receita financeira líquida.

c. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Para o financiamento de investimentos em ativos não circulantes e de nossas eventuais necessidades de capital de giro, utilizamos recursos próprios e geração de caixa operacional.

Não mantemos operações financeiras de *leasing* relevantes e, ao final dos três últimos exercícios, não tínhamos qualquer dívida com instituições financeiras. Em 2010, zeramos a dívida de curto prazo.

Os contratos assinados são sempre negociados de forma que seus pagamentos (do serviço da dívida e do principal) sejam compatíveis com nossa geração operacional de caixa e gestão de caixa, de modo a manter as disponibilidades em nível apropriado para o desenvolvimento de nossas atividades.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não consideramos haver para a Companhia qualquer cenário provável de deficiência de liquidez. Mantemos firme controle, com acompanhamento de nosso fluxo de caixa no dia a dia, e administramos nossa posição financeira, sempre amplamente de acordo com nossa capacidade de pagamento. Adotamos política de não operar com base em alavancagem financeira, não tendo tomado empréstimos em instituições financeiras nos últimos anos.

Temos capacidade para financiar investimentos para a maior eficiência e crescimento dos negócios com capital próprio. Eventuais necessidades de captação de recursos serão sempre analisadas cuidadosamente e, caso venham a ser necessárias, serão tomados de maneira a manter nossos padrões de gestão de caixa, nível de liquidez e reduzida alavancagem financeira.

Pretendemos manter essa administração cuidadosa do aspecto financeiro. A intenção da diretoria é continuar administrando a questão financeira de modo a garantir os menores níveis de endividamento e sempre compatíveis com a geração de caixa operacional.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**e. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

O endividamento da Companhia foi sendo reduzido no decorrer dos últimos exercícios, com eliminação da dívida de longo prazo no decorrer do ano de 2009 e eliminação também da dívida de curto prazo no decorrer do ano seguinte, chegando a zero em 31 de dezembro de 2010. Abaixo, apresentamos nossa posição de endividamento e o perfil da dívida ao final dos exercícios de 2012, 2011 e 2010:

Endividamento	R\$ / Mil		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Dívida bruta	0	0	0
Ganhos (perdas) não realizados com operações de derivativos	0	0	0
Caixa e equivalentes	151.383	180.155	183.278
Dívida líquida / (Caixa líquido) *	(151.383)	(180.155)	(183.278)

* Nos três períodos analisados, a Companhia tinha posição de caixa superior à dívida total e, portanto, não possuía dívida líquida e sim caixa líquido.

Endividamento	Perfil (%)		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Longo prazo (%)	0%	0%	0%
Curto prazo (%)	0%	0%	0%
Moeda nacional (%)	0%	0%	0%
Moeda estrangeira (%)	0%	0%	0%

Dívida de longo prazo – vencimentos	R\$ / Mil		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Em 2009	0	0	0
Em 2010	0	0	0
Em 2011	0	0	0
Em 2012	0	0	0

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Ao final do exercício de 2012, a WLM não registrava qualquer empréstimo ou financiamento. No decorrer dos três exercícios analisados, a Companhia mantinha um único empréstimo registrado no Balanço Patrimonial de 31/12/2009, que foi quitado em agosto de 2010. Na tabela abaixo apresentamos o endividamento da WLM detalhado por instituição financeira, indexador e taxa de juros contratada, conforme posição ao final dos três últimos exercícios:

Instituição Financeira	Indexador	Juros a.a.	R\$ / Mil		
			31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Banco da Amazônia – BASA	Taxa pré-fixada	8,5% a.a	0	0	0

Operações com instrumentos financeiros derivativos

Não aplicável, pois nos três últimos exercícios a Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável, pois não temos quaisquer relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável, pois a Companhia possuía uma única dívida ao final do exercício de 2009, quitada em agosto de 2010. Portanto, no encerramento dos exercícios de 2010, 2011 e 2012, o endividamento de curto e longo prazo era inexistente.

iv. **Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.**

Não se aplica, já que a WLM não tem contratos de financiamento firmados nos quais existam cláusulas e condições a serem cumpridas - *covenants* – relacionadas ao seu grau de liquidez.

f. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica, pois a WLM não tem financiamentos contratados.

g. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A análise aqui apresentada para os anos de 2012, 2011 e 2010 refere-se aos resultados e balanços patrimoniais consolidados. As referidas Demonstrações Financeiras representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contendo todos os ajustes já regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, pelos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC vigentes até 31 de dezembro de 2012 e modificações introduzidas pela lei nº. 11.638/07, alterada pela Medida Provisória nº. 449/08, convertida na lei 11.941/09.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Análise do Desempenho 2012 x 2011 X 2010

O ano de 2012 foi marcado por diversas adversidades, como a fraca atividade econômica, baixo desempenho industrial e a elevada inflação, o que impactou diretamente o volume de vendas da Empresa, principalmente no segmento de caminhões, principal fonte de receita da Companhia. Mesmo com menor receita líquida de vendas, a WLM conseguiu manter suas margens operacionais em patamares saudáveis, em conjunto com a forte geração operacional de caixa, sem necessitar de qualquer alavancagem financeira para manter suas atividades operacionais.

Em 2011, a WLM deu continuidade à melhoria sustentada das margens e ao seu modelo de forte geração operacional de caixa, mesmo tendo registrado diminuição do volume de vendas de caminhões – principal fonte de receita da Companhia, após o recorde de vendas e receita de 2010. Naquele ano, os resultados da WLM refletiram as condições econômicas favoráveis, especialmente para o segmento de veículos pesados, levando à forte recuperação dos volumes transacionados.

Receita Operacional Líquida: A principal fonte de receita da WLM advém do segmento automotivo, cerca de 99,2% do total da receita auferida em 2012 ante 99,3%, mesmo percentual registrado em ambos os períodos, de 2011 e 2010. Tal segmento está diretamente ligado ao nível de investimento realizado na economia.

Nos últimos três anos, a economia brasileira vivenciou um cenário de incertezas, principalmente pelos impactos advindos do cenário externo, como: a crise europeia, enquanto nos EUA a preocupação ficou por conta da carga da dívida pública e privada, taxas de juros a quase zero por cento e programas realizados na tentativa de monetização da dívida. Não obstante, ainda pairaram dúvidas relacionadas ao desaquecimento da atividade econômica na China.

Como reflexo desse cenário adverso, o nível de atividade da economia interna em 2011 e 2012 foi muito fraco. Em 2012, o índice registrou queda de 2,6%, enquanto no ano anterior houve incremento de 0,3%. Somente em 2010 a indústria brasileira registrou alta de 10,5%, sendo evidenciada por medidas anticíclicas do governo para enfrentar a crise de períodos anteriores, estímulos da política monetária com vistas a evitar uma maior alta da inflação e medidas direcionadas a reduzir a volatilidade da taxa nominal de câmbio ao longo do ano, reduzindo impactos negativos ao crescimento da economia e a produção de empregos.

Em meio às incertezas econômicas em 2012, a WLM registrou receita líquida de vendas no montante de R\$ 812,5 milhões, queda de 13,5% frente ao desempenho registrado no ano anterior. Mesmo com o bom resultado comercial advindo do último trimestre do ano, a empresa foi penalizada pelas menores vendas de unidades ao longo dos três primeiros trimestres de 2012, o que impactou em seu resultado final. Os itens relacionados ao pós-venda – venda de peças e lubrificantes e prestação de serviços – continuam ganhando relevância no total da receita da Companhia, como observado nos últimos anos, atingindo 24,4% do total em 2012. Além de proporcionar boa rentabilidade, tais segmentos de atuação são estratégicos para a WLM, pois reforçam o relacionamento com os clientes. Com isso, o aumento no volume de unidades vendidas no segmento de caminhões aliado a representatividade dos serviços na composição da receita em 2012, influenciaram positivamente para o bom desempenho da companhia. Em 2011, a Companhia registrou receita operacional líquida consolidada de R\$ 939,2 milhões, queda de 4,4% quando comparada ao desempenho obtido em 2010. Nesse período a Companhia apresentou bom desempenho de vendas ao longo dos primeiros trimestres do ano, registrando fraco desempenho somente no último trimestre do ano. Tal comportamento foi reflexo ao bom momento vivido pela atividade econômica ao longo de 2010, mesmo em meio às incertezas no cenário internacional ao longo de 2011.

Em 2010, a receita operacional líquida somou R\$ 982,8 milhões, 73,5% superior frente ao acumulado de 2009. Os principais fatores que explicam o crescimento anual da receita operacional são: (i) expansão de 97,6% nas vendas de caminhões, produto responsável por 79,0% da receita operacional bruta total; (ii) aumento médio de 3,6% na receita obtida por caminhão vendido; e (iii) acréscimo de 13,7% na receita de prestação de serviços (assistência técnica).

Custo das Mercadorias Vendidas e Serviços Prestados: Um dos maiores impactos sobre o resultado da Companhia advém das vendas de veículos e peças. Ao final do exercício de 2012, o percentual dos custos operacionais relacionados à receita de vendas atingiu 84,3%, totalizando R\$ 685,1 milhões, sendo o maior impacto sobre o desempenho de vendas no último trimestre do ano, com 86,4% de absorção sobre a receita líquida obtida, ou R\$ 286,0 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Nos anos anteriores, 2011 e 2010, o percentual dos custos operacionais sobre a receita líquida auferida foi de 84,6% e 85,9%, somando R\$ 794,5 milhões e R\$ 844,5 milhões, respectivamente. Tais percentuais foram superiores aos custos auferidos em 2012 devido ao forte aumento das vendas de veículos e peças em tais períodos.

Lucro Bruto: Nos comparação entre os três últimos exercícios, a WLM apresentou crescimento em sua margem bruta, que passou de 14,1% em 2010, 15,4% em 2011, para os atuais 15,7% alcançados em 2012, somando R\$ 127,4 milhões. A elevação da margem bruta em 2012 deveu-se ao menor decréscimo da receita líquida frente a incidência do custos operacionais sobre tal montante.

Em 2011, alcançou R\$ 144,7 milhões com margem sobre a receita operacional líquida de 15,4% comparado a lucro bruto de R\$ 138,3 milhões, com margem de 14,1% em 2010. O aumento dos preços médios, tanto de chassis de ônibus quanto de caminhões, e a ampliação da receita de pós-vendas (peças e serviços), com ganho de representatividade desta atividade no total da Companhia, são os principais fatores que propiciaram a maior rentabilidade bruta em 2011.

Despesas Gerais e Administrativas: As atividades da WLM de comercialização e prestação de serviços são baseadas no uso extensivo de mão-de-obra, especialmente considerando o maior esforço de vendas dado a contração da demanda por veículos pesados.

Ao longo dos últimos três anos, as despesas gerais e administrativas apresentaram a seguinte evolução: 2012 – R\$ 113,0 milhões, 2011 – R\$ 99,6 milhões e em 2010 – 84,3 milhões.

No ano de 2012, o total registrado em despesas operacionais foi de R\$ 113,0 milhões, 12,8% superior aos R\$ 100,2 milhões contabilizados em igual período do ano passado. O incremento evidenciado em tal conta resulta, em grande parte, do maior número de funcionários contratados ao longo do ano, totalizando 1.011 colaboradores ante 995 ao final de 2011. Além do reajuste médio de 7,0% dos salários a partir dos dissídios das diferentes regiões. Também exerceram pressão sobre as despesas em 2012:

- i. Manutenção de máquinas e equipamentos (+135,0%);
- ii. Propaganda, promoção e representação (+33,4%).

A comparação entre 2011 e 2010 indica alta de 18,1% relacionada, principalmente, aos dispêndios referentes ao pagamento de funcionários, item mais representativo dentre todas as despesas da Companhia. O aumento de 16,0% no número de empregados que, ao final de 2011, totalizava 995 pessoas, além do reajuste médio de 10% dos salários a partir dos dissídios das diferentes regiões, são os principais fatores que levaram ao crescimento de tais despesas.

Depreciação e Amortização: A depreciação do ativo imobilizado apresentou evolução ao longo dos três anos, permanecendo em R\$ 1,6 milhão em 2010 e 2011, passando para R\$ 2,1 milhões ao final de 2012.

Outras receitas (despesas) operacionais: Em 2012, o valor obtido pela conta de outras receitas (despesas) operacionais foi de R\$ 1,8 milhão ante despesa líquida de R\$ 2,8 milhões obtidos em 2011. As variações se devem a fatores normais do dia a dia das operações, sendo o valor total da conta, nos três exercícios, pouco representativo no resultado da Companhia. Cabe ressaltar que, no último trimestre de 2012, a WLM adicionou ao seu resultado anual R\$ 45,2 milhões referentes ao ajuste a valor justo das propriedades para investimentos (deemed cost).

EBITDA: O EBITDA, indicador do desempenho operacional e medida da geração de caixa, atingiu R\$ 56,0 milhões, 22,1% superior aos R\$ 45,9 milhões obtidos em 2011, mas abaixo dos R\$ 73,0 milhões alcançados em 2010. Na mesma base de comparação, a margem EBITDA em 2012 foi de 6,9%, 2,0 p.p. acima da obtida em 2011 e 0,5 p.p. inferior à registrada em 2010. Desconsiderando o efeito do cálculo de valor justo das propriedades, o EBITDA no ano somaria R\$ 10,7 milhões, com margem de 1,3%.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A diminuição no valor do EBITDA foi reflexo na redução das vendas ao final de 2012 e, consequentemente, da receita líquida, aliado ao elevado percentual dos custos em relação à receita da Companhia e o incremento das despesas operacionais frente ao seu desempenho no ano passado.

Observando o comportamento do EBITDA entre os exercícios de 2011 e 2010, os valores obtidos sofreram impactos relacionados aos ajustes realizados em 2011 nas contas de contingências e previsões. Com isso, apesar do ganho de rentabilidade bruta, a margem Ebitda em 2011 foi de 3,9%, ante 7,4% no ano anterior.

Resultado Financeiro Líquido: A forte geração de caixa e a manutenção de grande volume de recursos em disponibilidade são características dos negócios de atuação da WLM, assim como parte da política de gestão da Companhia. O montante de recursos em aplicações financeiras, portanto, tende a ser elevado. Ao mesmo tempo, a WLM não tem empréstimos com instituições financeiras, o que contribui para que as despesas financeiras se mantenham em patamares reduzidos. Assim, o resultado financeiro foi positivo nos últimos exercícios, passando de R\$ 5,5 milhões em 2010, R\$ 14,3 milhões em 2011 para os atuais R\$ 9,2 milhões em 2012. A redução percebida na relação entre os períodos de 2012 e 2011 encontra-se ao menor saldo líquido decorre da menor aplicação financeira mantida no período, além da redução da taxa de juros no mercado brasileiro.

No acumulado do exercício de 2011, o saldo líquido positivo resulta de receitas financeiras de R\$ 23,2 milhões e despesas financeiras de R\$ 9,0 milhões. Em relação ao desempenho de 2010, o resultado financeiro líquido é superior em 158,1%, ou R\$ 8,7 milhões. Esse ganho significativo se deve à redução das despesas financeiras em R\$ 1,6 milhão e simultâneo aumento das receitas financeiras em R\$ 7,1 milhões. Em 2011, o maior volume de recursos aplicados e os ganhos com atualização monetária e variação cambial justificam a forte evolução positiva das receitas financeiras. No ano anterior, a Companhia tinha reduzido suas aplicações financeiras para direcionar maior volume de recursos à compra de cotas de consórcio de caminhões, movimento necessário para atender ao aumento da demanda no período, além de ter feito a quitação antecipada de débitos fiscais (PAES).

Imposto de renda e contribuição social: Em 2012 o valor apurado de imposto de renda sobre o lucro líquido foi de R\$ 28,5 milhões, ante R\$ 20,4 milhões em 2011 e R\$ 21,9 milhões referentes a 2010. Os valores acompanham o desempenho da receita nos períodos, com recorde em 2010 e manutenção de patamar elevado em 2011 e 2012.

Lucro Líquido: O lucro líquido da WLM no exercício de 2012 foi de R\$ 34,6 milhões, 9,3% inferior aos R\$ 38,1 milhões registrado no ano anterior. Em 2010, por sua vez, o lucro líquido foi de R\$ 55,1 milhões, 59,3% superior ao obtido na comparação ao lucro de 2012. A margem líquida no ano foi de 4,3%, ante 4,1% obtidos em 2011 e de 4,1% em 2011, ante a margem de 5,6% no exercício anterior.

O desempenho do segundo e terceiro trimestres de 2012 foram os períodos de maior impacto da conjuntura setorial adversa sobre o resultado da Companhia, tendo em vista o baixo número de unidades vendidas. O aumento das vendas no último trimestre não foi suficiente para compensar as perdas sofridas. O resultado líquido da WLM teve forte influência positiva representada pela receita não operacional extraordinária de R\$ 45,2 milhões registrada no último trimestre de 2012, referente ao ajuste a valor justo das propriedades para investimentos (deemed cost).

Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31/12/2012, 31/12/2011 e 31/12/2010.

Disponibilidades: Em 31 de dezembro de 2012, o caixa total, incluindo caixa e bancos, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$ 151,4 milhões, ante a posição de R\$ 180,2 milhões ao final do exercício de 2011 e de R\$ 183,3 milhões em 2010. Na avaliação comparativa desses últimos três anos, observa-se mudança de patamar a partir de 2010, quando a Companhia obteve forte geração de caixa tendo em vista as vendas recordes. O desempenho operacional se manteve elevado nos últimos três períodos, contribuindo para sustentar o nível das disponibilidades. O segmento de atuação da WLM, principalmente voltado para a comercialização de veículos pesados – caminhões e chassis de ônibus – envolve alto giro e a manutenção de grande volume de recursos disponíveis para fazer frente às negociações comerciais. Adicionalmente, a Companhia opera com forte posição de liquidez, como parte de seu modelo de gestão.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Contas a Receber: Em 31/12/2012, a Companhia registrou R\$ 117,1 milhões em contas a receber derivadas das vendas de produtos e serviços, 89,9% superior ao saldo no encerramento do exercício de 2011, no montante de R\$ 61,7 milhões. Na comparação com a posição de 31 de dezembro de 2010, houve um aumento de 108,4%. As variações se explicam, basicamente, pelo volume de vendas realizadas ao final de cada exercício.

Estoques: Os estoques da WLM são constituídos principalmente por caminhões e, ainda em maior volume, suas peças para reposição e manutenção. O saldo desta conta no encerramento dos três últimos exercícios foi de R\$ 28,8 milhões em 2012, R\$ 23,1 milhões em 2011 e R\$ 45,8 milhões em 2010.

O valor do estoque em 2012 é 25,0% superior ao registrado em 2011 e 37,1% inferior ao de 2010. Estas variações se explicam pela necessidade da Companhia manter maior volume de itens disponíveis, para atender à forte demanda então observada. Mesmo com o aumento de estoque de produtos nos três últimos anos, o quarto trimestre de 2012 foi marcado pelo elevado número de unidades vendidas, em face da retomada da demanda pelo mercado.

Na atividade agropecuária, a Companhia registrou pequeno incremento no rebanho, de 3,1% na comparação entre 2012 e 2011, totalizando R\$ 10,6 milhões. Comparado ao encerramento do exercício de 2010, o aumento registrado em tal conta foi de 9,9%.

Impostos a Recuperar: Acompanhando o desempenho das vendas de veículos pesados, a conta de impostos a recuperar somou R\$ 4,3 milhões, 3,2% e 41,7% inferior ao montante apresentado em 2011 e 2010, respectivamente.

Ativo Não Circulante

Ativo Permanente: Representado pelas contas de investimentos, propriedade para investimento, imobilizado e intangível, registrados no Ativo não circulante, ao final dos períodos analisados somava:

2012 – R\$ 332,4 milhões, equivalente a 50,5% do ativo total;
2011 – R\$ 270,1 milhões, equivalente a 48,1% do ativo total;
2010 – R\$ 253,5 milhões, equivalente a 44,6% do ativo total.

A evolução evidencia o crescimento contínuo do ativo permanente da WLM nos exercícios. O principal componente do ativo permanente da Companhia é representado pelo imobilizado, que totalizava ao final dos exercícios de 2012, 2011 e 2010, respectivamente, R\$ 225,2 milhões, R\$ 210,6 milhões e R\$ 196,8 milhões. A conta apresentou incremento de 6,9% na comparação de 2011, e de 7,1% frente ao período de 2010.

Propriedade para Investimento: A Companhia registrou R\$ 77,2 milhões ao final de 2012 relacionados à conta propriedade de investimentos. Na comparação entre os períodos de 2011 e 2010, tal conta registrou acréscimo de 141,4%, respectivamente. Tal incremento ocorreu face ao acréscimo de R\$ 45,2 milhões referente ao ajuste a valor justo do imóvel localizado em Jaguariúna-SP.

Passivo Circulante

Fornecedores: Ao final do exercício de 2012, o saldo da conta de fornecedores era de R\$ 81,4 milhões, 139,9% e 156,2% superior aos R\$ 34,0 milhões e R\$ 31,8 milhões registrados em 31/12/2011 e 31/12/2010, respectivamente. Tal evolução está relacionada diretamente ao desempenho das vendas melhor distribuídas no decorrer do ano de 2011 e 2010, fator também refletido na rubrica “contas a receber de clientes”, do ativo circulante, comentada anteriormente neste relatório.

Salários e contribuições sociais: A expansão do número de funcionários e os reajustes salariais explicam a variação desta conta, que passou de R\$ 3,9 milhões em 31/12/2010 e R\$ 4,3 milhões no encerramento do exercício de 2011, para os R\$ 7,7 milhões ao final de 2012. No mesmo período, o número de funcionários da WLM evoluiu de 861 e 995, em 2010 e 2011, respectivamente, para os atuais 1.011 colaboradores ao final de 31/12/2012.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Dividendos as Pagar: Conforme estabelece o art. 202 da Lei nº 6.404/76 e o art. 38 do seu Estatuto Social, a Companhia provisionou, a título de dividendo mínimo obrigatório, o valor de R\$ 1.526 a ser distribuído refere-se ao resultado de 2012. (31 de dezembro de 2011 – R\$ R\$ 9.434 e, em 31 de dezembro de 2010 – R\$ 13.545).

O saldo da conta dividendos a pagar está assim representado:

Dividendos a pagar	R\$ / Mil		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Dividendo obrigatório sobre o resultado do exercício	1.526	9.434	13.545
Parcela antecipada em reunião do Conselho de Administração, realizada em 05/10/2010	0	0	(12.326)
Dividendo a pagar de exercícios anteriores	813	916	1.001
Total	2.339	10.350	2.220

Provisão para Perdas de Investimentos: Os valores de Plenogás e Metalplus referem-se, exclusivamente, à provisão para perdas de investimentos nessas coligadas em virtude do patrimônio líquido a descoberto.

Provisão para perdas de investimentos	R\$ / Mil		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Plenogás	295	403	326
Metalplus	227	182	144
TOTAL	522	585	470

Outras obrigações circulantes	R\$ / Mil		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
SHV Gás Brasil Participações Ltda.	1.887	1.810	2.657
ICMS (Refis Estadual/RJ - Lei 6.136, de 28.12.2011)	2.802	0	0
JV Participações e Imóveis Sociedade Simples Ltda.	5.800	0	0
Outros	1.113	661	141
TOTAL	11.602	2.471	2.798

SHV Gás Brasil Participações Ltda: Os valores referem-se à participação de 63,48 % que a WLM possui nos processos documentados no anexo 9 do contrato de venda da ações da Supergasbras Distribuidora de Gás S.A.

ICMS (Refis Estadual/RJ - Lei 6.136, de 28.12.2011: Este valor decorre da adesão da Superágua ao Programa de Recuperação Fiscal da Receita do Estado do Rio de Janeiro, quando contabilizou, no primeiro trimestre, o valor de R\$ 4.844 a pagar em 18 parcelas mensais.

JV Participações e Imóveis Sociedade Simples Ltda.: Decorre da aquisição pela Itaipu Norte do imóvel onde se encontra instalada, pelo valor de R\$ 14.750 mil, do qual já foram pagos R\$ 4.400 mil, restando um saldo de 23 parcelas, totalizando R\$ 10.350.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Passivo Exigível a Longo Prazo

Provisão para Contingências: Ao final do exercício de 2012, o valor provisionado para contingências totalizou R\$ 1,5 milhão, 127,9% superior aos R\$ 0,7 milhão registrados em ambos os períodos de 2011 e 2010. No encerramento do exercício de 2009, o valor de tais provisões era de R\$ 11,5 milhões, relativo ao passivo contingente da Supergasbras Distribuidora de Gás S.A., vendida pela WLM em 2004, sobre o qual a Companhia respondia solidariamente perante a SHV Gás Brasil Participações Ltda., com 50%. O saldo desta provisão foi revertido com base na opinião de consultores jurídicos, que consideraram possível a perda da causa.

Com relação à provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos, os saldos em 31 de dezembro eram de R\$ 42,8 milhões em 2012, ante R\$ 28,3 milhões em 2011 e R\$ 29,2 milhões em 2010.

Patrimônio Líquido

Capital Social: O Capital Social registrado ao final do exercício de 2012 era de R\$ 177,4 milhões, mantendo-se inalterado na comparação do ano anterior, mas superior em R\$ 40 milhões frente aos R\$ 137,4 milhões de 31/12/2010. Este aumento de capital foi realizado em abril de 2011, utilizando parte da reserva de investimentos, integrante do grupo de reserva de lucros, sem emissão de novas ações.

Em abril de 2010, a Companhia também havia realizado aumento de capital de R\$ 20,0 milhões, sobre os R\$ 117,4 milhões registrados em 31/12/2009.

Reservas de Reavaliação: Consoante o artigo 4º da Instrução CVM 469/08, a Companhia optou pela manutenção dos saldos das contas de reserva de reavaliação, constituídas anteriormente à edição da Lei 11.638/07, em bens próprios de suas controladas. A realização da reserva é calculada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e contabilizada em contrapartida de lucros (prejuízos) acumulados. Nos exercícios de 2011 e 2010, foram realizados os montantes de R\$ 0,8 mil em cada exercício. Consequentemente, a conta de Reservas de Reavaliação passou de R\$ 102,9 milhões ao final de 2010 e R\$ 102,1 milhões em 31/12/2011 para R\$ 101,2 milhões ao final de 31/12/2012.

Ajuste de Avaliação Patrimonial – o montante referente aos ajustes de avaliação patrimonial registrado no balanço patrimonial da WLM exercícios de 2012, 2011 e 2010 era de R\$ 36,5 milhões, R\$ 37,3 milhões e R\$ 38,1 milhões, respectivamente.

O saldo representa a contrapartida dos ajustes patrimoniais líquidos efetuados no ativo imobilizado e ativo biológico (circulante e não circulante). Em 2012 e 2011 foi realizado o montante de R\$ 0,8 milhão e, em 2010, de R\$ 1,0 milhão.

Reserva Legal: Ao final de 2012, a Companhia constituiu, a título de reserva legal, o valor de R\$ 1,8 milhão ante 2,0 milhões registrados em 2011 e R\$ 2,9 milhões em 2010, conforme definido no artigo 193 da Lei 6.404/76 e no Estatuto Social da Companhia.

Reserva de Lucros a Realizar: Neste exercício com fundamento no inciso II do parágrafo 1º do art. 197 da Lei 6.404/76, a WLM constituiu R\$ 28,4 milhões de Reserva de Lucros a Realizar, referente à parcela líquida não realizada da avaliação a valor justo de suas propriedades para investimentos.

Garantia para pagamento de dividendos e reserva de investimentos: Conforme determina o Estatuto Social da Companhia nos artigos 36 e 37, até 70% do lucro líquido remanescente, após destinação da reserva legal, deverá ser destinado, em partes iguais, às reservas de garantia para pagamento de dividendos e reserva de investimentos, até o limite do capital social. Os montantes destinados para essas reservas foram de R\$ 4,6 milhões em 2012, R\$ 28,3 milhões em 2011 e R\$ 40,6 milhões em 2010.

Dividendo Adicional Proposto: A Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2013 aprovou a distribuição de R\$ 13,5 milhões, como dividendo adicional, utilizando-se do saldo da reserva de garantia para pagamento de dividendos.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A nossa receita é reportada em Reais e provém da venda dos produtos que comercializamos e dos serviços que prestamos no território nacional. A WLM possui sete empresas controladas: quatro delas focadas na venda de veículos pesados e peças da marca Scania, além da prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva aos veículos, e outras três voltadas às atividades no setor de agropecuária, com a produção de café, leite e gado de corte.

Nos exercícios de 2010, 2011 e 2012, pouco mais de 99% de nossa receita operacional líquida foi proveniente do segmento automotivo, sendo menos de 1% resultado do segmento de agropecuária.

Uma das líderes na comercialização de veículos pesados Scania no País, a WLM mostrou-se capaz de se adequar às demandas e características específicas do mercado em cada diferente momento. Ampliamos a rentabilidade das vendas em 2012 – ganho de 0,3 ponto percentual na margem bruta - especialmente em razão do maior preço médio de venda de caminhões e chassis de ônibus, enquanto a receita operacional líquida registrou queda de 13,5%, totalizando R\$ 812,5 milhões. Avaliamos que este é um resultado bom, uma vez que o período de comparação - 2011 e 2010 - foram períodos fora da curva, quando comercializamos a maior quantidade de caminhões de toda nossa história.

Face a conjuntura atual do setor, foram adotadas diversas medidas de incentivo à indústria de automóveis. O Governo Federal arcou com uma renúncia fiscal significativa para reduzir o IPI, prolongou as taxas de juros menores do PSI – Programa de Sustentação de Investimentos e do Pró-Caminhoneiro, para ônibus e caminhões, e investiu alto na compra de ônibus escolares para o Programa Caminho da Escola. Mas tais ações não foram suficientes para segurar a queda na produção de ônibus e caminhões. Nesse contexto, comercializamos 2.075 caminhões, número 14,8% inferior a 2011, e 248 ônibus, 64,6% inferior na comparação anual.

Em 2010, tínhamos comercializado a maior quantidade de caminhões de toda nossa história: 2.924 unidades, com aumento de 97,6% em relação aos 1.480 vendidos no ano anterior. Foram também comercializados, em 2010, 371 ônibus novos, ante 347 em 2009.

Composição da receita bruta	R\$ / Mil				
	2012	2011	VAR. %	2010	VAR. %
(1) Comércio de Veículos, Peças e Lubrificantes	848.565	993.488	(14,6)	1.056.437	(19,7)
(2) Prestação de Serviços de Manutenção	49.232	46.825	5,1	35.094	40,3
(3) Total Segmento Automotivo (1) + (2)	897.797	1.040.313	(13,7)	1.091.531	(17,7)
(4) Segmento Agropecuário	7.154	6.917	3,4	7.006	2,1
Total (3) + (4)	904.951	1.047.230	(13,6)	1.098.537	(17,6)

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O setor de caminhões e ônibus recebe forte influência do ambiente econômico e das expectativas do empresariado. O ano de 2012 apresentou fraco desempenho na produção total de veículos no Brasil. De acordo com os dados publicados pela ANFAVEA, o setor registrou queda de 1,9% na produção total de unidades em 2012, passando de 3,4 milhões produzidas em 2011 para 3,3 milhões ao final de 2012 (considerando os segmentos de veículos leves, caminhões e ônibus).

10.2 - Resultado operacional e financeiro

O incremento ocorreu para a produção de veículos leves, em 1,2%, totalizando ao final de 2012 cerca de 3,2 milhões de unidades. No mesmo período, o segmento de caminhões e ônibus registrou queda de 40,5% e 25,4%, totalizando 132,8 mil e 36,8 mil ao final de 2012, respectivamente. A forte queda sentida no segmento de caminhões ocorreu em todas as linhas de produção, o que envolve caminhões semileves, leves, médios, semipesados e pesados.

Em termos de participação sobre a produção total, o número de unidades de caminhões produzidos foi de 4,0% sobre o total do ano de 2012, 2,6 p.p. abaixo da participação registrada em 2011. Nessa mesma base de comparação, o segmento de ônibus registrou leve queda de 0,3 p.p., passando a representar 1,1% do total de unidades produzidas no período. O segmento de veículos leves continua com a maior representatividade do total de unidades produzidas, cerca de 94,9%, ou seja, incremento de 2,9 p.p. sobre a participação que possuía em 2011.

No caso dos veículos pesados, houve um ajuste de mercado e desaceleração. O ano de 2011 foi considerado recorde na história dos ônibus e caminhões tendo em vista que os donos de frotas anteciparam as renovações de veículos previstas para 2012. Em janeiro do ano passado entrou em vigor a sétima fase – P 7 – do Proconve – Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores, com base nas normas internacionais Euro V. Os ônibus e caminhões ficaram menos poluentes devido a uma nova tecnologia embarcada, mas ficaram mais caros, o que fez o ritmo de vendas e produção cair a partir de então.

A estimativa do setor é de que, com a adaptação dos frotistas ao diesel S – 50, com menor teor de enxofre, e às novas tecnologias, em 2013 os setores de ônibus e caminhões voltem a crescer. Além disso, obras de mobilidade urbana para a modernização das cidades e as obras relacionadas à Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016 devem estimular a necessidade por ônibus e caminhões mais novos, tanto de caminhões para as obras como de ônibus para transporte dos operários e para a prestação de serviços nos sistemas depois de prontos. As estimativas apontam para o crescimento do setor de turismo e grandes licitações de transportes.

No ano, a Companhia sentiu o reflexo da conjuntura do setor, registrando total de vendas de 2,3 mil unidades, volume 25,8% inferior frente às 3,1 mil vendidas em 2011. O maior impacto ocorreu no segmento de ônibus, com redução de 64,6%, sendo comercializadas 248 unidades em 2012. No mesmo período, o segmento de caminhões registrou queda nas vendas de 14,7%, passando de 2,4 mil em 2011 para 2,0 mil unidades ao final de 2012. Em termos de participação na receita, ao final do exercício, o segmento de caminhões detinha 70,3% do total, 2,5 p.p. acima da participação que possuía em 2011.

Também contribuíram para o desempenho do segmento: (i) oferta de crédito a taxas subsidiadas, principalmente por intermédio da linha Finame (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) do BNDES; (ii) isenção do IPI para caminhões durante todo o ano de 2010; (iii) liberação de recursos para a segunda fase do PAC, em junho de 2010, preparação para copa mundial em 2014 e olimpíadas em 2016 que ampliaram obras de infraestrutura, intensificando a demanda por caminhões pesados – tanto a atual como a potencial.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Companhia é impactada basicamente por alterações no volume de vendas, modificações de preços e, em menor escala, pela introdução de novos modelos Scania de caminhões e ônibus em nosso portfólio. Em 2011, o mercado de caminhões foi impactado pelo Grupo MAN, com incremento em suas vendas de unidades de semileves em 13,1%, enquanto o mercado de caminhões leves absorveu os produtos da IVECO, gerando incremento de 47,3% em suas unidades vendidas, ambos comparados ao ano de 2011, de acordo com a ANFAVEA.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2011, a Scania ingressou no segmento de caminhões semipesados, de 16 a 30 toneladas, que se dedica principalmente às operações de distribuição nos grandes centros urbanos. Beneficiado pelas restrições à entrada de caminhões maiores nas grandes cidades em horários comerciais, esse nicho vem crescendo fortemente no mercado brasileiro, com expansão de 16,9% em 2011, segundo dados da ANFAVEA. Esse segmento foi responsável por parcela de 32% do mercado em 2010 e de 34% em 2011, ainda de acordo com dados da ANFAVEA. Os números da WLM nesse segmento ainda são embrionários.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Inflação: Nosso desempenho financeiro pode ser afetado por variações na taxa de inflação, uma vez que parcela dos nossos custos e despesas operacionais é incorrida em Reais e pode sofrer os efeitos de oscilações na inflação. Nossa receita bruta de vendas também pode ser afetada pela inflação, já que, de modo geral, buscamos repassar parte dos aumentos nos custos para nossos clientes por meio de aumentos de preços. Não podemos prever, no entanto, se seremos capazes de repassar integralmente eventuais aumentos dos custos para nossos clientes no futuro.

Câmbio: A Companhia não possui dívidas ou valores a receber denominados em moeda estrangeira, realizando a totalidade de suas atividades em território nacional. Adicionalmente, nenhum dos custos relevantes da Companhia é denominado em moeda estrangeira.

Taxa de juros: No encerramento do exercício de 2012, não tínhamos qualquer dívida na WLM. Também nos dois últimos exercícios, 2011 e 2010, não tínhamos taxas indexadoras presentes em nosso endividamento. Tampouco nosso "Contas a receber" é afetado por indexadores, já que o prazo médio de recebimento é de 28 dias.

Os efeitos de variações nas taxas de juros influenciam, principalmente, o acesso ao crédito e as condições de financiamento obtidas por nossos clientes com instituições financeiras e o BNDES. Portanto, a Companhia sofre impacto indireto de eventuais flutuações nas taxas de juros. O impacto será benéfico sempre que as taxas estiverem mais baixas e o crédito mais abundante. Inversamente, será negativo quando houver escassez de crédito e taxas mais elevadas.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Ao longo de 2010, 2011 e 2012, não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais da Companhia.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve aquisição ou alienação de participação societária nos três últimos exercícios.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

A harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil aos padrões internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS) resultou em modificações na elaboração das Demonstrações Contábeis da Companhia parcialmente em 2009. Em 2012, como as Demonstrações Financeiras são apresentadas em IFRS, quando comparadas com as Demonstrações Financeiras de 2010 e 2011, também em IFRS, não houve impacto.

Balanco Patrimonial

Não houve alteração

Demonstração de resultados

Não houve impacto na Demonstração de Resultados da Companhia.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As mudanças nas Práticas Contábeis adotadas no Brasil, conforme alterações na Lei das Sociedades por Ações, não causaram impacto no patrimônio da Companhia.

As alterações foram na contabilização de receitas, nas transferências de contas do ativo imobilizado para ativos biológicos, e a atualização destes ao valor justo, e transferência de bens (terras), que foram para propriedades para investimento.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas no relatório do auditor independente. Entretanto, o parágrafo de ênfase constante do referido relatório diz respeito às demonstrações financeiras individuais da WLM que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e diferem das normas das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, que foram elaboradas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A elaboração de demonstrações financeiras foi realizada seguindo as normas contábeis internacionais – IFRS, de acordo com a lei 11.638/07 e pronunciamentos do CPC.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para devedores duvidosos, provisão para perda de estoques e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Demonstrações financeiras consolidadas

Contas a receber de clientes - são registradas pelo valor faturado e, quando cabível, ajustado ao valor presente, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A quase totalidade do Contas a receber da Companhia tem prazo médio em torno de 30 dias.

Estoques – No segmento automotivo, a Companhia não mantém estoque relevante dos produtos que comercializa, como caminhões e ônibus. Apenas peças de reposição são estocadas e estas são avaliadas com base no custo médio de aquisição de mercadorias para revenda, deduzido de provisão para perda, que não excede o valor de mercado - para itens considerados obsoletos ou de baixa rotatividade – ou de realização. No segmento agropecuário estão representados no estoque, ao preço de custo ou produção, ajustados ao valor de mercado, o rebanho bovino em formação, os animais com idade até 36 meses, os destinados à venda, a safra em produção, e o café em grão.

Investimentos - Os investimentos em empresas controladas e coligadas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial de acordo com a Instrução CVM nº247/96. Os demais investimentos estão apresentados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas estimadas na realização desses ativos.

Ativos intangíveis

São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. A amortização é calculada pelo método linear, considerando-se o prazo de vida útil. Os ativos intangíveis mais relevantes estão relacionados a seguir, e para aqueles com vida útil definida estão indicadas as taxas anuais de amortização:

- Direito de uso de software – 5%
- Marcas e patentes
- Fundo de comércio

10.5 - Políticas contábeis críticas

Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Processo de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- a) das participações no capital, reservas e resultados acumulados, cabendo ressaltar que não existem participações recíprocas;
- b) dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes do ativo e/ou passivo mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- c) dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre essas empresas.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os pareceres de nossos auditores independentes que respaldam nossas demonstrações financeiras dos exercícios de 2010, 2011 e 2012 não fazem qualquer ressalva ou apontam qualquer deficiência relevante sobre a aplicabilidade de nossos controles internos.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os pareceres de nossos auditores independentes que respaldam nossas demonstrações financeiras dos exercícios de 2010, 2011 e 2012 não fazem qualquer ressalva ou apontam qualquer deficiência relevante sobre a aplicabilidade de nossos controles internos.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Não realizamos oferta pública de distribuição de qualquer tipo de valores mobiliários no decorrer dos exercícios de 2010, 2011 e 2012.

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Nossas demonstrações financeiras evidenciam todos os itens relevantes de nossas operações, resultados, situação econômica, financeira e patrimonial.

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não aplicável.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável.

iv. contratos de construção não terminada

Não aplicável.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Nossas demonstrações financeiras evidenciam todos os itens relevantes de nossas operações, resultados, situação econômica, financeira e patrimonial.

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.10 - Plano de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

As atividades operacionais da WLM não demandam investimentos regulares. Os investimentos são geralmente orientados em virtude das necessidades de crescimento da Companhia em cada região que atua e também voltados ao desenvolvimento de Tecnologia de Informação (TI), como suporte a suas atividades operacionais. Neste exercício, está previsto o início da construção de duas novas filiais da Itaipu, sendo uma no município de Betim/MG, na grande Belo Horizonte, e outra no município de Montes Claros/MG, visando a melhoria no atendimento de clientes e novas demandas.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Para realização de seus investimentos nos três últimos exercícios sociais, a WLM utilizou recursos próprios oriundos da geração operacional de caixa. Ressaltamos que a Companhia conta com caixa líquido e seu endividamento total, considerando curto e longo prazos, era inexistente em 31 de dezembro de 2010.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável. Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica. Não houve.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável. Não houve.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável. Não houve.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável. Não há.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável. Não houve.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Não aplicável. Não houve outros fatores.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

A WLM não tem como prática divulgar projeções financeiras.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não aplicável, a Companhia não tem como prática divulgar projeções financeiras.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a) atribuição de cada órgão e comitê

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, conforme estabelecido em seu Estatuto Social. O Conselho de Administração deve ser composto por no mínimo três e no máximo de seis membros, pessoas naturais, acionistas, residentes no país, entre eles um Presidente e até três Vice-Presidentes, eleitos pela Assembleia Geral. Atualmente, o Conselho de Administração da WLM é composto por três membros.

A Diretoria, conforme definido em Estatuto, deve ser composta por mínimo de dois e máximo de seis diretores, dentre os quais um Diretor-Presidente, dois com o título de Vice-Presidente, e os demais Diretores sem designação especial, nomeados pelo Conselho de Administração. A um dos membros da Diretoria será atribuída, pelo Conselho de Administração, a função de Diretor de Relações com Investidores (DRI), nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários. A atual diretoria da WLM possui dois membros.

Não faz parte da política atual de Administração o estabelecimento de outros órgãos ou comitês.

Conselho de Administração – tem a função de estabelecer a estratégia dos negócios e eleger e destituir os Diretores e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser seu Estatuto Social. É também responsável pela fiscalização da gestão dos diretores, além do exame, a qualquer tempo, dos livros e de outros papéis da Companhia. O Conselho pode solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos. Além disso, o Conselho deve manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria.

Diretoria – suas atribuições são: (1) praticar todos os atos necessários ao regular funcionamento da Companhia; (2) determinar as atribuições específicas de cada um de seus membros, sem prejuízo das atribuições privativas estabelecidas no Estatuto; (3) deliberar sobre a escolha, remoção, demissão de Executivos, Gerentes e outros empregados de alto nível, assim como a fixação de suas atribuições, funções e ordenados; (4) deliberar sobre operações financeiras relativas à obtenção ou concessão de empréstimos pela Companhia; (5) deliberar sobre a constituição de obrigações em nome da Companhia exclusivamente em favor de empresas coligadas ou subsidiárias, por aval, fiança ou garantia de qualquer natureza; e, (6) zelar pela observância da lei e do Estatuto Social, bem como pelo cumprimento das deliberações tomadas nas assembleias gerais, pelo Conselho de Administração e por ela própria.

b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2013 foi instalado o Conselho Fiscal, conforme os artigos 32 e 33 do Estatuto Social. O Conselho Fiscal, que terá as atribuições que a lei lhe confere, será composto de 03 (três) membros efetivos e três suplentes, todos residentes no País, eleitos pela assembleia geral, que lhes fixará a remuneração.

Também conforme o Estatuto Social, o Conselho Fiscal não terá funcionamento permanente e somente se instalará nos casos e na forma prevista em lei.

Atualmente a Companhia não conta com comitês estabelecidos, conforme previsto em seu Estatuto Social.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

c) mecanismo de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Não há um mecanismo formal de avaliação do Conselho de Administração.

Cabe ao Conselho de Administração avaliar a Diretoria, considerando para tal o desempenho dos negócios e a devida execução das metas e estratégias estabelecidas.

Conforme já descrito, atualmente a Companhia não conta com comitês estabelecidos e, não existindo, portanto, mecanismos de avaliação dos mesmos.

d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Diretor Presidente

Dentre outras atribuições: coordenar a diretoria e zelar pela execução do planejamento da Companhia; acompanhar o desempenho dos negócios; convocar e presidir reuniões da Diretoria; informar aos membros do Conselho de Administração sobre o andamento das operações; exercer outras atividades necessárias para o bom desempenho dos negócios e que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

Vice Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Dentre outras atribuições: substituir o Diretor Presidente quando de sua ausência ou impedimento; auxiliar o Diretor Presidente na sua gestão; gerir as finanças da Companhia; coordenar os negócios, zelar pelo cumprimento da estratégia e acompanhar os resultados das sociedades controladas e coligadas; representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; prestar informações aos investidores e órgãos reguladores, além de zelar pelo cumprimento da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante em toda a Companhia, de acordo com o estabelecido na legislação vigente.

Não existem no momento outros membros na diretoria da Companhia.

e) mecanismos de avaliação de membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Cabe ao Diretor Presidente a avaliação dos demais diretores, de acordo com o desempenho individual face suas funções e metas, ainda que não exista um mecanismo formal para tal avaliação. Os membros do Conselho de Administração não são avaliados por um mecanismo formal.

A WLM não conta com comitês ou outros órgãos de gestão constituídos.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a) prazos de convocação

As convocações das assembleias gerais dos acionistas far-se-ão pelo Conselho de Administração, por meio do seu Presidente, mediante anúncios publicados na imprensa na forma da lei. A convocação será feita com, pelo menos, quinze dias de antecedência.

Anualmente, em até quatro meses após o encerramento do exercício, é realizada a Assembleia Geral Ordinária, para aprovação das Demonstrações Financeiras referentes ao último exercício, nomear os membros do Conselho de Administração, e outros assuntos que porventura existam no momento.

b) Competências

Compete ao Conselho de Administração:

- . Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- . Eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições;
- . Fiscalizar a gestão dos Diretores, e examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- . Convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, ou em cumprimento às determinações legais;
- . Manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- . Manifestar-se, previamente, sobre os atos ou contratos, quando o estatuto assim o exigir;
- . Deliberar e autorizar a emissão e colocação de ações ou de outros valores mobiliários;
- . Deliberar e autorizar a Companhia a adquirir ações de sua própria emissão, desde que até o valor do saldo de lucros e reservas, exceto aquelas cuja utilização é vedada para essa finalidade, para permanência em tesouraria, posterior alienação ou cancelamento, observadas as prescrições legais;
- . Deliberar sobre abertura e extinção de filiais, agências, escritórios e outras dependências da Companhia, destacando-se parte do capital social para as suas atividades;
- . Decidir sobre alienações, promessa de venda e oneração, a qualquer título, dos bens do ativo permanente, inclusive de imóveis;
- . Deliberar sobre a participação da Companhia em outras empresas, como acionista ou quotista;
- . Escolher e destituir os auditores independentes;
- . Fixar o voto a ser proferido pela Companhia nas Assembleias Gerais ou reuniões de quotistas de empresas controladas ou coligadas;
- . Definir as políticas relativas à concessão e obtenção de empréstimos pela Companhia, estabelecendo limites de alçada, parâmetros e sistemática de controle para a operação das mesmas;
- . Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;
- . Fixar a política de distribuição de dividendos e de pagamento de juros a título de remuneração sobre o capital próprio, observadas as prescrições legais;
- . Designar um dos membros da diretoria para o exercício da função de diretor de relações com investidores;
- . Autorizar a contratação de instituição financeira administradora de ações escriturais; e
- . Incentivar o uso dos procedimentos de arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, nas divergências entre os acionistas e a Companhia, ou entre acionistas controladores e os acionistas minoritários, que envolvem a aplicação das disposições contidas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, no Estatuto Social da WLM e nas normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários e nas demais prescrições legais aplicáveis ao mercado.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais**c) solicitação de procurações pela administração para exercício do direito de voto**

Nas assembleias gerais, cada acionista poderá comparecer e participar, deliberando e votando pessoalmente, ou por intermédio de um procurador.

d) formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas

O procurador deverá estar constituído há menos de um ano, devendo ser acionista, administrador da Companhia ou advogado ou, ainda, quando atuar nos interesses de instituição financeira, deve possuir presentes os requisitos legais.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - RJ	19/04/2013
		Valor Econômico - SP	19/04/2013
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - RJ	27/03/2013
		Valor Econômico - SP	27/03/2013
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - RJ	10/04/2013
		Valor Econômico - SP	10/04/2013
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Valor Econômico - SP	16/04/2012
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - RJ	27/03/2012
		Valor Econômico - SP	27/03/2012
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - RJ	10/04/2012
		Valor Econômico - SP	10/04/2012
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - RJ	17/05/2012
Valor Econômico - SP		17/05/2012	
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - RJ	20/04/2011
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - RJ	30/03/2011
		Valor Econômico - SP	30/03/2011
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - RJ	13/04/2011
		Valor Econômico - SP	13/04/2011
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - RJ	24/05/2011
Valor Econômico - SP		24/05/2011	

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

O Conselho de Administração reunir-se-á quando necessário, sempre por convocação do Conselheiro Presidente. Não existe no Estatuto Social da Companhia determinação de periodicidade das reuniões do Conselho de Administração.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Conforme o item “t”, inserido no capítulo 5, artigo 20 do Estatuto Social da WLM: deve-se recorrer à “prática de” incentivar o uso dos procedimentos de arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307/96, nas divergências entre os acionistas e a Companhia, ou entre acionistas controladores e os acionistas minoritários, que envolvem a aplicação das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social e nas normas editadas pela CVM e nas demais prescrições legais aplicáveis ao mercado.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
DOM DAVID LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYANETTI	32	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	1 ano
113.336.817-47	Engenheiro Agrônomo	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	05/05/2014	Sim
Não exerce.				
LUIZ MARIO TEIXEIRA RODRIGUES	72	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	1 ano
050.219.797-87	Administrador de Empresa	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	05/05/2014	Sim
Gerente Financeiro				
MARCELO ZANDER VAIANO	41	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	1 ano
026.648.257-04	Analista de Sistemas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	05/05/2014	Sim
Gerente de Projetos				
Luiz Fernando Leal Tegon	66	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	1 ano
293.402.848-87	Administrador	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	05/05/2014	Sim
Não exerce.				
RUBEM ROBERTO RIBEIRO	70	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	05/05/2014	1 ano
174.161.597-68	Advogado	34 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Vice Pres.	05/05/2014	Sim
Diretor de Relações com Investidores				
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR	65	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2014	1 ano
096.779.256-87	Engenheiro Agrônomo	30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	05/05/2014	Sim
Diretor Presidente do emissor e das empresas controladas				
MARIA ELVIRA LOPES GIMENEZ	44	Conselho Fiscal	30/04/2014	1 ano
136.012.018-10	Economista	47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas	05/05/2014	Não
Não exerce.				
JORGE EDUARDO GOUVEIA VIEIRA	45	Conselho Fiscal	30/04/2014	1 ano
962.732.757-34	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	05/05/2014	Sim
Não exerce.				
MASSAO FÁBIO OYA	31	Conselho Fiscal	30/04/2014	1 ano
297.396.878-06	Contador	44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	05/05/2014	Não
Não exerce.				
VITOR ROGÉRIO DA COSTA	70	Conselho Fiscal	30/04/2014	1 ano

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
012.622.707-15	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	05/05/2014	Sim
Não exerce.				
ARMANDO VILLELA FOSSATI BALTEIRO	33	Conselho Fiscal	30/04/2014	1 ano
053.259.297-20	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	05/05/2014	Sim
Não exerce.				
LUIS FELIPE KRIEGER MOURA BUENO	34	Conselho Fiscal	30/04/2014	1 ano
084.156.207-56	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	05/05/2014	Sim
Não exerce.				
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				
DOM DAVID LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYANETTI - 113.336.817-47				
Formado em Administração Rural e Laticínios pela Califórnia Polytechnic em São Luís Obispo/Califórnia/EUA; Desde 2011, entre outras atividades correlatas, atua na Companhia como consultor técnico em área de nutrição e alimentação de gado leiteiro das empresas controladas com objeto social relacionado à agropecuária; gerenciou a Fazenda Barra do Cahy, na Bahia, no período 2007 a 2011.				
LUIZ MARIO TEIXEIRA RODRIGUES - 050.219.797-87				
Formado em Administração de Empresas, iniciou suas atividades profissionais na Companhia Docas de Santos em dezembro de 1960 onde permaneceu até janeiro de 1969; Ingressou na Companhia em 1969, ocupando atualmente o cargo de Gerente Financeiro.				
MARCELO ZANDER VAIANO - 026.648.257-04				
Ingressou na Companhia em 1993, como estagiário e, desde 2003, ocupa o cargo de Gerente de Projetos e TI da WLM Indústria e Comercio S.A., também assessorando a diretoria em questões gerenciais, contábeis e operacionais, compilando dados e gerando relatórios. Desde 2000 é membro da Comissão de Informática da Associação Brasileira de Concessionárias Scania (ASSOBRASC).				
Luiz Fernando Leal Tegen - 293.402.848-87				
Ingressou na Companhia em 1981 e em 1983 passou a ocupar a diretoria operacional das empresas do segmento automotivo. De 1997 até março de 2014 exerceu o cargo de Diretor Vice-Presidente da Companhia e Diretor das empresas controladas. De 2005 a 2014 respondeu pela Diretoria de Relações com Investidores. Não exerceu anteriormente outros cargos de administração em outras companhias abertas no Brasil.				
RUBEM ROBERTO RIBEIRO - 174.161.597-68				
Como advogado, ingressou na WLM Indústria e Comércio S.A. em outubro de 1981, passando a responsável pela área jurídica da Companhia e de suas controladas. Em dezembro de 2013 foi eleito membro do Conselho de Administração e em abril de 2014 passou a exercer o cargo de Diretor Vice-Presidente da Companhia e Diretor de Relações com Investidores. Não exerce ou exerceu anteriormente outros cargos de administração em outras companhias abertas no Brasil.				
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR - 096.779.256-87				
Vice-Presidente do Conselho de Administração, reeleito em 30 de abril de 2010 para um mandato de mais um ano, e Diretor Presidente da WLM. Desde 14 de março de 1978 é Conselheiro Vice-Presidente e Diretor Presidente da WLM e demais empresas controladas. Engenheiro agrônomo, formado pela Escola Nacional de Agronomia, em 1969. Não ocupa atualmente e nem ocupou anteriormente outros cargos de administração em outras companhias abertas no Brasil.				
MARIA ELVIRA LOPES GIMENEZ - 136.012.018-10				

Economista, atualmente exerce o cargo de assistente financeira e da diretoria no escritório Solução Governança Corporativa e Consultoria Ltda, presentemente é também Conselheira Fiscal suplente nas seguintes empresas: Companhia Providência Ind. e Com. S.A., WLM Indústria e Comércio S.A. e Cristal Pigmentos do Brasil S.A.
Anteriormente foi assistente financeira e da diretoria na empresa Guardyanet Serviços de Traduções LTDA.

JORGE EDUARDO GOUVEIA VIEIRA - 962.732.757-34

Bacharel em Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1993, com Especialização em Direito Empresarial. Ingressou no GVA em janeiro de 1986. Conselheiro do Primeiro Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, 1996 a 1998. Foreign Intern no Escritório Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom, Nova Iorque, set. 1995 / jun. 1996. Membro da Comissão Especial de Advocacia Corporativa do Conselho Federal da AOB e Coordenador da Área Empresarial

MASSAO FÁBIO OYA - 297.396.878-06

Conselheiro Fiscal Independente/ Contador com especialização – MBA em Gestão Financeira e Controladoria, é Sócio da Solução Governança Corporativa e Consultoria Ltda, prestando serviços de assessoramento empresarial nas áreas contábil, societária e governança corporativa, atuando em Conselhos Fiscais de Companhias Abertas, tendo sido Conselheiro Fiscal Titular das seguintes companhias: Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo – Sabesp (04/2013 a 04/2014), Companhia Paranaense de Energia – COPEL (04/2010 a 04/2011), Wetzel S.A. (de 04/2011 a 04/2012), Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – Banrisul (de 01/2011 a 04/2011), Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar (de 04/2011 a 04/2012), TIM Participações S.A. (de 09/2011 a 01/2012), Pettenati Indústria Têxtil S.A. (de 10/2010 à 10/2012). É Conselheiro Titular presentemente da: Companhia Providência Ind. e Com. S.A. (desde 04/2014), Cristal Pigmentos do Brasil S.A. (desde 04/2013), WLM Indústria e Comércio S.A. (desde 10/2011), Bardella S.A – Indústrias Mecânicas (desde 04/2013), além de ocupar suplências nas seguintes empresas: Eucatex S.A. – Indústria e Comércio, M&G Poliéster S.A., Companhia de Ferro Ligas da Bahia – Ferbasa, Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A., Tegma Gestão Logística S.A. e São Martinho S.A.

VITOR ROGÉRIO DA COSTA - 012.622.707-15

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ (1966). Master of Laws – Universidade da Califórnia – Berkeley (1970). Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (Seções do Rio de Janeiro e São Paulo). É membro da International Fiscal Association, da Associação Brasileira de Direito Financeiro, foi membro da Comissão de Estudos do Mercado Acionário da CVM e membro do Conselho Consultivo do Museu Histórico Nacional. Recebeu a Ordem de Comendador do Rio Branco. Trabalhou no Escritório de Advocacia José Thomaz Nabuco (1966 a 1975) e no Escritório de Advocacia Gouvêa Vieira (1966 a 2009). Sócio do Escritório Vitor Costa Advogados desde 2009. Atua em Direito Societário, Direito de Empresa, Direito Tributário, Mercado de Capitais, Capitais Estrangeiros e Banco Central.

ARMANDO VILLELA FOSSATI BALTEIRO - 053.259.297-20

Trabalhou no escritório Chalfin, Godlberg & Vainboim Advogados Associados (2003 a 2005), como estagiário, e no Escritório de Advocacia Gouvêa Vieira como estagiário (2005 a 2006) e como advogado (2006 a 2009). Atualmente é sócio do Escritório Vitor Costa Advogados atuando em Direito Societário, Direito de Empresa, Mercado de Capitais, Capitais Estrangeiros e Banco Central.

LUIS FELIPE KRIEGER MOURA BUENO - 084.156.207-56

Advogado especializado em direito tributário, sócio do Escritório de Advocacia Gouvêa Vieira, onde ingressou no ano de 1999.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, uma vez que não contamos em nossa estrutura com comitês, sejam eles estatutários ou não. Nossa administração atua muito próxima no dia a dia dos negócios de forma que, até o momento, não houve necessidade de constituição de comitês, mesmo que informais. Os assuntos relevantes são sempre discutidos em conjunto entre os membros da Diretoria e os executivos envolvidos.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração do emissor e Presidente das Empresas Controladas	096.779.256-87	WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A	33.228.024/0001-51	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
MARIA DE LOURDES TEIXEIRA DE MORAES Diretora Presidente	267.362.687-53	SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S.A	30.458.020/0001-71	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
DON DAVID LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYANETTI Conselheiro	113.336.817-47	WLM INDUSTRIA E COMERCIO S.A	33.228.024/0001-51	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
MARIA ISBELA LEMOS DE MORAES Diretora	624.466.307-15	SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S/A	30.458.020/0001-71	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração do emissor e Presidente das Empresas Controladas	096.779.256-87	WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A	33.228.024/0001-51	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
MARIA ISBELA LEMOS DE MORAES Diretora	624.466.307-15	SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S.A.	30.458.020/0001-71	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
DON DAVID LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYANETTI	113.336.817-47	WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A	33.228.024/0001-51	Avô ou Avó (2º grau por consangüinidade)

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Cargo

Conselheiro

Pessoa relacionada

MARIA DE LOURDES TEIXEIRA DE MORAES

267.362.687-53

SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S/A

30.458.020/0001-71

Diretora Presidente

Observação

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2012Administrador do Emissor

WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR
DIRETOR PRESIDENTE

096.779.256-87

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

FARTURA AGROPECUARIA S.A
DIRETOR PRESIDENTE

05.427.471/0001-02

ObservaçãoAdministrador do Emissor

WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR
DIRETOR PRESIDENTE

096.779.256-87

Controle

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S/A
DIRETOR ADMINISTRATIVO

30.458.020/0001-71

ObservaçãoAdministrador do Emissor

WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR
DIRETOR PRESIDENTE

096.779.256-87

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA
DIRETOR PRESIDENTE

44.624.179/0001-23

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada AGROPECUARIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA DIRETOR PRESIDENTE	15.947.450/0001-63		
Observação			

Administrador do Emissor WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada AGROPECUARIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA DIRETOR PRESIDENTE	15.947.450/0001-63		
Observação			

Administrador do Emissor WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA DIRETOR PRESIDENTE	30.937.874/0001-30		
Observação			

Administrador do Emissor WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA DIRETOR PRESIDENTE	16.638.413/0001-36		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
QUINTA RODA MAQUINAS E VEICULOS LTDA DIRETOR PRESIDENTE	44.620.375/0001-20		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
ITAIPU NORTE COMERCIO DE MAQUINAS E VEICULOS LTDA DIRETOR PRESIDENTE	07.959.236/0001-07		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SUMASA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA. DIRETOR PRESIDENTE	84.144.153/0001-00		
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. DIRETOR PRESIDENTE	16.738.098/0001-19		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE	096.779.256-87	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S/A DIRETOR ADMINISTRATIVO	30.458.020/0001-71		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Fernando Leal Tegon DIRETOR VICE PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM O MERCADO	293.402.848-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
FARTURA AGROPECUARIA S.A DIRETOR	05.427.471/0001-02		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
LUIIZ FERNANDO LEAL TEGON	293.402.848-87	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
DIRETOR VICE PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM O MERCADO			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA	44.624.179/0001-23		
DIRETOR			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
LUIIZ FERNANDO LEAL TEGON	293.402.848-87	Subordinação	Controlada Direta
DIRETOR VICE PRESIDENTE E DE RALAÇÕES COM INVESTIDORES			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
AGROPECUARIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA	15.947.450/0001-63		
DIRETOR			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Fernando Leal Tegon	293.402.848-87	Subordinação	Controlada Direta
DIRETOR VICE PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
FARTURA AGROPECUARIA S.A	05.427.471/0001-02		
DIRETOR			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
LUIIZ FERNANDO LEAL TEGON	293.402.848-87	Subordinação	Controlada Direta
DIRETOR VICE PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA	44.624.179/0001-23		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função DIRETOR <u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> LUIZ FERNANDO LEAL TEGON DIRETOR VICE PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	293.402.848-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA DIRETOR <u>Observação</u>	30.937.874/0001-30		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Luiz Fernando Leal Tegon DIRETOR VICE PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	293.402.848-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA DIRETOR <u>Observação</u>	44.624.179/0001-23		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> LUIZ FERNANDO LEAL TEGON DIRETOR VICE PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	293.402.848-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA DIRETOR <u>Observação</u>	16.638.413/0001-36		
<hr/>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Fernando Leal Tegon DIRETOR VICE PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	293.402.848-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
QUINTA RODA MAQUINAS E VEICULOS LTDA DIRETOR	44.620.375/0001-20		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Fernando Leal Tegon DIRETOR VICE PRESIDENTE E DE RALAÇÕES COM INVESTIDORES	293.402.848-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
AGROPECUARIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA DIRETOR	15.947.450/0001-63		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Fernando Leal Tegon DIRETOR VICE PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	293.402.848-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA DIRETOR	16.638.413/0001-36		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Fernando Leal Tegon DIRETOR VICE PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	293.402.848-87	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ITAIPU NORTE COMERCIO DE MAQUINAS E VEICULOS LTDA DIRETOR	07.959.236/0001-07		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Fernando Leal Tegon DIRETOR VICE PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	293.402.848-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SUMASA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA. DIRETOR	84.144.153/0001-00		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Fernando Leal Tegon DIRETOR VICE PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	293.402.848-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. DIRETOR	16.738.098/0001-19		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Fernando Leal Tegon DIRETOR VICE PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	293.402.848-87	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S/A DIRETOR	30.458.020/0001-71		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

ObservaçãoAdministrador do Emissor

MARIA DE LOURDES TEIXEIRA DE MORAES
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

267.362.687-53

Controle

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S/A
DIRETORA PRESIDENTE

30.458.020/0001-71

ObservaçãoAdministrador do Emissor

MARIA DE LOURDES TEIXEIRA DE MORAES
CONSELHEIRA PRESIDENTE

267.362.687-53

Controle

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S/A
DIRETORA PRESIDENTE

30.458.020/0001-71

ObservaçãoAdministrador do Emissor

MARIA ISBELA LEMOS DE MORAES
CONSELHEIRA VICE PRESIDENTE

624.466.307-15

Controle

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S/A
DIRETORA

30.458.020/0001-71

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE E CONSELHEIRO VICE PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada FARTURA AGROPECUARIA S.A DIRETOR PRESIDENTE	05.427.471/0001-02		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE E CONSELHEIRO VICE PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA DIRETOR PRESIDENTE	44.624.179/0001-23		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE E CONSELHEIRO VICE PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada AGROPECUARIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA DIRETOR PRESIDENTE	15.947.450/0001-63		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE E CONSELHEIRO VICE PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA DIRETOR PRESIDENTE	30.937.874/0001-30		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE E CONSELHEIRO VICE PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA DIRETOR PRESIDENTE	16.638.413/0001-36		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE E CONSELHEIRO VICE PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada QUINTA RODA MAQUINAS E VEICULOS LTDA DIRETOR PRESIDENTE	44.620.375/0001-20		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE E CONSELHEIRO VICE PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada ITAIPU NORTE COMERCIO DE MAQUINAS E VEICULOS LTDA DIRETOR PRESIDENTE	07.959.236/0001-07		
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE E CONSELHEIRO VICE PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SUMASA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA. DIRETOR PRESIDENTE	84.144.153/0001-00		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE E CONSELHEIRO VICE PRESIDENTE	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. DIRETOR PRESIDENTE	16.738.098/0001-19		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR DIRETOR PRESIDENTE E CONSELHEIRO VICE PRESIDENTE	096.779.256-87	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S/A DIRETOR ADMINISTRATIVO	30.458.020/0001-71		
<u>Observação</u>			

Exercício Social 31/12/2011

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR Diretor Presidente	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
FARTURA AGROPECUARIA S.A Diretor Presidente	05.427.471/0001-02		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR Diretor Presidente	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA Diretor Presidente	44.624.179/0001-23		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR Diretor Presidente	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
AGROPECUÁRIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA Diretor Presidente	15.947.450/0001-63		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR Diretor Presidente	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA Diretor Presidente	30.937.874/0001-30		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR Diretor Presidente	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA Diretor Presidente	16.638.413/0001-36		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR Diretor Presidente	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
QUINTA RODA MAQUINAS E VEICULOS LTDA Diretor Presidente	44.620.375/0001-20		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR Diretor Presidente	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ITAIPU NORTE COMERCIO DE MAQUINAS E VEICULOS LTDA Diretor Presidente	07.959.236/0001-07		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR Diretor Presidente	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SUMASA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA. Diretor Presidente	84.144.153/0001-00		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR Diretor Presidente	096.779.256-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. Diretor Presidente	16.738.098/0001-19		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Fernando Leal Tegon Diretor	293.402.848-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
FARTURA AGROPECUARIA S.A Diretor	05.427.471/0001-02		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Luiz Fernando Leal Tegon Diretor	293.402.848-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA Diretor	44.624.179/0001-23		
Observação			

Administrador do Emissor			
Luiz Fernando Leal Tegon Diretor	293.402.848-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
AGROPECUÁRIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA Diretor	15.947.450/0001-63		
Observação			

Administrador do Emissor			
Luiz Fernando Leal Tegon Diretor	293.402.848-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA Diretor	30.937.874/0001-30		
Observação			

Administrador do Emissor			
Luiz Fernando Leal Tegon Diretor	293.402.848-87	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA	16.638.413/0001-36		
Diretor			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Luiz Fernando Leal Tegon	293.402.848-87	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
QUINTA RODA MAQUINAS E VEICULOS LTDA	44.620.375/0001-20		
Diretor			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Luiz Fernando Leal Tegon	293.402.848-87	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
ITAIPU NORTE COMERCIO DE MAQUINAS E VEICULOS LTDA	07.959.236/0001-07		
Diretor			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Luiz Fernando Leal Tegon	293.402.848-87	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SUMASA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA.	84.144.153/0001-00		
Diretor			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Fernando Leal Tegon Diretor	293.402.848-87	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A. Diretor	16.738.098/0001-19		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA DE LOURDES TEIXEIRA DE MORAES Diretora Presidente	267.362.687-53	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S/A Diretora Presidente	30.458.020/0001-71		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR Diretor Administrativo	096.779.256-87	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S/A Diretor Administrativo	30.458.020/0001-71		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA ISBELA LEMOS DE MORAES	624.466.307-15	Controle	Controlador Direto

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretora			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S/A	30.458.020/0001-71		
Diretora			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Fernando Leal Tegen	293.402.848-87	Controle	Controlador Direto
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S/A	30.458.020/0001-71		
Diretor			
<u>Observação</u>			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Não aplicável, a Companhia não possui seguros que prevejam o pagamento de perdas por decisões da administração.

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2013, os acionistas presentes, aprovaram, por maioria, o seguinte:

- 1) Distribuição de dividendos no montante de R\$ 14.000 (quatorze milhões), sendo R\$ 1,82300 para cada ação ordinária e R\$ 2,00530 para cada ação preferencial, imputados à Conta Reserva de Lucros “Garantia para Pagamento de Dividendos”, conforme Demonstrações Financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2012. Os dividendos serão pagos no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados de 17 de dezembro de 2013, considerando a base acionária do dia 17 de dezembro de 2013. A partir do dia 18 de dezembro de 2013 as ações serão negociadas ex-dividendos.
- 2) Exclusão do Artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, o qual vedava que membros do Conselho de Administração fossem indicados para cargos de Diretoria, ressalvado o de Diretor Presidente.
- 3) Tendo em vista a renúncia, em 29 de novembro de 2013, da Conselheira Presidente, Sr^a Maria de Lourdes Teixeira de Moraes e da Conselheira Vice-Presidente, Sr^a. Maria Isbela Lemos de Moraes, aos cargos por elas ocupados no Conselho de Administração da Companhia, foi aprovada a proposta da Administração para eleição dos Srs. Don David Lemos de Moraes Magalhães Leite Jayanetti, Luiz Fernando Leal Tegon, Rubem Roberto Ribeiro, Luiz Mario Teixeira Rodrigues e Marcelo Zander Vaiano para os cargos de Conselheiros, passando o Conselheiro Wilson Lemos de Moraes Junior, eleito na AGO de 30 de abril de 2013, a exercer o cargo de Presidente do Conselho de Administração e o Sr. Luiz Fernando Leal Tegon para exercer o cargo de Conselheiro Vice-Presidente. Assim, o Conselho de Administração da Companhia passou a ser composto por 6 (seis) membros.
- 4) Considerando que os membros suplentes do Conselho Fiscal, eleitos na AGO realizada em 30 de abril de 2013, Srs. Alexandre Herlin e Guilherme Faria de Oliveira Roxo não tomaram posse de seus cargos, foram eleitos os Srs. Armando Villela Fossati Balteiro e Luis Felipe Krieger Moura Bueno como membros suplentes dos conselheiros titulares, respectivamente, Srs. Vitor Rogério da Costa e Jorge Eduardo Gouvêa Vieira.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a) objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração da Companhia para os seus administradores, incluindo o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, tem por objetivo compensar adequadamente a competência e a responsabilidade desses profissionais.

b) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é feita por meio de pagamento de pró-labore mensal fixado na Assembleia Geral Ordinária realizada anualmente. Com relação à Diretoria Executiva, o Diretor Presidente e o Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores têm suas remunerações por meio de pagamento mensal fixo, adicionado de pagamento de bônus anual, de acordo com o desempenho da Companhia, medido por seus indicadores anuais.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Em 2010, 2011 e 2012 o Conselho de Administração utilizou 52%, 47% e 45% da remuneração total, respectivamente, por meio de pró-labore mensal. Em 2013 está previsto o percentual de 43%. As proporções referentes à remuneração da Diretoria Executiva foram de 48% em 2010, 50% em 2011 e de 51% em 2012. Em 2013 estão previstos 52,6%. As proporções referentes ao Conselho Fiscal foram de 3,8% em 2011 e de 4% em 2012. Em 2013 está previsto o percentual de 4.3%.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

As remunerações pagas pela Companhia a seus administradores são aferidas periodicamente, para avaliar a necessidade de ajustes em sua composição.

O cálculo do reajuste é feito de acordo com os índices inflacionários e de remuneração do mercado.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração do Conselho de Administração é fixada anualmente na Assembleia Geral Ordinária. A da Diretoria Executiva pelo Conselho de Administração e é baseada na comprovada capacidade técnica e analítica para melhor condução dos negócios com alinhamento de interesses entre acionistas e gestores, e a do Conselho Fiscal de conformidade com a Lei 6.404/76.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os valores de remuneração pagos aos administradores são avaliados anualmente por meio de indicadores do desempenho que compreendem o alcance de metas operacionais e financeiras.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A estrutura de remuneração está atrelada aos resultados da Companhia, ao alcance de metas e ao desempenho econômico e financeiro em cada período analisado.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Os interesses da Companhia estão alinhados com a política de remuneração praticada de forma a manter em seus quadros profissionais de comprovada capacidade técnica.

A política de remuneração da administração alinha os interesses da WLM de curto, médio e longo prazo, sendo baseada em práticas de mercado que permitem a atração, retenção e motivação de seus administradores e leva em consideração as responsabilidades, o tempo dedicado às funções, a competência, e a qualificação profissional necessária ao desempenho.

A remuneração do Conselho de Administração é fixada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária.

A remuneração da Diretoria Executiva é fixada pelo Conselho de Administração e é composta de uma parte fixa e outra variável. A parte fixa visa assegurar uma remuneração sustentável, que seja ao mesmo tempo condizente com as possibilidades da Companhia.

A remuneração variável está atrelada ao atingimento de metas na obtenção de resultados e geração de caixa.

f) existência de remuneração suportada por controladas ou controladores diretos ou indiretos

Parte da remuneração da Diretoria Executiva é suportada pela Controlada Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado a algum evento societário.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2013 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	2,00	3,00	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.728.923,40	4.291.384,69	481.746,91	9.502.055,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não há outras remunerações.	Não há outras remunerações.	Não há outras remunerações.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.505.453,46	0,00	1.505.453,46
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há outras remunerações.	Não há outras remunerações.	Não há outras remunerações.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	4.728.923,40	5.796.838,15	481.746,91	11.007.508,46

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	2,00	3,00	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.735.130,01	3.887.209,94	438.464,70	9.060.804,65
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas	Não há outras remunerações.	Não há outras remunerações.	Não há outras remunerações.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.409.294,83	0,00	1.409.294,83
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há outras remunerações.	Não há outras remunerações.	Não há outras remunerações.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	4.735.130,01	5.296.504,77	438.464,70	10.470.099,48

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	2,00	3,00	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.729.362,54	3.693.142,39	281.391,60	8.703.896,53
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não há outras remunerações.	Não há outras remunerações.	Não há outras remunerações.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.314.912,06	0,00	1.314.912,06
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis	Não há outras remunerações.	Não há outras remunerações.	Não há outras remunerações.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	4.729.362,54	5.008.054,45	281.391,60	10.018.808,59

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	2,00		5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.729.377,66	3.373.008,85		8.102.386,51
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não há outras remunerações.	Não há outras remunerações.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	982.286,54		982.286,54
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há outras remunerações.	Não há outras remunerações.		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	4.729.377,66	4.355.295,39		9.084.673,05

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Ver tabela do item 13.2.

a) Órgão:

b) Número de membros:

c) Em relação ao bônus:

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração

Caso a meta estabelecida não seja atingida, não há pagamento de bônus.

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração

Na Diretoria Executiva, caso a meta estabelecida seja alcançada, o bônus poderá atingir até seis salários.

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

Conforme item anterior.

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais:

Exercício - 2012			
Órgão	Nº de membros	Remuneração Variável	Total
		Bônus - R\$ Mil	
Diretoria Estatutária	2	2.914	2.914
Total	2	2.914	2.914

Exercício - 2011			
Órgão	Nº de membros	Remuneração Variável	Total
		Bônus - R\$ Mil	
Diretoria Estatutária	2	1.534	1.534
Total	2	1.534	1.534

Exercício - 2010			
Órgão	Nº de membros	Remuneração Variável	Total
		Bônus - R\$ Mil	
Diretoria Estatutária	2	982	982
Total	2	982	982

d) em relação à participação no resultado:

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração

Não se aplica, pois a Companhia não possui plano de participação de resultados.

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração

Não se aplica, pois a Companhia não possui plano de participação de resultados.

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

Não se aplica.

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Não se aplica.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a) Termos e condições gerais

Não existe na WLM um plano de remuneração baseado em ações.

b) Principais objetivos do plano

Não se aplica.

c) forma como o plano contribui para esses objetivos

Não se aplica.

d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Não se aplica.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Não se aplica.

f) número máximo de ações abrangidas

Não se aplica.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

Não se aplica.

h) condições de aquisição de ações

Não se aplica.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não se aplica.

j) critérios para fixação do prazo de exercício

Não se aplica.

k) forma de liquidação

Não se aplica.

l) restrições à transferência das ações

Não se aplica.

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não se aplica.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não se aplica.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Os membros do Conselho de Administração detêm, em conjunto, 6.592 ações ordinárias e 7.366 ações preferenciais do capital da Companhia na data de 30 de Abril de 2013.

Os membros do Conselho de Administração detêm em conjunto 18 ações ordinárias da Sajuthá-Rio Participações S.A., Controladora da Companhia, na data de 30 de Abril de 2013.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, pois não há remuneração baseada em ações.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, pois não há opções em aberto do conselho de administração ou da diretoria.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, pois não há remuneração baseada em ações.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

a) modelo de precificação

Não aplicável.

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não aplicável.

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável.

d) forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável.

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, pois a Companhia não confere planos de previdência à administração.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Nº de membros	2,00	2,00	2,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2012	<p>Justificativa para o não preenchimento do quadro: Órgão: DIRETORIA ESTATUTÁRIA - Exercícios: 2010, 2009 e 2008 - Nº de Membros: 2</p> <p>Maior Remuneração Individual R\$/MIL(*)</p> <p>Menor Remuneração Individual(*) R\$/MIL(*)</p> <p>Média da Remuneração Individual R\$/MIL(*)</p> <p>(*) A administração optou por não apresentar os respectivos valores, em virtude de feito judicial em curso, pendente de julgamento final.</p>
31/12/2011	<p>Justificativa para o não preenchimento do quadro: Órgão: DIRETORIA ESTATUTÁRIA - Exercícios: 2011, 2010 e 2009 - Nº de Membros: 2</p> <p>Maior Remuneração Individual R\$/MIL(*),</p> <p>Menor Remuneração Individual(*) R\$/MIL(*)</p> <p>Média da Remuneração Individual R\$/MIL(*)</p> <p>(*) A administração optou por não apresentar os respectivos valores, em virtude de feito judicial em curso, pendente de julgamento final.</p>

31/12/2010	<p>Justificativa para o não preenchimento do quadro: Órgão: DIRETORIA ESTATUTÁRIA - Exercícios: 2010, 2009 e 2008 - Nº de Membros: 2</p> <p>Maior Remuneração Individual R\$/MIL(*)</p> <p>Menor Remuneração Individual(*) R\$/MIL(*)</p> <p>Média da Remuneração Individual R\$/MIL(*)</p> <p>(*) A administração optou por não apresentar os respectivos valores, em virtude de feito judicial em curso, pendente de julgamento final.</p>
-------------------	--

Conselho de Administração

31/12/2012	<p>Justificativa para o não preenchimento do quadro: Órgão: CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Exercícios: 2012, 2011 e 2010 - Nº de Membros: 3</p> <p>Maior Remuneração Individual R\$/MIL(*)</p> <p>Menor Remuneração Individual(*) R\$/MIL(*)</p> <p>Média da Remuneração Individual R\$/MIL(*)</p> <p>(*) A administração optou por não apresentar os respectivos valores, em virtude de feito judicial em curso, pendente de julgamento final.</p>
31/12/2011	<p>Justificativa para o não preenchimento do quadro: Órgão: CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Exercícios: 2011, 2010 e 2009 - Nº de Membros: 3</p> <p>Maior Remuneração Individual R\$/MIL(*)</p> <p>Menor Remuneração Individual(*) R\$/MIL(*)</p> <p>Média da Remuneração Individual R\$/MIL(*)</p> <p>(*) A administração optou por não apresentar os respectivos valores, em virtude de feito judicial em curso, pendente de julgamento final.</p>
31/12/2010	<p>Justificativa para o não preenchimento do quadro: Órgão: CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Exercícios: 2010, 2009 e 2008 - Nº de Membros: 3</p> <p>Maior Remuneração Individual R\$/MIL(*)</p> <p>Menor Remuneração Individual(*) R\$/MIL(*)</p> <p>Média da Remuneração Individual R\$/MIL(*)</p> <p>(*) A administração optou por não apresentar os respectivos valores, em virtude de feito judicial em curso, pendente de julgamento final.</p>

Conselho Fiscal

31/12/2012	Justificativa para o não preenchimento do quadro: Órgão: DIRETORIA ESTATUTÁRIA - Exercícios: 2010, 2009 e 2008 - Nº de Membros: 2 Maior Remuneração Individual R\$/MIL(*) Menor Remuneração Individual(*) R\$/MIL(*) Média da Remuneração Individual R\$/MIL(*) (*) A administração optou por não apresentar os respectivos valores, em virtude de feito judicial em curso, pendente de julgamento final.
31/12/2011	Justificativa para o não preenchimento do quadro: Órgão: CONSELHO FISCAL - Exercícios: 2011, - Nº de Membros: 3 Maior Remuneração Individual R\$/MIL(*) Menor Remuneração Individual(*) R\$/MIL(*) Média da Remuneração Individual R\$/MIL(*) (*) A administração optou por não apresentar os respectivos valores, em virtude de feito judicial em curso, pendente de julgamento final.
31/12/2010	Justificativa para o não preenchimento do quadro: Não existe o órgão conselho fiscal instalado.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável, pois a Companhia não mantém arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição ou aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Remuneração – 2012				
Órgão	Nº de Membros	Fixa	Variável	Total
		Salário - %	Bônus - %	
Diretoria Estatutária	2	57	43	100
Conselho de Administração	3	100	-	100
Conselho Fiscal	3	100	-	100

Remuneração – 2011				
Órgão	Nº de Membros	Fixa	Variável	Total
		Salário - %	Bônus - %	
Diretoria Estatutária	2	74	26	100
Conselho de Administração	3	100	-	100
Conselho Fiscal	3	100	-	100

Remuneração – 2010				
Órgão	Nº de Membros	Fixa	Variável	Total
		Salário - %	Bônus - %	
Diretoria Estatutária	2	77	23	100
Conselho de Administração	3	100	-	100

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável, pois não foi paga qualquer remuneração adicional aos administradores que não pelas funções que ocupem.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Valores efetivamente reconhecidos no resultado dos 3 últimos exercícios sociais, como remuneração da Diretoria estatutária:

Exercício - 2012				
Órgão	Nº de membros	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
		Salário - R\$ Mil	Bônus - R\$ Mil	
Diretoria Estatutária	2	3.887	2.914	6.801
Conselho de Administração	3	4.735 *	-	4.735
Conselho Fiscal	3	439	-	439
Total	8	9.061	2.914	11.975

* Inclui provisão de R\$ 1.505, para pagamento em 2013.

Exercício - 2011				
Órgão	Nº de membros	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
		Salário - R\$ Mil	Bônus - R\$ Mil	
Diretoria Estatutária	2	3.474	1.534	5.008
Conselho de Administração	3	4.729	-	4.729
Conselho Fiscal	3	281	-	281
Total	8	8.484	1.534	10.018

Exercício - 2010				
Órgão	Nº de membros	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
		Salário - R\$ Mil	Bônus - R\$ Mil	
Diretoria Estatutária	2	3.373	982	4.355
Conselho de Administração	3	4.729	-	4.729
Total	5	8.102	982	9.084

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

14.1 - Descrição dos recursos humanos**a) Empregados: Número de empregados (total por empresa)**

2012	Número de empregados
Holding	46
Segmento Automotivo - subtotal	847
Equipo	134
Quinta Roda	152
Itaipu	400
Itaipu Norte	161
Segmento Agropecuário - subtotal	122
Fartura Agropecuária	52
São Sebastião do Araguaia	25
Itapura	44
Controlada descontinuada	
Superágua	01
Total Geral	1.016

2011	Número de empregados
Holding	36
Segmento Automotivo - subtotal	828
Equipo	120
Quinta Roda	155
Itaipu	379
Itaipu Norte	174
Segmento Agropecuário - subtotal	130
Fartura Agropecuária	60
São Sebastião do Araguaia	26
Itapura	44
Controlada descontinuada	
Superágua	01
Total Geral	995

2010	Número de empregados
Holding	36
Segmento Automotivo - subtotal	695
Equipo	109
Quinta Roda	147
Itaipu	313
Itaipu Norte	126
Segmento Agropecuário - subtotal	129
Fartura Agropecuária	59
São Sebastião do Araguaia	25
Itapura	45
Controlada descontinuada	
Superágua	01
Total Geral	861

14.1 - Descrição dos recursos humanos

b) Terceirizados

A WLM possui funcionários terceirizados alocados nas suas controladas do **Segmento Automotivo**, conforme tabelas abaixo.

2012	Número de terceirizados Área Técnica / Oficina	Localização Geográfica
Equipo	01	RJ
Quinta Roda	25	SP
Itaipu	59	MG
Itaipu Norte	18	PA
Total Geral	103	

2011	Número de terceirizados Área Técnica / Oficina	Localização Geográfica
Equipo	16	RJ
Quinta Roda	30	SP
Itaipu	80	MG
Itaipu Norte	19	PA
Total Geral	145	

2010	Número de terceirizados Área Técnica / Oficina	Localização Geográfica
Equipo	12	RJ
Quinta Roda	52	SP
Itaipu	85	MG
Itaipu Norte	20	PA
Total Geral	169	

c) Índice de rotatividade

O índice de rotatividade de pessoal (*turn over*) para os anos de 2012, 2011 e 2010 estão detalhadas para cada uma das empresas controladora e controladas, conforme quadro abaixo:

Empresa	2012	2011	2010
Holding	0,83%	0,93%	10,89%
Segmento Automotivo			
Quinta Roda	1,14%	2,25%	20,63%
Equipo	2,26%	2,18%	11,22%
Itaipu	2,12%	2,03%	33,33%
Itaipu Norte	2,71%	3,59%	55,23%
Segmento Agropecuário			
Fartura	1,34%	1,32%	8,58%
Itapura	6,85%	7,13%	11,40%
São Sebastião	2,05%	0,84%	19,40%
Controlada descontinuada			
Superágua	0%	0%	0%

14.1 - Descrição dos recursos humanos

d) exposição a passivos e contingências trabalhistas

Ano 2012

No ano de 2012 foram ajuizados 14 (quatorze) processos judiciais de natureza trabalhista envolvendo a WLM Indústria e Comércio S.A. e empresas por ela controladas, conforme quadro demonstrativo abaixo, totalizando o montante aproximado de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais). Tais processos são resultantes de supostos débitos referentes a reconhecimento de vínculo empregatício e verbas dele decorrentes, verbas rescisórias, diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, todos com os reflexos decorrentes, além de indenizações por danos derivados de acidentes de trabalho e pedido de indenização decorrente de alegada estabilidade provisória.

No quadro demonstrativo estão incluídos processos ajuizados por empregados de empresas terceirizadas.

Empresa	2012
WLM Indústria e Comércio S.A.	Não houve processo
Fatura Agropecuária S.A.	Não houve processo
Itapura Agropecuária Ltda.	Não houve processo
Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	Não houve processo
Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.	Não houve processo
Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.	Não houve processo
Equipo Máquinas e Veículos Ltda.	2 processos
Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.	11 processos
Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.	1 processo

Ano 2011

No ano de 2011 foram ajuizados 10 (dez) processos judiciais de natureza trabalhista envolvendo a WLM Indústria e Comércio S.A. e empresas por ela controladas, conforme quadro demonstrativo abaixo, totalizando o montante aproximado de R\$ 680.00,00 (seiscentos e oitenta mil reais). Tais processos são resultantes de supostos débitos referentes a verbas rescisórias, diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, todos com os reflexos decorrentes, além de indenizações por danos derivados de acidentes de trabalho e pedido de indenização decorrente de alegada estabilidade provisória.

No quadro demonstrativo estão incluídos processos ajuizados por empregados de empresas terceirizadas.

Empresa	2011
WLM Indústria e Comércio S.A.	Não houve processo
Fatura Agropecuária S.A.	Não houve processo
Itapura Agropecuária Ltda.	Não houve processo
Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	Não houve processo
Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.	Não houve processo
Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.	1 processo
Equipo Máquinas e Veículos Ltda.	Não houve processo
Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.	6 processos
Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.	3 processos

14.1 - Descrição dos recursos humanos**Ano 2010**

No ano de 2010 foram ajuizados 11 processos judiciais de natureza trabalhista envolvendo a WLM Indústria e Comércio S.A. e empresas por ela controladas, conforme quadro demonstrativo abaixo, totalizando o montante aproximado de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais). Tais processos são resultantes de supostos débitos referentes a verbas rescisórias, horas extras, adicional noturno, adicionais de periculosidade e insalubridade, comissões, todos com os reflexos decorrentes, além de indenizações por danos derivados de acidentes de trabalho.

Além desses, há processos ajuizados por empregados de empresas terceirizadas, em menor proporção.

Empresa	2010
WLM Indústria e Comércio S.A.	Não houve processo
Fatura Agropecuária S.A.	Não houve processo
Itapura Agropecuária Ltda.	1 processo
Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	Não houve processo
Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.	1 processo
Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.	1 processo
Equipo Máquinas e Veículos Ltda.	Não houve processo
Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.	6 processos
Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.	2 processos

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Devido à expansão de serviços ligados aos veículos comercializados pela Companhia, principalmente no Estado do Pará, houve aumento no número de funcionários em 2012 de 2,11% quando comparado com 2011. Em 2011 a WLM registrou aumento de 13,7% para acompanhar o ritmo das vendas.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a. Políticas de remuneração dos empregados da Empresa

A WLM tem como política de remuneração fixa praticar salários compatíveis com a média de mercado. Adota remuneração variável apenas para os funcionários que exerçam funções na área de vendas das suas concessionárias. Apesar da Companhia não adotar remuneração variável de curto prazo para os demais funcionários, concede aumentos salariais de acordo com o desempenho e nível de engajamento dos seus empregados. Nas controladas do segmento automotivo a WLM possui plano de cargos e salários baseado na meritocracia.

b. Política de benefícios

Com relação aos benefícios, são concedidos:

Seguro de Vida - Para todos os empregados da holding e das controladas Fartura (matriz), Superágua, Quinta Roda, Equipo e Itaipu e Itaipu Norte, com valores diferenciados de cobertura, variando de acordo com a faixa salarial.

Fartura (filial Fazenda), São Sebastião e Itapura, não aplicável.

Assistência médica - Para todos os empregados, com diferentes padrões de cobertura, variando de acordo com a opção do funcionário. O benefício não é concedido aos empregados das controladas Fartura (filial), São Sebastião e Itapura.

Assistência Odontológica – Somente para os empregados das controladas Quinta Roda, Equipo, Itaipu e Itaipu Norte, com o mesmo padrão de cobertura.

Vale-refeição / Alimentação - Para todos os empregados, exceto aqueles da controlada Itapura, sendo descontado um valor de contribuição de acordo com a faixa salarial.

Vale transporte – Concedido para todos os empregados, exceto aqueles das controladas Itapura, Fartura (Filial) e São Sebastião, cujos cargos justificam a utilização de transporte público.

Estacionamento – o pátio interno existente nas controladas do segmento automotivo é utilizado pelos empregados dessas empresas, sem qualquer tipo de cobrança.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

- i. Grupos de beneficiários:
- ii. Condições para exercício:
- iii. Preços de exercício:
- iv. Prazos de exercício:
- v. Quantidade de ações comprometidas pelo plano:

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Como comentado no item 7 deste Formulário de Referência, as regiões de atuação da WLM abrangem 4 estados e 2 segmentos operacionais. As informações das várias controladas estão detalhadas a seguir:

Controladas	UF	Sindicato
Fatura Agropecuária S.A. Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	PA	A maioria dos empregados é representada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santana do Araguaia . A última convenção celebrada foi em maio de 2012, vigente no período de 12 meses, com aumento de 7% a partir de 1º de maio de 2012.
Itapura Agropecuária Ltda.	SP	A maioria dos empregados é representada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araras . A última convenção celebrada foi em maio de 2012, vigente no período de 12 meses, com aumento de 7% a partir de 1º de maio de 2012.
Itapura Agropecuária Ltda.	MG	A maioria dos empregados é representada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Paraíso . A última convenção celebrada foi em maio de 2012, vigente no período de 12 meses, com aumento de 7% a partir de 1º de maio de 2012.
Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.	MG	É representada pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Águas Minerais de Caxambu . A última convenção celebrada foi em novembro de 2012, vigente no período de 12 meses, com aumento de 7% a partir de 1º de novembro de 2012.
Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.	SP	A maioria dos empregados é representada pela Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo . Em regra, a Federação negocia com o Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado de São Paulo (Patronal) . A última convenção foi celebrada em outubro de 2012, vigente no período de 12 meses, com aumento de 8,0% a partir de 1º de outubro de 2012.
Equipo Máquinas e Veículos Ltda.	RJ	A maioria dos empregados é representada pelo Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado de Rio de Janeiro . A última convenção foi celebrada em maio de 2012, vigente no período de 12 meses, com aumento de 6,0%, a partir de 1º de maio de 2012.
Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.	MG	A maioria dos empregados é representada pelo SINDICON-MG, Sindicato dos Empregados e Vendedores em Concessionárias de Veículos, Distribuidora de Veículos e Congêneres no Estado de Minas Gerais . A última convenção foi celebrada em 1º de março de 2012, vigente no período de 12 meses, com aumento de 10%, para os que recebem salários até R\$ 1.000,00 e 8%, para os que recebem acima de R\$ 1.000,01, a partir de 1º de março de 2012.
Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.	PA	A maioria dos empregados é representada pelo SINCODIV - Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos e Máquinas nos estados do Pará e Amapá . A última convenção foi celebrada em 1º de maio de 2012, vigente no período de 12 meses, com aumento de 5%, a partir de 1º de maio de 2012.

Ao longo do tempo, a Companhia tem mantido um bom relacionamento com os empregados e os respectivos sindicatos das categorias, refletindo inexistência de paralisações entre os anos de 2009 a 2012.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
MARIA DE LOURDES TEIXEIRA DE MORAES						
267.362.687-53	BRASILEIRA-MG	Não	Sim	30/04/2013		
	0	0,000000%	500	0,012599%	500	0,006865%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR						
096.779.256-87	BRASILEIRA-RJ	Não	Sim	30/04/2013		
	101	0,003047%	75	0,001890%	176	0,002417%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
VICTOIRE BRASIL INVESTIMENTOS ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA.						
06.109.681/0001-07	Brasileira-SP	Não	Não	30/04/2013		
	200	0,006035%	222.200	5,598825%	222.400	3,053714%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Espólio de WILSON LEMOS DE MORAES						
012.390.907-49	BRASILEIRA-MG	Não	Sim	30/04/2013		
	615	0,018556%	615	0,015496%	1.230	0,016889%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S/A						
30.458.020/0001-71	BRASILEIRA-RJ	Não	Sim	30/04/2013		
	3.109.150	93,811742%	2.839.524	71,548143%	5.948.674	81,679636%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
MARIA ISBELA LEMOS DE MORAES						
624.466.307-15	BRASILEIRA-RJ	Não	Sim	30/04/2013		
	6.491	0,195852%	6.791	0,171115%	13.282	0,182372%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
JOÃO FLAVIO TEIXEIRA LEMOS DE MORAES						
303.996.967-68	BRASILEIRA-RJ	Não	Sim	30/04/2013		
	2.921	0,088135%	0	0,000000%	2.921	0,040107%
OUTROS						
	194.766	5,876633%	898.985	22,651932%	1.093.751	15,018000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL	3.314.244	100,000000%	3.968.690	100,000000%	7.282.934	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S/A				30.458.020/0001-71	
Espólio de WILSON LEMOS DE MORAES					
012.390.907-49	BRASILEIRA-MG	Não	Sim		
1.999.999.976	99,999996	0	0,000000	1.999.999.976	99,999996
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
JOÃO FLAVIO TEIXEIRA LEMOS DE MORAES					
303.996.967-68	BRASILEIRA-RJ	Não	Sim		
6	0,000001	0	0,000000	6	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
MARIA DE LOURDES TEIXEIRA DE MORAES					
267.362.687-53	BRASILEIRA-RJ	Não	Sim		
6	0,000001	0	0,000000	6	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
MARIA ISBELA LEMOS DE MORAES					
624.466.307-15	BRASILEIRA-MG	Não	Sim		
6	0,000001	0	0,000000	6	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S/A				30.458.020/0001-71	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
2.000.000.000	100,000000	0	0,000000	2.000.000.000	100,000000
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR					
096.779.256-87	BRASILEIRA-RJ	Não	Sim		
6	0,000001	0	0,000000	6	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2013
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	3.455
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	64
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	9

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	194.966	4,912603%
Quantidade preferenciais (Unidades)	1.121.185	28,251000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	1.316.151	18,071713%

15.4 - Organograma dos acionistas

Tendo em vista que a referida informação já foi disponibilizada no item 8.1 (a), a Companhia não inseriu o organograma nesse item.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**a) partes**

Relativo aos exercícios sociais de 2012, 2011 e 2010, não há acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia.

b) data de celebração

Não se aplica. Relativo aos exercícios sociais de 2012, 2011 e 2010 não há acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia.

c) prazo de vigência

Não aplicável. Relativo aos exercícios sociais de 2012, 2011 e 2010 não há acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia.

d) exercício do direito de voto, do poder de controle e restrição ou vinculação do direito de voto de membros do conselho de administração

Não aplicável. Não há.

e) indicação de Administradores

Não aplicável. Não há.

f) transferência de ações e preferência para adquiri-las

Não aplicável. Não há.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Nos 3 últimos anos não houve alterações, apesar da Companhia possuir grupo de controle e seus administradores deterem participação acionária.

15.7 - Outras informações relevantes

Não há.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Nos termos da legislação societária, as operações entre as sociedades controladas, controladoras e/ou coligadas devem observar condições estritamente comutativas e/ou ter pagamento compensatório adequado. As operações e negócios com partes relacionadas à WLM são sempre realizadas observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou quaisquer outras partes. De acordo com o artigo 25 do Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a constituição de obrigações em nome da Companhia, exclusivamente em favor de empresas coligadas ou subsidiárias, por aval, fiança ou garantia de qualquer natureza. As reuniões do Conselho de Administração realizadas para a tomada destas e outras decisões de investimento são instaladas com a presença da maioria de seus membros e as deliberações são tidas como válidas se aprovadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao presidente o voto de desempate.

Por força das operações comerciais para o desenvolvimento das atividades de comercialização de veículos e peças Scania, bem como produção e comercialização de produtos agropecuários, a Companhia mantém relações de mútuo com suas controladas e coligadas, com incidência de encargos financeiros, na sua grande maioria, com base na variação da taxa Selic. As operações financeiras das controladas da WLM são avalizadas ou afiançadas na proporção da participação da Companhia no capital social de tais empresas, à exceção de determinados casos específicos em que a Companhia concede garantia em favor de seus parceiros.

De acordo com o BR GAAP, a WLM utiliza o método de consolidação proporcional para consolidar os resultados de suas subsidiárias de cujo capital participem terceiros.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
PLENOGÁS DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.	31/12/2012	0,00	-1.127.772,00	Não auferido	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	COLIGADA NÃO OPERACIONAL						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério. Em 2012 não houve operações.						
METALÚRGICA PLUS S.A.	31/12/2012	0,00	00	Não aferido	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	COLIGADA NÃO OPERACIONAL						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério. Em 2012 não houve operações.						
FARTURA AGROPECUÁRIA S.A.	31/12/2011	3.160.700,00	2.406.528,46	Não auferido	Prazo Indeterminado	SIM	11,620000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA.	31/12/2011	1.441.136,09	362.269,48	Não auferido	Prazo indeterminado	SIM	11,620000
Relação com o emissor	CONTROLADA						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
AGROPECUÁRIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA.	31/12/2011	0,00		Não auferido	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias.						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério. No exercício de 2011 não houve operações de mutuo.						
EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA.	31/12/2011	0,00		Não auferido.	Prazo Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério. No exercício de 2011 não houve operações de mutuo.						
ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA.	31/12/2011	0,00		Não auferido.	Prazo Indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MÚTUO						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério. No exercício de 2011 não houve operações de mútuo.						
METALÚRGICA PLUS S.A.	31/12/2011	0,00	301.700,00	Não auferido	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	COLIGADA						
Objeto contrato	MÚTUA						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério. No exercício de 2011 não houve operações de mútuo.						
EQUIPO MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA.	31/12/2010	106,03	00	Não Auferido	Indeterminado	SIM	9,900000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MÚTUA						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
PLENOGÁS DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.	31/12/2011	0,00	-1.127.772,23	Não auferido	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	COLIGADA						
Objeto contrato	MÚTUA						
Garantia e seguros	Não há garantias						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério. No exercício de 2011 não houve operações de mutuo.						
ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA.	31/12/2010	90,57	00	Não Auferido	Indeterminado	SIM	9,900000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
QUINTA RODA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA.	31/12/2010	107,74	00	Não auferido	Indeterminado	SIM	9,900000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
SUPERÁGUA EMPRESA DE AGUAS MINERAIS S.A.	31/12/2010	1.931.551,45	00		Indeterminado	SIM	9,900000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.							
FARTURA AGROPECUÁRIA S.A.	31/12/2010	11.309.996,45	2.439.323,54	Não auferido	Indeterminado	SIM	9,900000
Relação com o emissor							
CONTROLADA							
Objeto contrato							
MÚTUO							
Garantia e seguros							
Não há garantias							
Rescisão ou extinção							
Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.							
Natureza e razão para a operação							
A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.							
ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA.	31/12/2010	895.433,00	557.874,75	Não auferido	Indeterminado	SIM	9,900000
Relação com o emissor							
CONTROLADA							
Objeto contrato							
MÚTUO							
Garantia e seguros							
Não há garantias							
Rescisão ou extinção							
Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.							
Natureza e razão para a operação							
A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.							
AGROPECUÁRIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA.	31/12/2010	428.494,25	00	Não auferido	Indeterminado	SIM	9,900000
Relação com o emissor							
CONTROLADA							
Objeto contrato							
MÚTUO							
Garantia e seguros							
Não há garantias							
Rescisão ou extinção							
Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.							
Natureza e razão para a operação							
A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
PLENOGÁS DISTRIBUIDORA DE GAS S.A.	31/12/2010	0,00	-1127.772,23	Não auferido	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	COLIGADA						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério						
METALÚRGICA PLUS S.A.	31/12/2010	0,00	301.700,00	Não Auferido	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	COLIGADA						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
QUINTA MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA.	31/12/2011	0,00		Não auferido	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério. No exercício de 2011 não houve operações de mutuo.						
SUPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS S.A	31/12/2011	0,00		Não auferido	Prazo Indeterminado	SIM	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há Garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
FATURA AGROPECUÁRIA S.A.	31/12/2012	2.888.000,00	3.875.103,54	Não auferido	Prazo Indeterminado	SIM	8,480000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
SUPERÁGUA EMPRESA DE AGUAS MINERAIS S.A.	31/12/2012	2.157.607,48	00	Não auferido	Prazo Indeterminado	SIM	8,480000
Relação com o emissor	CONTROLADA NÃO OPERACIONAL						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA.	31/12/2012	2.163.496,62	269.451,35	Não auferido	Prazo Indeterminado	SIM	8,480000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MÚTUO						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério.						
ITAIPU MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA.	31/12/2012	0,00	00	Não foi auferido	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério. Em 2012 não houve operações.						
ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA.	31/12/2012	0,00	00	Não auferido	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresse aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério. Em 2012 não houve operações.						
SUMASA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA.	31/12/2012	0,00	00	Não auferido	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA NÃO OPERACIONAL						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	Não há garantias						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante expresso aviso com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	A operação possibilitará as partes contratantes, sempre que uma delas tiver recursos disponíveis, que a outra se utilize em razões especiais e transitórias para liquidação de seus compromissos ou feitura de novos investimentos, ao seu exclusivo critério. Em 2012 não houve operações.						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

O Conselho de Administração autoriza previamente a concessão, pela WLM, de empréstimo, financiamento ou garantia real ou fidejussória em favor de suas sociedades controladas ou de terceiros.

Assim, todas as operações da WLM, especialmente aquelas que envolvem partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes. Em conformidade com a Lei 6.404/76, qualquer membro do Conselho de Administração da WLM está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia. Havendo possibilidade de conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro dos órgãos deliberativos, o respectivo membro abstém-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame.

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia e suas controladas, ao celebrarem acordo ou estabelecerem relação comercial, o fazem sempre observando as condições praticadas em mercado àquela época. As operações e negócios com as partes relacionadas seguem os padrões comuns para as atividades de mesma natureza, portanto, não ocasionam qualquer benefício ou prejuízo para a WLM ou quaisquer outras partes. Os mútuos da WLM com suas controladas e coligadas que representam o grande volume nas operações descritas em 16.2 supra, se deram em razão de operações mantidas por intermédio destas empresas para o desenvolvimento das atividades de comercialização de veículos e peças Scania e também, produção e comercialização de produtos agropecuários. Em referidos mútuos, há a incidência de encargos financeiros, na sua grande maioria, com base na variação da taxa Selic,

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
06/04/2011	177.375.435,61		3.314.244	3.968.690	7.282.934
Tipo de capital	Capital Integralizado				
18/04/2010	137.375.435,61		3.314.244	3.968.690	7.282.934
Tipo de capital	Capital Autorizado				
23/06/2004	300.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
28/10/2008	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	28/10/2008	25.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

16/04/2010	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	16/04/2010	20.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

06/04/2011	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	06/04/2011	40.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não Houve desdobramentos, grupamentos e bonificações nos anos de 2012 2011 e 2010.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, visto que não houve redução do capital social da WLM nos últimos três exercícios.

17.5 - Outras informações relevantes

Em **06 de abril de 2011**, por deliberação dos membros do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado que é de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), mediante a capitalização de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), correspondente a parte da conta de reserva de investimentos, integrante da reserva estatutária do grupo reserva de lucros, sem emissão de novas ações, passando o capital social **de R\$ 137.375.435,61** (cento e trinta e sete milhões, trezentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta e um centavos) **para R\$ 177.375.435,61** (cento e setenta e sete milhões, trezentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta e um centavos) totalmente subscrito e integralizado, dividido em 7.282.934 (sete milhões, duzentos e oitenta e dois mil, novecentos e trinta e quatro) ações, sem valor nominal, sendo 3.314.244 (três milhões, trezentos e quatorze mil, duzentos e quarenta e quatro) ações ordinárias escriturais e 3.968.690 (três milhões, novecentos e sessenta e oito mil, seiscentos e noventa) ações preferenciais escriturais.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	<p>De acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e no estatuto social da WLM, é conferido aos titulares de ações de emissão da Companhia direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições relativamente às ditas ações, tais como juros sobre capital próprio, na proporção de suas participações no capital social.</p> <p>Nos termos do art. 38 do seu Estatuto Social, a Companhia distribuirá anualmente como dividendo obrigatório vinte e cinco por cento do lucro líquido, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) cota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício.</p>
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	<p>No caso de liquidação da WLM, os acionistas receberão os pagamentos relativos a reembolso do capital, na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as obrigações da Companhia.</p> <p>As ações preferenciais de emissão da WLM gozam de prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, caso a Companhia venha a ser liquidada.</p> <p>Os acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderão retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor de suas ações com base no seu valor patrimonial, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.</p>
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social da Companhia nem as deliberações tomadas em assembléia geral podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não existem outras características relevantes adicionais.
<hr/>	
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	De acordo com a Lei 6.404/76, e o estatuto social da WLM, é conferido aos titulares de ações de emissão da WLM direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições às ditas ações, tais como juros sobre capital próprio, na proporção de suas participações no capital social. Nos termos do art. 38 do seu Estatuto Social, a WLM distribuirá anualmente como dividendo obrigatório vinte e cinco por cento do lucro líquido, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) cota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. Nos termos do § 4º, art.5. do Estatuto Social, é prevista garantia de dividendo por ação preferencial, pelo menos, dez por cento superior ao dividendo atribuído a cada ação ordinária.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não

18.1 - Direitos das ações

Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	<p>No caso de liquidação da WLM, os acionistas receberão os pagamentos relativos a reembolso do capital, na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as obrigações da Companhia.</p> <p>As ações preferenciais de emissão da WLM gozam de prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, caso a Companhia venha a ser liquidada.</p> <p>Os acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderão retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor de suas ações com base no seu valor patrimonial, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.</p>
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Não há. Não se aplica.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social da Companhia nem as deliberações tomadas em assembleia geral podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não existem outras características relevantes adicionais.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não há previsão de regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública. Não há quaisquer condições suspensivas ou resolutivas no Estatuto Social da Companhia.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social da WLM não estabelece exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2012**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	161.837	79,99	54,98	R\$ por Unidade
31/03/2012	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	434.091	82,90	64,00	R\$ por Unidade
30/06/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R\$ por Unidade
30/06/2012	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	160.044	78,00	71,00	R\$ por Unidade
30/09/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	43.053	65,70	60,04	R\$ por Unidade
30/09/2012	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	546.843	78,99	50,00	R\$ por Unidade
31/12/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	65.867	55,89	42,61	R\$ por Unidade
31/12/2012	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	328.754	82,00	66,00	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2011

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2011	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	581.043	65,00	51,00	R\$ por Unidade
30/06/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	28.326	48,00	47,04	R\$ por Unidade
30/06/2011	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	82.894	65,00	59,00	R\$ por Unidade
30/09/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	105.705	69,93	40,00	R\$ por Unidade
30/09/2011	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	89.027	65,00	61,00	R\$ por Unidade
31/12/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R\$ por Unidade
31/12/2011	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	447.261	69,99	40,50	R\$ por Unidade
31/03/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	46.692	48,01	42,50	R\$ por Unidade

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social 31/12/2010

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2010	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	101.346	42,25	34,05	R\$ por Unidade
31/03/2010	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.922.803	46,80	36,00	R\$ por Unidade
30/06/2010	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.988	39,94	39,94	R\$ por Unidade
30/06/2010	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.155.677	46,00	44,49	R\$ por Unidade
30/09/2010	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	205.834	48,00	40,50	R\$ por Unidade
30/09/2010	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.732.863	52,00	44,90	R\$ por Unidade
31/12/2010	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	14.158	47,29	47,00	R\$ por Unidade
31/12/2010	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.059.540	55,00	49,50	R\$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Além das ações ordinárias e preferenciais, não existem outros valores mobiliários regulados pela CVM emitidos pela WLM, atualmente.

- i. Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários: Não aplicável
- ii. Outras características relevantes: Não aplicável

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações da Companhia são admitidas à negociação na BM&FBOVESPA.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não há valores mobiliários da WLM admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

- a) **país:** Não aplicável
- b) **mercado:** Não aplicável
- c) **entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação:** Não aplicável
- d) **data de admissão à negociação:** Não aplicável
- e) **se houver, indicar o segmento de negociação:** Não aplicável
- f) **data de início de listagem no segmento de negociação:** Não aplicável
- g) **percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício:** Não aplicável
- h) **se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações:** Não aplicável
- i) **se houver, banco depositário:** Não aplicável
- j) **se houver, instituição custodiante:** Não aplicável

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Nos 3 últimos anos não houve nenhuma oferta pública de distribuição efetuada pela WLM.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Nos 3 últimos anos não houve oferta pública de aquisição efetuada pela WLM.

18.10 - Outras informações relevantes

Não há.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve planos de recompra de ações da WLM nos exercícios de 2012, 2011 e 2010.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável uma vez que não há ações mantidas em tesouraria.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável uma vez que não há ações mantidas em tesouraria.

19.4 - Outras informações relevantes

Não há.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

a) Data de Aprovação: Não aplicável. A WLM não possui uma política formal de negociação de valores mobiliários, criada por disposição estatutária. b) Pessoas Vinculadas: Não aplicável. A WLM não possui uma política formal de negociação de valores mobiliários. c) e d) Principais características e previsão de períodos de vedação de negociações e descrição dos procedimentos adotados para fiscalizar a negociação em tais períodos: Não aplicável. A WLM não possui uma política formal de negociação de valores mobiliários.

20.2 - Outras informações relevantes

Não aplicável. Não há.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Política de Divulgação de Informações (“Política de Divulgação”) da WLM está sujeita às disposições da Instrução CVM 358, de 3 de janeiro de 2002. Em consequência, a divulgação de informações que, por sua natureza, possam gerar ato ou fato relevante, necessariamente fundamenta-se nos seguintes princípios básicos:

- . obediência à legislação específica e à regulamentação da Comissão de valores Mobiliários (CVM);
- . coerência com as melhores práticas de relações com investidores; e
- . transparência e equidade de tratamento.

O Diretor de Relações com Investidores é responsável pela divulgação ao mercado de informações referentes a atos ou fatos relevantes ocorridos ou relacionados aos negócios da WLM, na forma prevista na legislação específica e na Política de divulgação da Companhia. A informação será disponibilizada de forma clara e precisa, em linguagem acessível ao público investidor, zelando assim pela ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que os valores mobiliários da WLM são negociados.

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

O acesso a informações sobre ato ou fato relevante, antes de sua divulgação pública, é limitado aos profissionais da Companhia diretamente envolvidos com o assunto em pauta, até que sua divulgação seja oportuna. Os Diretores, membros do Conselho de Administração e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas da WLM e quaisquer pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição na WLM tenham acesso à informação de ato ou fato relevante, devem guardar sigilo sobre essas informações até sua divulgação pública e zelar para que subordinados e outras pessoas de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com esses no caso de descumprimento.

A Política de Divulgação de Informações prevê como regra geral a imediata comunicação e divulgação simultânea à CVM, às bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e às entidades de balcão organizado em que a Companhia tenha valores mobiliários negociados, de ato ou fato relevante, divulgação essa a ser feita preferencialmente antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados.

Caso seja imperativo que a divulgação do ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação, caberá ao Diretor de Relações com Investidores solicitar à bolsa de valores, a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante.

A Política de Divulgação prevê, ainda, que a informação relevante poderá deixar de ser divulgada se a sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia. A não divulgação deverá ser objeto de decisão dos acionistas controladores ou administradores da Companhia, conforme o caso.

De todo modo, em tais casos excepcionais de não divulgação, cabe ao Diretor de Relações com Investidores acompanhar a cotação, preço e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia e, caso constate oscilação atípica ou, ainda, na hipótese de a informação escapar ao controle, deverá divulgar imediatamente o ato ou fato relevante.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia possui a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante envolvendo a Companhia. Compete, ainda, ao Diretor de Relações com Investidores zelar pela execução e acompanhamento da Política de Divulgação e Uso de Informações. Sempre que a Administração da WLM decidir pela guarda de sigilo sobre informação de ato ou fato relevante e esta escapar ao seu controle, o Diretor de Relações com Investidores deverá divulgar, publicamente, de forma imediata, esta informação.

21.4 - Outras informações relevantes

A Companhia divulgará simultaneamente ao mercado de capitais informações sobre a WLM, por meio de publicação de comunicados nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Empresa, podendo ser feito de forma resumida com indicação dos endereços na rede mundial de computadores (Internet) onde a informação detalhada estará disponível a todos os investidores, efetivos ou potenciais, em teor mínimo idêntico àquele remetido à CVM e às Bolsas de Valores.

A WLM adota a utilização do "website" - www.wlm.com.br - para a disponibilização imediata de comunicados, informações operacionais, sobre eventos corporativos, pagamentos de dividendos e títulos de dívida emitidos, demonstrações financeiras trimestrais e anuais e documentos arquivados com a CVM, cotações de ações da WLM nas Bolsas de Valores onde a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados.

A Política de Divulgação de Informações prevê, ainda, que os administradores e integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia deverão informar ao Diretor de Relações com Investidores a titularidade de valores mobiliários de emissão da Companhia, em nome próprio ou de pessoas ligadas, bem como as alterações nessas posições. Tal comunicação deverá ser efetuada (i) no prazo de 5 dias após a realização de cada negócio; e (ii) no primeiro dia útil após a investidura no cargo.

O Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela transmissão das informações, assim que recebidas da Companhia, à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores, bem como atualizar as informações periódicas enviadas pela Companhia.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve qualquer alteração significativa na forma de condução dos negócios da WLM.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não se aplica.

22.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.